

LIVRO BRANCO SOBRE  
A **SOLIDARIEDADE**  
**ENTRE AS GERAÇÕES**  
**E ENVELHECIMENTO ATIVO**

Ana Cardoso





## O Futuro Perfeito

A neta explora-me os dentes,  
Penteia-me como quem carda.  
Terra da sua experiência,  
Meu rosto diverte-a, parda  
Imagem dada à inocência.

Finjo que lhe como os dedos,  
Fura-me os olhos cansados,  
Intima aos meus próprios medos  
Deixa-mos sossegados.

E tira, tira puxando  
Coisas de mim, divertida.  
Assim me vai transformando  
Em tempo da sua vida.

*Vitorino Nemésio, in 'O Verbo e a Morte'*



# Conteúdo

<b>Notas introdutórias</b>	<b>5</b>
<b>I. De que se fala quando se fala em solidariedade intergeracional</b>	<b>9</b>
<b>II. A construção social das idades</b>	<b>13</b>
<b>III. Gerações, contextos e desigualdades sociais</b>	<b>19</b>
Contextos	19
Desigualdades	25
<b>IV. Tecendo o envelhecimento</b>	<b>29</b>
Questionamentos em torno do envelhecimento ativo	29
Envelhecimento no plural	31
<b>V. Questões demográficas e não só</b>	<b>35</b>
Da pirâmide ao cogumelo	35
Porque as crianças são “tesouros com dentes”	37
Ei-los que partem	40
O lado feminino da esperança	43
<b>VI. Políticas públicas e solidariedade entre gerações</b>	<b>45</b>
Apoio à natalidade e à parentalidade	45
Apoio a crianças e jovens	47
Conciliação entre a vida familiar e profissional	49
Apoio na transição da escola para o emprego	50
De casa dos pais para casa própria	52
Apoio no desemprego	53
A passagem para a reforma	55
Apoio a pessoas mais velhas carenciadas	59
Rede de equipamentos e serviços para pessoas mais velhas	60
Conforto habitacional	61
Saúde	63
Apoio na privação económica	64
Outros apoios económicos às famílias	66
Imposto sobre o rendimento	66
Considerações	67

<b>VII. Famílias e vidas em mudança</b>	<b>73</b>
Pessoas só	73
A nuclearização da família	76
Ei-los que regressam...	77
<b>VIII. O que preocupa as gerações?</b>	<b>79</b>
À porta do mercado de trabalho	79
Entre o emprego e a família – a pressão da “geração do meio”	83
E o tempo foge	85
<b>IX. O local, famílias e relações</b>	<b>87</b>
Espaços amigos	87
A rua que se perdeu	89
A dimensão dos afetos	90
Compartimentos ou <i>open spaces</i> ?	92
Falta de contacto; falta de conhecimento	93
À volta do <i>facebook</i>	94
<b>X. A dimensão do cuidado – um trabalho que não conta para as contas</b>	<b>95</b>
O papel (invisível) das pessoas mais velhas nas famílias	95
O papel (invisível) das pessoas mais velhas na sociedade	98
<b>XI. Solidariedade entre gerações e práticas institucionais</b>	<b>99</b>
Da instituição para casa de familiares: pessoas idosas com menos qualidade de vida?	102
<b>XII. Imagens e percepções</b>	<b>105</b>
Pessoas mais velhas e imagem social: uma realidade em mudança	108
<b>Conclusões e Recomendações</b>	<b>111</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>115</b>
Sites de referência	119

## Índice Quadros

Quadro 1 População com mais de 54 anos, grau de escolaridade completo e com o ensino secundário, 2011	33
Quadro 2 Países com populações mais envelhecidas, 2010	35
Quadro 3 Esperança média de vida à nascença, 1960 - 2011	43
Quadro 4 Esperança de vida e esperança de vida saudável aos 65 anos, por sexo, 2010	44
Quadro 5 Pessoas abrangidas pelas medidas de emprego e formação dirigidas a jovens – Novembro de 2013	51

## Índice Gráficos

Gráfico 1 Crianças e pessoas mais velhas na população portuguesa, 1960 – 2012	36
Gráfico 2 Taxa bruta de natalidade, 1960 – 2012	37
Gráfico 3 Índice sintético de fertilidade, 1960 – 2012	38
Gráfico 4 Idade média no primeiro casamento, 1960 – 2012	38
Gráfico 5 Idade média das mães no nascimento do primeiro filho, 1960 – 2012	39
Gráfico 6 Número de emigrantes, 1960 – 2012	41
Gráfico 7 População com 65 ou mais anos em 2011, por sexo	43
Gráfico 8 Evolução do número de titulares do abono de família, 2001 - 2013	48
Gráfico 9 Pessoas beneficiárias da prestação de desemprego, por sexo, 2001 – 2013	54
Gráfico 10 Evolução do número de pessoas abrangidas pelos programas e medidas de emprego e formação (Novembro de 2010, 2011, 2012 e 2013)	55
Gráfico 11 Pessoas beneficiárias de pensão de invalidez 2001 - 2013	56
Gráfico 12 Pessoas beneficiárias de pensão de invalidez, por sexo 2001 - 2013	57
Gráfico 13 Pessoas beneficiárias de pensão de velhice, 2001 - 2013	57
Gráfico 14 Pessoas beneficiárias de pensão de sobrevivência, 2001 - 2013	58
Gráfico 15 Pessoas beneficiárias do complemento solidário para idosos, 2006 - 2013	59
Gráfico 16 Pessoas e famílias beneficiárias de RSI, 2005 - 2013	65
Gráfico 17 Famílias unipessoais 1981- 2011	73
Gráfico 18 Casais com e sem filhos 2001, 2005, 2011, 2012 e 2013	76
Gráfico 19 Casais com e sem filhos 2001, 2005, 2011, 2012 e 2013	76
Gráfico 20 Taxa de desemprego, por sexo, 2001, 2005, 2010-2013	80
Gráfico 21 Taxa de desemprego, por grupos de idade, 2013	80
Gráfico 22 Taxa de emprego, 2011, 2005, 2010-2013	82
Gráfico 23 Pessoas empregadas com 55 e mais anos, 2011, 2005, 2010-2013	82

# LIVRO BRANCO SOBRE A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO ATIVO

## Contributos

### Notas introdutórias

No programa de ação da coordenação do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações estava previsto a elaboração de um Livro Branco do Envelhecimento Ativo. Entendeu-se que aquele Ano Europeu, celebrado em 2012, constituía uma oportunidade para a “*criação de uma dinâmica de participação e envolvimento na procura de um maior conhecimento da realidade do envelhecimento e da solidariedade entre gerações.*” (Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações, 2013: 29), assumindo-se o Livro Branco como uma estratégia para a concretização de tal dinâmica.

O documento a produzir seria um contributo para a promoção e fortalecimento do diálogo e da aprendizagem entre gerações, mediante a colaboração entre diferentes intervenientes a nível nacional, regional e local. Neste sentido, propunha-se, como metodologia de trabalho, a realização de um conjunto de *workshops* cobrindo Portugal Continental e Regiões Autónomas.

Ainda que sem cumprir integralmente a lógica de um livro branco, o presente documento procura corresponder às intenções anteriormente explicitadas dando os seus contributos para um livro branco. Elaborado com o cofinanciado do Programa Operacional de Assistência Técnica / QREN, ele assenta num processo de participação e de “tomar a palavra” por parte de um número alargado de cidadãs e cidadãos. Assim, foram realizados sete *workshops* em diferentes pontos do país: Almada, Aveiro, Braga, Guarda, Angra do Heroísmo, Funchal e Beja.

Estes *workshops*, cada um com a duração de um dia inteiro, tiveram como objetivos:

- Promover um maior conhecimento sobre a construção de uma sociedade mais solidária, numa perspetiva intergeracional;

- Promover um maior conhecimento sobre os limites e desafios que, nos tempos atuais, se colocam à construção dessa mesma sociedade;
- Promover um diálogo intergeracional.

Com a sua realização foram abrangidas 240 pessoas de diferentes idades, diferentes zonas do país, com diversas experiências profissionais e pessoais, num exercício plural. Assim, foi possível reunir mulheres e homens dos 20 aos 80 anos; pessoal técnico e dirigente de instituições particulares e da administração pública central e local; elementos de associações e de grupos de voluntariado; professores e professoras universitárias; jovens empreendedores, jornalistas e artistas; cidadãos e cidadãs com as suas experiências de vida.

Com vista à concretização de cada um dos sete *workshops* foram criados três grupos de trabalho, de acordo com os seguintes temas de reflexão:

- Sociedade: políticas públicas e práticas institucionais.
- Famílias e relações intergeracionais.
- Imagens e perceções.

Cada grupo de trabalho contou com a presença de uma animadora do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Salientando-se, nessa qualidade, a participação ativa de: Ana Paula Silva; Elsa Figueiredo; Heloísa Perista e Maria João Semedo. Todas as sessões foram gravadas e a discussão foi posteriormente transcrita para uma análise mais fidedigna.

Nos diferentes grupos houve a capacidade para criar um ambiente de participação, de modo a que cada sujeito percebesse que tinha um contributo a dar. As narrativas e interpretações sobre as realidades vividas fluíram sem que estivessem isentas de contradições mas sem que consensos fossem necessários, deixando-se emergir diferentes perspetivas sobre o tema. A discussão suscitou, por vezes, interrogações que anteriormente não tinham sido colocadas às pessoas participantes, já que uma reflexão sobre o envelhecimento ativo é, apesar de tudo, mais frequente do que a realizada sobre a solidariedade intergeracional.

Este processo de construção participada do conhecimento terá certamente os seus limites mas proporcionou momentos de (auto)reflexão e os comentários e observações recolhidas, no ato da avaliação, revelam a pertinência da sua realização:

- *“Discussão muito útil em termos pessoais e profissionais”.*
- *“Deveras interessante a possibilidade de discutir as diversas formas como cada um analisa este assunto”.*

- *“Feliz ideia a de juntar uma variedade tão grande de personalidades representativas da sociedade a pensar e debater uma temática muito importante na atualidade”.*
- *“Tema de grande atualidade tendo em conta as transformações demográficas e sociais em curso. Importante a partilha de experiências”.*
- *“Refletir sobre o envelhecimento ativo e intergeracionalidade é algo inovador”.*
- *“Foi uma atividade extremamente interessante com partilha de conhecimentos, troca de ideias e muita reflexão”.*
- *“É muito importante recolher a opinião de quem trabalha no terreno promovendo estes momentos de partilha”.*
- *“É importante continuar com estes encontros e que as conclusões sejam incluídas nas medidas de política e nos programas futuros”.*

Este documento não pretende ser um ensaio sobre a solidariedade entre gerações ou sobre o envelhecimento ativo. Pretende, antes, respeitar a palavra tomada nos **workshops**. Neste sentido, trata e organiza a informação recolhida em função dos temas propostos para discussão, completando-a e enquadrando-a com elementos recolhidos através de pesquisa documental.

O documento foi apresentado numa sessão pública em Abril de 2014, tendo sido comentado por especialistas de várias áreas. Assim, aqui fica o nosso agradecimento a: Amílcar Moreira; Carla Ribeirinho; Manuel Villaverde Cabral; Margarida Chagas Lopes; Maria de Lurdes Quaresma; Sibila Marques.

Um agradecimento é também devido a toda a equipa do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações, na pessoa da sua coordenadora Maria Joaquina Madeira, pela forma comprometida e empenhada com que acompanharam todo o processo.

Finalmente, cabe referir e agradecer o apoio da Fundação Montepio que possibilitou a edição deste trabalho.

O texto é, porém, da inteira responsabilidade da autora.

Uma palavra para a capa na qual se impõe a imagem de uma romã. Esta transmite a mensagem vibrante de uma vida em diversidade por onde circulam linhas de energia, linhas que a alimentam e lhe dão coesão.



## Notas introdutórias

LIVRO BRANCO SOBRE A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO ATIVO | Ana Cardoso



## I. De que se fala quando se fala em solidariedade intergeracional

Não há dúvida que o aumento da esperança de vida, e o concomitante envelhecimento populacional, é um indicador de desenvolvimento e uma das grandes conquistas das sociedades modernas.

É também contudo inegável que esse mesmo envelhecimento, enquanto elemento de transformação das sociedades, coloca uma série de desafios: ao mercado de trabalho; aos sistemas de saúde e de proteção social; ao planeamento urbanístico; à organização das famílias na sua vida quotidiana; às instituições e seus modelos de funcionamento.

Alguns destes desafios têm sido equacionados como o “peso”, ou o “fardo”, que as populações mais velhas representam para as sociedades e, em particular, para as camadas mais jovens. Nomeadamente, muitos receiam que *“o pagamento de pensões e a prestação de serviços sociais e de saúde à crescente população de idosos se tornarão um fardo demasiado pesado para uma população jovem cada vez mais reduzida. Alguns preveem até um confronto aberto entre as gerações, com os mais velhos a defenderem os seus benefícios sociais em detrimento das necessidades e interesses dos mais novos.”* (Andor *in* Envelhecimento e Inovação Social, 2012).

Mas será que os interesses de “novos” e “velhos” são incompatíveis? Será que o envelhecimento enquanto processo não é algo que, afinal, une e diz respeito a várias gerações? Será que os “ganhos” alcançados por uma geração se faz à custa de outras gerações? Se é certo que o envelhecimento coloca questões ao nível do equilíbrio entre ativos e não ativos, ao nível da sustentabilidade de alguns dos sistemas, não será mais importante repensar os alicerces desses mesmos sistemas do que criar um fosso onde deve haver apoio mútuo? Este será, sem dúvida, um

dos grandes desafios políticos das sociedades atuais.

Para alguns autores, a definição mais simples de solidariedade intergeracional é a existência de “*coesão social entre gerações*” (cit por Bengtson et al, 2007: 3).

Esta coesão constrói-se a dois níveis. Um nível macro que remete para a necessidade de políticas que promovam uma certa equidade entre gerações e para práticas institucionais que criem oportunidades para trocas intergeracionais. Um nível micro que é o das interações entre diferentes gerações tal como as que são vividas em família e nas relações sociais de proximidade.

Trata-se, pois, de um sistema multidimensional e alargado de cooperação e de apoio mútuo entre diferentes grupos de idade de modo a alcançar uma sociedade onde haja lugar para as pessoas de todas as idades, de acordo com as suas capacidades, e onde os seus diferentes papéis sejam reconhecidos.

Muito se tem falado e escrito sobre a “crise da família” significando tal, na maior parte dos casos, uma fragilização dos laços familiares e, em particular, dos laços intergeracionais colocando-se em causa, sobretudo, a capacidade das famílias para cuidarem das suas pessoas mais velhas. Mas a questão é que estes laços serão hoje mais importantes do que há décadas atrás, precisamente porque as vidas são mais longas, o que leva a que os indivíduos partilhem mais anos das suas vidas com outros familiares, de outras gerações, dilatando-se o espaço e o tempo para os afetos mas também para os conflitos.

De facto, considerar a solidariedade intergeracional no seio da família é evitar que esta tenda para uma certa idealização das relações. Ou seja, falar em solidariedade não significa negar a existência de conflito pois este é uma dimensão das relações pessoais e familiares.

O conflito afeta a forma como cada um dos membros se percebe e, conseqüentemente, afeta a vontade de se assistirem uns aos outros. Conflito pode significar a persistência de questões difíceis que nunca se resolvem e a existência de outras que acabam por se resolver com o tempo e, com isso, a qualidade das relações melhora mais do que se deteriora (vd. Lowenstein, 2007). As interações sociais, tal como as que são vividas nas famílias, contêm, pois, elementos de harmonia e conflito ocorrendo estes, muitas vezes, em simultaneidade.

A coexistência e simultaneidade de experiências que significam solidariedade e conflito levam alguns autores a falarem em ambivalência nas relações familiares. A ambivalência pode estar presente nas práticas por relação aos sentimentos. Por exemplo, um filho ou uma filha que acompanhe o seu pai ou a sua mãe a um lar pode fazê-lo e experimentar sentimentos de culpa ou de vergonha. Ou,

na sequência de um divórcio litigioso, um pai, ou uma mãe, pode ter uma forte relação de afeto com os seus filhos ou filhas e, simultaneamente, recusar-se ao pagamento da pensão de alimentos.

Assim, segundo Szydlik (2008), as relações que são marcadas pela solidariedade não são, necessariamente, isentas de conflitos, *“uma vez que todas as dimensões da solidariedade podem demonstrar exemplos de potenciais conflitos (...). Também o contrário é verdadeiro, ou seja, os conflitos entre gerações familiares não são necessariamente indicadores de ausência de solidariedade intergeracional”* (Gama, 2011:19), sendo que os conflitos podem ser causados por um ato de solidariedade como é, por exemplo, cuidar de uma familiar dependente.

De acordo com o modelo conceptualizado por Bengtson (Bengtson et al 1988; Bengtson e Roberts, 1991), a solidariedade familiar intergeracional é entendida como um fenómeno que integra várias dimensões: solidariedade estrutural (proximidade geográfica); solidariedade associativa (frequência de contactos e de atividades partilhadas); solidariedade afetiva (existência de sentimentos mútuos e de laços de afeto); solidariedade consensual (concordância com valores e orientações); solidariedade funcional (sistema de trocas de apoio entre as diferentes gerações) e solidariedade normativa (expectativas em relação às obrigações filiais e parentais).

Estas dimensões, para além de se relacionarem entre si, fazem emergir uma noção de tempo que ultrapassa uma vertente cronológica.

Um estudo nos Estados Unidos, por exemplo, revela que a forma como os pais e as mães “transferem” amor, tempo e apoio financeiro para os seus filhos e filhas não é independente da concretização das obrigações filiais e, como tal, do apoio que os filhos prestam aos seus pais, mais tarde na vida. Ou seja, a reciprocidade caracteriza as transferências intergeracionais, pelo que estas tendem para um equilíbrio (Henretta, 1997 cit in Silverstein, 2005: 407).

E esta noção de troca (de afetos, serviços e bens materiais e imateriais) presente na solidariedade familiar remete para uma noção de tempo a três níveis. De um tempo histórico onde a solidariedade permanece, independentemente das transformações das suas expressões e das transformações que ocorrem nas famílias e nas sociedades; de um tempo geracional que implica um ciclo em que o papel de filho ou filha dá lugar ao papel de pai ou de mãe; de um tempo biográfico onde as fases críticas da vida, como seja o nascimento de um novo membro, divórcio, desemprego, doença, viuvez ou perda de independência, são aquelas em que mais intensamente a solidariedade familiar é mobilizada.

Mesmo tendo lugar a um nível micro, é importante não ignorar que a solidariedade familiar intergeracional depende fortemente de fatores macro, ou seja, depende dos contextos. O estudo realizado no âmbito do projeto OASIS (Old Age and Autonomy) e conduzido em cinco países (Inglaterra, Alemanha, Israel, Noruega e Espanha) (Katz in Bengtson et al, 2005: 394) revela que a solidariedade intergeracional é forte nos diferentes países abrangidos mas as expressões dessa solidariedade são distintas de país para país. Ou seja, os sistemas de proteção, as estruturas de apoio, o mercado de trabalho, as formas de organização das famílias, os próprios movimentos migratórios influenciam fortemente as práticas de solidariedade familiar.



## II. A construção social das idades

Falar de relações entre as gerações é falar das relações entre pessoas que partilham a mesma fase da vida e que, a um certo nível, têm experiências comuns. Falar de gerações é falar de grupos etários distintos onde as idades são como que marcadores sociais importantes que correspondem a papéis, estatutos e responsabilidades diversas. Neste sentido, e tal como hoje se entendem, as diferentes idades da vida - infância, juventude, idade ativa e velhice - estão longe de ser meras realidades biológicas ou naturais, sendo, sim, condições que se têm vindo a constituir histórica e socialmente. Ou seja, as idades, tanto nos seus limites etários, como nas formas como são vividas e percecionadas, apresentam uma grande fluidez no espaço e no tempo.

É importante distinguir três conceitos associados à idade: idade cronológica, que diz respeito aos anos dos indivíduos; idade fisiológica, que corresponde ao desenvolvimento ou capacidades físicas; idade social que alude a atitudes e condutas sociais consideradas adequadas face à idade cronológica e capacidades funcionais de homens e mulheres.

A noção moderna de infância, por exemplo, é um produto dos finais do séc. XVIII que surge no ocidente europeu a par de um conjunto de transformações sociais profundas e, em paralelo, com o crescimento de uma burguesia urbana que começa a delimitar o espaço da sua casa como um espaço privado, longe dos olhares públicos. Assim se descobre, também, o afeto pelas crianças, o qual se impõe num contexto em que a qualidade das relações entre as pessoas começa a ter significado.

Em Portugal é já no século XX que emerge a infância como questão social relevante e que se começam a organizar políticas sociais de assistência e de

proteção específica, bem como políticas educativas entre as quais se destaca a implementação da escolaridade obrigatória. Em 1990 Portugal ratifica a Convenção sobre os Direitos das Crianças sendo este um ponto importante na construção e consolidação de uma infância cidadã.

Também o aparecimento da juventude, enquanto período distinto da vida e com características próprias, é resultado de uma recente sociedade industrial, complexa e especializada (cfr. Cruz, et al, 1984).

Nos seus estudos sobre a juventude Pierre Bourdieu e Olivier Galland, referem-se à própria fluidez nos limites etários (cronológicos) que definem a juventude, consoante se esteja a falar, nomeadamente, numa perspetiva legal ou no acesso a determinadas medidas de política.

Tendo isso em consideração, os autores propõem que a juventude seja entendida como um processo de passagem para a vida adulta. E neste processo de transição, entre a dependência e a autonomia, estão envolvidas três etapas que se caracterizam, cada vez mais, pela sua descoincidência temporal ainda que estejam interrelacionadas e interdependentes: o percurso para o mercado de trabalho, que implica a transição da escola para o emprego; o percurso doméstico da família de origem à constituição de família própria; e o percurso residencial, que supõe a saída da casa dos pais.

A descoincidência entre estes percursos, mas sobretudo as incertezas a eles associadas, é ressaltada por autores como José Machado Pais, já no início do século XXI: *“Nas décadas imediatas ao pós-guerra, as transições dos jovens assemelhavam-se a viagens de comboio nas quais os jovens, dependendo da sua classe social, género e qualificações académicas, embarcavam em diferentes comboios com destinos pré-determinados. As oportunidades para mudar de destino ou de trajecto eram limitadas. Em claro contraste, nas duas últimas décadas as transições dos jovens poderiam ser melhor comparadas com viagens de automóvel. O condutor de automóvel encontra-se em condições de seleccionar o seu itinerário de viagem de entre um vasto número de alternativas”* mas *“não mais as decisões do condutor são garantes de uma condução com destino certo ou rotas pré-determinadas. E isto porque o terreno onde as transições têm lugar é de natureza cada vez mais labiríntica.”* (Pais, 2001:10).

Este labirinto, que se tem tornado mais imbricado, é feito de percursos cada vez mais sinuosos, de destinos não vislumbrados, de caminhos que se abandonaram mas que podem ser retomados: reativação de relações amorosas; regresso a casa dos pais; caminhos profissionais entrecortados entre empregos precários e desemprego.

Em paralelo com o envelhecimento populacional, uma das grandes questões das sociedades atuais é o progressivo “prolongamento” da juventude (Coleman, 1990) já anunciado no século XX. Este prolongamento está relacionado com um conjunto de transformações que tem vindo a ocorrer e que, em particular, se situam ao nível da escola, do emprego e da família.

- A escola ganha uma relevância cada vez maior, sendo entendida como uma forma privilegiada de preparar o futuro. Neste sentido, o êxito escolar torna-se fundamental e os percursos escolares prolongam-se.
- A crise do emprego dá origem ao aumento do desemprego juvenil; a precariedade do mercado de trabalho atinge os/as jovens, dando lugar a uma descoincidência entre o investimento na educação e formação e as possibilidades de uma inserção durável no mercado de trabalho.
- Perante as duas anteriores questões retardam-se projetos de conjugalidade e de parentalidade, que adquirem novos sentidos.

Apesar destas transformações serem comuns às sociedades ocidentais a “*Europa evidencia uma grande diversidade ao nível dos tempos que organizam as transições para a idade adulta*” (Observatório Português da Juventude, 2011: 1), reforçando-se, assim, a ideia de que esta é uma questão eminentemente social. No estudo do Observatório Português da Juventude, sobre as transições para a idade adulta, Portugal surge, assim como Espanha, como um país que apresenta “*um tempo prolongado de transição para a idade adulta, porém sem uma longa cadência de experimentalismo conjugal, sendo a primeira conjugalidade e o primeiro casamento praticamente contíguos. Os contextos institucionais destes países remetem para um regime de transição sub-protetor, onde a fragilidade das políticas públicas a intervir nas transições juvenis deixa longa quota-parte de responsabilidades nos apoios a cargo das famílias e à mercê das suas respetivas contingências sociais, bem como de um sistema de emprego muito tradicional, restritivo e precário. Daí o prolongamento na casa dos pais, mesmo que muitas vezes já laboralmente (sub)integrados, até se instalarem numa nova família no âmbito da qual possam dividir despesas e responsabilidades*” (Observatório Português da Juventude, 2011:3).

É também neste contexto de prolongamento dos tempos de transição da juventude para a idade adulta que emergem novas formas de apoio e de solidariedade intergeracional.

Mas, à semelhança do que acontece com a juventude, também a “idade maior” se prolonga, alcançando hoje os indivíduos uma maior longevidade em melhores condições de saúde e de autonomia do que em décadas anteriores, tanto quanto as condições económicas o permitirem.

Tal como se referiu para a juventude, também a velhice pode ser definida como uma “*sucessão de etapas de contornos pouco precisos e conteúdos multiformes*” (Quaresma, 2006:18) que ultrapassa a dimensão biológica ou fisiológica da idade. A entrada na reforma, a passagem para uma condição de viuvez, a degradação física de forma perceptível e inibidora de autonomia, são fases estruturantes do ciclo de vida que, de forma conjugada, ou por si só, podem definir a “entrada” na velhice. Não sendo, com frequência, coincidentes no tempo, estas etapas encerram em si realidades distintas em função do sexo, da idade cronológica dos indivíduos, do seu nível de instrução, da sua capacidade económica.

Mas é, sem dúvida, a passagem à reforma a etapa mais marcante já que está associada à posse de um novo estatuto social que, em sociedades onde a valorização dos indivíduos se faz, sobretudo, pela sua capacidade produtiva, encontra elementos de uma certa desvalorização social: “*ao passar à categoria de reformado, o ‘jovem velho’ encontra condições para adquirir as propriedades que são socialmente imputadas à velhice, perde o estatuto social atribuído a partir do trabalho profissional – a reforma é também uma forma de exclusão social – e adquire o estatuto desvalorizado de ‘reformado’*” (Fernandes, 2001).

Segundo Remi Lenoir (cit. in Fernandes, 1997) o surgimento das primeiras reformas resultou, por um lado, da necessidade de renovar a classe operária, substituindo aqueles que vão perdendo a força para trabalhar e, por outro lado, de ser preciso evitar as situações de pobreza extrema e abandono a que ficavam sujeitos os trabalhadores que atingiam certa idade e iam perdendo faculdades. Hoje, porém, na sequência da melhoria das condições e vida e do aumento da esperança de vida alcançados em décadas anteriores, os indivíduos dispõem de mais anos para viver em condições de autonomia. Vivem-se, pois, tempos em que a idade biológica e a idade social estão dessincronizadas isto é, um tempo em que é patente um desfasamento entre a idade em que a velhice se torna biologicamente perceptível e o estatuto social que se adquire com a idade da reforma (ainda que, muitas vezes, a reforma não tenha lugar).

Isto leva a que alguns autores afirmem que “*a noção de envelhecimento demográfico, ao ser construída sobre uma categoria de idade fixa, contribui para mascarar a evolução real da idade, em termos da qualidade dos anos vividos e conquistados à morte*” (Fernandes, 1997).

Em qualquer das idades da vida que se considere, ainda que estando, à partida, definidas por limites etários, verifica-se que esses limites se tornam, na sequência de transformações sociais várias, cada vez mais fluidos. Na verdade, como já foi referido, as idades estão longe de serem realidades biológicas ou naturais; elas são, muito mais, condições que se têm vindo a constituir histórica e socialmente, sendo vividas de forma plural, em função de certos condicionalismos.

Mais do que qualquer outra idade, a velhice remete, em si mesmo, para o resultado de um processo que se vai construindo ao longo da vida. Ainda que possa ser fortemente marcada por determinadas etapas, ou transições (pessoais / biológicas e psicológicas, familiares e sociais) que representam descontinuidades e conduzem à assunção de outros lugares e de outros papéis sociais, a velhice não é algo que simplesmente acontece mas sim algo que vai acontecendo ao longo das diferentes fases da vida. Isto leva a dizer que qualquer jovem é uma pessoa velha em potência, ou seja, tudo o que se faça, todas as opções tomadas e os caminhos abertos e retomados, todos os acontecimentos, darão o seu contributo para a realidade vivida numa fase mais tardia da vida. Ou seja, como refere Elias, existe uma *“conexão entre a maneira como uma pessoa vive e a maneira como morre”* (Elias, 2001: 71).

## II. A construção social das idades

LIVRO BRANCO SOBRE A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO ATIVO | Ana Cardoso



### III. Gerações, contextos e desigualdades sociais

#### Contextos

Compreender as idades como construções sociais é considerar as descoincidências entre idade cronológica, fisiológica e social; é afirmar que as realidades vividas, em cada fase da vida, estão intimamente dependentes das condições sociais existentes. As gerações, entendidas como “unidades”, partilham, pois, certos factos históricos e sociais onde a mudança social se cruza com as vidas pessoais.

Considerando as gerações hoje em presença na sociedade portuguesa, as mais velhas (nascidas nos anos 20/40) nasceram e cresceram em pleno Estado Novo, num Portugal marcado pela ruralidade, mas em tempos em que Lisboa (década de 40) era concebida como capital metropolitana do Império.<sup>1</sup> Esta foi também a geração que mais sentiu a experiência da segunda guerra mundial, pois embora Portugal não tivesse participado no conflito, a sua população não deixou de sofrer consequências ao nível do racionamento alimentar e da subida da inflação.

*“Pelos anos 50 Portugal tinha um extenso e populoso “mundo rural”, ou melhor, era ele mesmo um país rural. (...). Os centros urbanos eram áreas minúsculas num espaço tomado e gerido pela população agrícola. Esta estava compreendida entre dois pólos: uma minoria de famílias senhoriais, proprietários, e lavradores abastados e uma legião de criadas e criados de lavoura, que competiam por uma malga de caldo. Mais de 3/4 da população vivia no campo e a economia nacional dependia deste.” (Portela, 1997:1)*

São as pessoas nascidas neste Portugal rural, em meados do século XX, que protagonizam os dois grandes acontecimentos da década de 60: o êxodo rural e a guerra colonial.

1 Ver Ferreira (1983).

*“Nos anos 60, outros assalariados rurais, caseiros e pequenos agricultores, cansados da enxada, fartos do carregamento do estrume e da pobreza, abalam ( ). É a debandada geral. Nas aldeias e campos ficam idosos, crianças e lavradeiras.”* (Portela, 1997:1)

O fortíssimo êxodo rural está associado não só às péssimas condições de vida que afetavam a grande maioria da população rural, mas ao processo de industrialização do país iniciado a partir dos anos 50.<sup>2</sup> Este êxodo rural faz-se em direção às duas grandes zonas urbanas do país – Porto e Lisboa - levando à concentração no litoral e à desertificação do interior, que ainda hoje se fazem sentir.

*“No entanto, é importante não esquecer que para uma boa parte das populações que engrossaram os fluxos migratórios do campo para a cidade, essa mobilidade geográfica nem sempre se traduziu numa melhoria efectiva das suas condições de vida, na medida em que são atiradas para o subemprego, para profissões mal remuneradas e para condições precárias de habitação. Para muitos desses migrantes, dá-se como que uma “permanência” transformada na pobreza.”* (Cardoso, 1993: 62). Surgem, assim, as grandes manchas de bairros de lata na capital do país e outros fenómenos, como o subaluguer, indicadores das más condições de habitabilidade, e de salubridade, de uma população pobre, em geral, e dos migrantes pobres, em particular.

Este movimento migratório interno foi acompanhado de uma emigração em direção à Europa, em particular para França. Uma parte desta emigração era clandestina – as pessoas saíam a “salto” de um país onde os números dos que saem *“atinge volumes muito altos, anteriormente desconhecidos. A partir de meados da década de 60, o saldo migratório anual ultrapassa largamente o saldo fisiológico, o que quer dizer que a população decresce em termos absolutos.”* (Barreto, 2002:2).

A geração nascida nos anos 60 constitui a geração das crianças que sentiram nas suas vidas familiares (e pessoais) os efeitos da emigração e as consequências da guerra colonial. Iniciada em 1961, a guerra nas colónias veio a ser, durante mais de dez anos, *“o elemento crucial da vida nacional, condicionando toda a política, cativando uma parte considerável dos recursos orçamentais e reforçando a severidade da ditadura”* (Barreto, 2002:4). Associada à emigração, a guerra colonial levou a um desequilíbrio na estrutura, por sexos, da população ativa, e contribuiu para que muitas crianças tivessem crescido em famílias onde o elemento masculino era, em muitos casos, ausente.

São também as crianças nascidas nos anos 60 as primeiras a encontrar, nos seus lares, os aparelhos de televisão que alteraram significativamente os serões familiares e iniciaram alguma democratização no acesso ao conhecimento e à informação.

---

2 Ver Rosas (1994).

Por decreto de 9 de junho de 1964 a escolaridade torna-se obrigatória até ao sexto ano de escolaridade (então 2º ano do ciclo preparatório). Esta era uma época em que a educação escolar começava a ser valorizada numa sociedade em que o analfabetismo atingia 39% das mulheres e 26,6% dos homens (INE, PORDATA, última atualização 27/05/2013).<sup>3</sup>

Quem nasceu na primeira metade do século XX tem em comum o facto de ter vivido uma boa parte das suas vidas em ditadura e num contexto cultural, social e ideológico no qual a mulher era submetida, por lei, à “autoridade marital”, criando, no seio do casal, uma desigualdade substancial entre os dois sexos. Ao homem, “chefe de família”, era atribuído também um poder quase ilimitado sobre filhas e filhos. O Código do Processo Civil de 1939 conferia “*uma capacidade de correcção bastante severa, tendo a possibilidade, em caso de o filho ser ‘desobediente e incorrigível’, de recorrer ao poder judicial e o colocar numa casa de correcção (art.143º). Levantar a mão contra os pais era judicialmente mais grave do que infligir maus-tratos aos filhos, relativamente bem aceites pelos costumes e aos quais as autoridades fechavam os olhos.*” (Mattoso (dir), 2011:127).

Também em relação à violência exercida sobre as mulheres, na esfera doméstica, havia uma grande benevolência. “*Bater na mulher era aceite com alguma naturalidade, sem indignação, a não ser se excessiva, sendo, ao nível popular, considerado como uma prova de afecto. A letra do “fado do trolha”, cantado por Alfredo Marceneiro, nos anos 1930-40, veicula este entendimento do recurso a meios violentos: ‘ a mulher só vai a soco/ Pois doutra forma faz pouco/D’um homem que ela não tema/E um bom murro nos queixos /é inda o melhor sistema (...)*” (Mattoso (dir), 2011:127).

A revolução de 1974 alterou radicalmente a vida política e social, e as pessoas nascidas no pós 25 de Abril são as primeiras gerações a nascer em liberdade de expressão e a poderem exercer em toda a plenitude os seus direitos políticos: os e as jovens começam a participar nas juventudes partidárias e podem votar a partir dos 18 anos.

O rápido processo de descolonização trouxe consigo cerca de 650 mil pessoas expatriadas com outras vivências, diferentes hábitos culturais e até um léxico distinto com alguns termos que foram facilmente adotados pelos mais jovens. As gerações do pós Abril de 74 vão, pois, crescer numa sociedade muito mais plural. A diversidade étnica e cultural da população portuguesa é enriquecida com os primeiros movimentos imigratórios com origem nas ex-colónias que contribuem, também, para inverter o decréscimo populacional até então verificado.

3 Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>.

Mas ao longo das últimas décadas do século XX, a origem dos fluxos migratórios diversifica-se: Brasil, países do leste da Europa, países asiáticos, etc. Tal significa que as gerações que se aproximam hoje dos 65 anos têm uma vivência multicultural muito mais forte e são elas próprias muito mais heterogêneas, do ponto de vista das suas origens, do que as anteriores.

O 25 de Abril proporcionou, ainda, as condições para a universalização do sistema de proteção social, a criação do Serviço Nacional de Saúde e o alargamento e democratização do sistema educativo. Anunciavam-se, assim, níveis de bem-estar progressivamente melhores para as futuras gerações.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo nº 63 refere que: “1. Todos têm direito à segurança social. 2. Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado (...). 3. O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.” (Constituição da República Portuguesa, revisão de 2005).<sup>4</sup> A criação do sistema de proteção social, ainda que para algumas pessoas, tardio e incompleto,<sup>5</sup> tem permitido, porém, a cobertura social de diferentes segmentos da população, com especial atenção para as situações de passagem à reforma. Pese embora as suas limitações (e restrições atuais), o sistema de proteção social contribuiu para que as gerações que dele têm sido beneficiárias tenham uma proteção de que gerações anteriores não dispuseram.

Nos finais dos anos 70 do século XX foi criado o Sistema Nacional de Saúde. “O decréscimo da mortalidade infantil, assim como o aumento da esperança de vida, sem falar na diminuição das taxas de mortalidade por doença contagiosa (incluindo a tuberculose) atestam as consequências da expansão dos serviços de saúde pública” (Barreto, 2002:16).

Para quem nasceu na década de 80 a escolaridade obrigatória passa a ser de nove anos. Este alargamento da escolaridade é parte integrante de um processo de expansão do sistema de ensino que teve lugar a seguir ao 25 de Abril. Pela primeira vez na história portuguesa, o sistema escolar chegou a todo o território e a toda a população. Em 1980, a taxa bruta de escolarização atinge, também pela primeira vez, os 100% (em 1960 era de 70,2%) e o número de pessoas com o ensino superior completo triplicou a relação à década anterior. (INE, PORDATA, última atualização 29/10/2013).<sup>6</sup>

Acompanhando a democratização do ensino e o alargamento da escolaridade obrigatória as famílias começam a perceber de modo distinto a educação,

4 Disponível em: [www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art63](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art63).

5 Vd, nomeadamente, Pereira (2009); Santos e Ferreira (2001); Reis (1995).

6 Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+escolarizacao+por+nivel+de+ensino-434>.

que passa progressivamente a ser entendida como um investimento nas gerações mais novas, como uma forma de preparar o seu futuro.

Quem andava pelos 20 anos de idade nos finais de 70, inícios de 80, do século passado, vê impor-se a juventude como um novo segmento geracional. Uma juventude eleitora, produtora e consumidora. Emerge um conjunto de produtos dirigidos aos e às jovens – desde roupa, a locais de divertimento e lazer, a bens culturais – emergem, e diversificam-se, as chamadas “culturas juvenis”.

São, sobretudo, as jovens mulheres dessa época que saltam da esfera privada e doméstica para uma participação no espaço público afirmando a sua presença no mercado de trabalho e na educação, de modo particular e progressivo, nas universidades.

Este, e outros fatores, levam a que a geração nascida nos anos 80, bem como as seguintes, vá crescer em contextos familiares em mudança. A integração em equipamentos começará mais cedo e outros agentes educativos, para além da família, assumem importância. Cada vez mais crianças começam a ser expostas a novas formas de organização familiar onde homens e mulheres ensaiam (embora de forma ténue) uma partilha de responsabilidades e tarefas.

Nos anos 90 do século XX a face do país tinha mudado significativamente. Outrora um país rural, Portugal era já então um país com uma economia “terciarizada” sem que, porém, tal tivesse sido precedido de um domínio do setor industrial, o que o torna caso único na Europa. (cfr. Barreto, 2002).

Em 1990 a taxa de desemprego situava-se nos 4,6%, e o desemprego juvenil nos 10,3% - atualmente a taxa de desemprego jovem é de 37,7% (INE, PORDATA, última atualização 10/02/2014)<sup>7</sup> pelo que encontrar emprego nessa época não apresentava as dificuldades que conhecem hoje as gerações mais novas. No entanto, a precariedade do trabalho e o subemprego são realidades que atingem os e as jovens daquela década, que, no dizer de alguns sociólogos, emergem como “geração yô-yô” (cfr. Pais, 2001). *“Os jovens desta geração tão rapidamente abandonam a escola, adquirem emprego e se casam – deixando de ser jovens e passando a adultos – quanto, com a mesma rapidez, caem de novo no desemprego, voltam à condição de estudantes e se divorciam, redescobrimo a juventude”.* (Pais, 2001:73) E acrescenta: *“Em suma, a geração yô-yô é uma geração dominada pelo aleatório e parece assentar numa ética de experimentação que possibilita aos jovens que a integram uma deambulação pelos mais variados estatutos profissionais, estudantis ou conjugais – tornando possível o movimento yô-yô.”* (Pais, 2001:75).

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+etario+\(percentagem\)-553](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+etario+(percentagem)-553).

Num quadro de riscos tornam-se mais frequentes, e visíveis, certos comportamentos e o problema dos consumos de substâncias aditivas é assumido pelas políticas públicas.

A década de 90, e os inícios do século XXI, foram um período de afirmação de uma mudança já em curso: a da passagem de uma sociedade de poupança para uma sociedade de consumo. Com efeito, os bens de consumo individual e doméstico conhecem uma grande expansão e generalização. Sobre tudo para a geração dos e das jovens com emprego foi esta a década da grande aposta na aquisição de casa própria: o número de pessoas beneficiárias de crédito à habitação passou de 84 445, em 1994, para 233 485, em 2000 (INE, PORDATA, última atualização 21/12/2011).<sup>8</sup>

O uso do computador generalizou-se um pouco mais tarde, não só nas empresas, mas também nas famílias, assim como o dos telemóveis. Associados à crescente utilização da *internet*, estes são elementos que têm vindo a alterar o processo de socialização dos mais novos. Nascidas já no século XXI, em plena sociedade de informação, as gerações mais novas estão a alterar processos e formas de comunicação, ligando-se cada vez mais, e mais facilmente, a contextos distantes mantendo-se, por vezes, alheadas dos contactos mais próximos. No entanto, importa não ignorar como as tecnologias de comunicação atuais, sobretudo as plataformas *online*, se podem constituir como instrumentos e recursos para a participação, para o estímulo da criatividade juvenil e para a resolução de alguns dos seus problemas. Face à atual conjuntura, de elevado desemprego jovem, e num contexto de crescente mobilidade e internacionalização dos percursos de vida, a *internet* tem também constituído um recurso na busca de oportunidades de emprego para além das fronteiras nacionais.

Em meados da segunda década do século XXI a geração *yô-yô* parece reaparecer. Mais competentes tecnologicamente do que gerações anteriores, e ainda mais escolarizados, os e as jovens de hoje acrescentaram uma outra direção incerta no seu labirinto: a da emigração, fazendo ressurgir movimentos antigos. Estes/as jovens compartilham, atualmente, com as restantes gerações, e de forma mais aguda, as incertezas em relação ao futuro que a crise financeira (e económica) abriu.

---

8 Disponível em: [http://www.pordata.pt/Portugal/Credito+a+habitacao+montantes+concedidos+e+beneficiarios+\(1994+2007\)-879](http://www.pordata.pt/Portugal/Credito+a+habitacao+montantes+concedidos+e+beneficiarios+(1994+2007)-879).

## Desigualdades

Ainda que as pessoas da mesma idade partilhem contextos históricos e sociais, tenham experiências e interesses semelhantes, as diferentes fases da vida são vividas numa grande heterogeneidade de condições resultado, por um lado, de opções individuais mas, sobretudo, das desigualdades sociais e económicas que persistem.

Estudos sobre as desigualdades têm revelado que *“Portugal é um país com elevados níveis de desigualdade de rendimentos familiares e salariais. A comparação dos índices de desigualdade do nosso país com os dos restantes países da UE coloca, inequivocamente, Portugal como um dos países mais desiguais da Europa.”* (Farinha, 2012: 59)

Embora as desigualdades existentes não se esgotem nas desigualdades económicas estas ganham particular relevância quando entendidas como um elemento estruturante da análise das condições de vida dos indivíduos e das famílias, como uma componente essencial na determinação do nível de bem-estar e mesmo como um indicador da verificação dos direitos de cidadania.

Por outro lado, importa não esquecer que, tendo em conta, como já foi referido, que o envelhecimento é um processo e a velhice o resultado do que vai sendo construindo ao longo da vida, tais processos são fortemente marcados pelas assimetrias sociais e económicas. Isto significa, que as condições de construção de percursos juvenis, e de envelhecimento ao longo da vida, são desiguais à partida influenciando os níveis de participação e de autonomia, delimitando as escolhas individuais.

Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, em março de 2014, com base no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2013 sobre rendimentos do ano anterior, revelam que o coeficiente de Gini,<sup>9</sup> em 2012, registava um valor de 34,%. *“Por outro lado, ( ) o rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos era 10,7 vezes superior ao rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com menores recursos (10,0 em 2011 e 9,4 em 2010).”* (INE, 2014: 4)

Embora o fenómeno da pobreza, dada a sua natureza multidimensional, extravase o âmbito das desigualdades, os dois fenómenos estão profundamente interligados.

Os dados do INE revelam um aumento da taxa de pobreza no nosso país: em 2012, 18,7% da população portuguesa estava em risco de pobreza. Esta taxa de pobreza é a mais elevada nos últimos cinco anos e corresponde a um aumento de 0,8 p.p. em relação ao ano de 2011. (INE, 2014:1)<sup>10</sup>

9 O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade.

10 Informação disponível em: [www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2).

A medida de pobreza utilizada no inquérito é a de 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes. Em 2011 esse valor era de 416 euros mensais, valor que se reduz para 409 euros, em 2012. Esta diminuição decorre da quebra de rendimentos da população portuguesa, em geral, com reflexos óbvios no rendimento mediano, e permite acrescentar um outro significado à taxa de risco pobreza de 18,7% que é a da pioria das condições de vida de quem já vive numa situação de carência.

Para proporcionar uma melhor compreensão do fenómeno, tendo em conta todas as alterações na sociedade portuguesa, o INE procedeu ao cálculo de uma linha de pobreza ancorada em 2009 e atualizada com base na variação do índice de preços no consumidor. Através desta metodologia a taxa de risco de pobreza em 2012 aumenta para 24,7%.

Retomando a definição de linha de pobreza como 60% do rendimento mediano, verifica-se que são as pessoas do grupo dos 0 aos 18 anos que apresentam taxas de risco de pobreza mais elevadas: 24,4% (30,9% se for considerada a linha de pobreza ancorada a 2009). Ao contrário, a taxa de risco de pobreza nos grupos etários mais velhos (14,7%) manteve a tendência decrescente observada desde 2003. No entanto, se for considerada a linha de pobreza com valores ancorados a 2009, verifica-se também um aumento, desta última, em relação ao ano anterior (22,4% em 2012, face a 20,1% em 2011), ainda que se mantenha abaixo da taxa de risco de pobreza para o total da população (24,7%).

Estas taxas de pobreza entre as pessoas mais velhas não são, porém, sensíveis aos novos fenómenos de partilha (forçada) de rendimentos, salientados nos *workshops*:

- “*Há pessoas que já não estão aproveitar a vida porque estão a ajudar os filhos e os netos financeiramente*” (Funchal)
- “*Há muitos jovens que não conseguem arranjar trabalho e são os pais que estão a ajudar os filhos economicamente.*” (Braga)

Ou seja, há um número crescente de famílias que, face à redução dos salários e ao desemprego que afeta, em particular, a geração dos ativos, (sobre)vive à custa das pensões das pessoas mais velhas significando tal um agravamento das suas condições de vida.

Perante a elevada taxa de risco de pobreza na infância, cabe referir que tendo em conta a dependência económica das crianças, esta é essencialmente uma pobreza que diz respeito às famílias com crianças. Com efeito, considerando a composição dos agregados familiares, as taxas mais elevadas foram estimadas

para os agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,6%); dois adultos com três ou mais crianças (40,4%) e por três ou mais adultos com crianças (23,7%).

Estes números fazem lembrar a imagem dada por Maria Ángeles Durán sobre as crianças como “*tesouros com dentes*” (Durán, 2013: 40) já que salientam a existência crescente de famílias para quem é um problema “*os dentes que mordem o pão*”, que se vai tornando escasso.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) produz também informação sobre a privação material. Ainda que não fazendo uma distinção por idades, os elementos avançados permitem completar o quadro das desigualdades e lembrar as condições distintas ao nível da construção de percursos e da tomada de decisões individuais. Todos os dados avançados dizem respeito a 2012.<sup>11</sup>

- 20,5 % da população referiu não ter possibilidade de substituir a roupa usada por alguma roupa nova (excluindo roupa em segunda mão) por dificuldades económicas;
- As mesmas dificuldades económicas foram o motivo indicado por 15,3% das pessoas para não se encontrarem com amigos ou familiares para uma bebida ou refeição pelo menos uma vez por mês, por 21,0% para não participarem regularmente numa atividade de lazer e por 18,9% para não gastarem semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprias;
- 10,1% da população não dispunha, em casa, de acesso à internet para uso pessoal por razões económicas;
- 2,2% das crianças (menos de 16 anos) pertenciam a famílias que referiram não conseguirem assegurar pelo menos uma refeição diária de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) para as crianças;
- 1,4% não comiam fruta e legumes pelo menos uma vez por dia;
- 13,1% não podiam convidar, de vez em quando, amigos para brincarem ou comerem juntos.

11 Vd. INE, 2014, disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2).

### **III. Gerações, contextos e desigualdades sociais**

LIVRO BRANCO SOBRE A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO ATIVO | Ana Cardoso



## IV. Tecendo o envelhecimento

### Questionamentos em torno do envelhecimento ativo

Ao considerar o envelhecimento como um processo, que se vai construindo ao longo das diferentes fases da vida, é inevitável falar do conceito de envelhecimento ativo.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o envelhecimento ativo é definido como *“the process of optimising opportunities for health, participation and security in order to enhance quality of life as people age, and includes the notion of continuing activity in the labour force and the participation of older people in society. It encompasses a broad spectrum of experience, including a subjective evaluation attached to age and biological ageing as influenced by genetics, anxieties and exposure to environmental hazards. Ageing is also a social construct: societies assign different age expectations according to gender, sociocultural norms and role assignments.”* (EGGSI, 2010: 25)

Na perspetiva de Alan Walker (2002), o envelhecimento ativo é uma estratégia compreensiva com vista à maximização da participação e do bem-estar das pessoas mais velhas. É uma estratégia que deve ser concretizada, simultaneamente, a vários níveis: individual, organizacional e político, remetendo, assim, para múltiplas responsabilidades.

Longe de ser algo que “acontece quando se chega a uma certa idade”, e tal como já tem vindo a ser referido, o envelhecimento, na ótica do envelhecimento ativo, é um processo contínuo que atravessa o curso de vida e implica direitos e obrigações ao longo desse percurso. Abandona-se, assim, a perspetiva estática que se tem quando se fala em pessoas idosas, para se adotar a noção de um

processo que se vai tecendo ao longo da vida, preparando as pessoas para uma outra fase dos seus percursos. E esta é uma ideia que está muito presente entre as pessoas participantes nos *workshops*:

- *“Envelhecer é um processo e a velhice é um estado, é uma condição caracterizada por todo um conjunto de alterações que vão acontecendo ao longo da vida. Envelhecer acho que se envelhece desde que se nasce.”* (Funchal)
- *“Tem muito a ver com o local onde estamos, com os interesses que criámos, com as relações que estabelecemos e nem de perto, nem de longe, pensar que é no momento em que envelhecemos. Porque envelhecer, envelhecemos todos os dias, não é?”* (Aveiro)
- *“Na minha perspetiva envelhecer significa passar por vários ciclos desde a infância e adolescência e serem marcados da forma mais positiva possível, ou seja passar por um conjunto de fases da nossa vida e tentar tirar o máximo partido delas.”* (Braga)
- *“Penso que a nossa sociedade assenta a sua base de intervenção numa premissa errada que é a repartição de idades e que o envelhecimento é para os mais velhos e só começa a partir dos 65 anos. O envelhecimento é um processo de mudança ao longo de toda a vida e ligado ao desenvolvimento humano e tem que ser visto dessa forma.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Independentemente da idade que temos, devemos equacionar como queremos preparar essa fase da vida, o que também remete para a responsabilidade da educação dos mais novos neste sentido.”* (Angra do Heroísmo)

Perspetivas críticas do conceito de envelhecimento ativo enunciam que a ênfase dada ao envelhecimento saudável, como efeito da adoção individual de “hábitos saudáveis” pode ser um fator de exclusão social. Como já anteriormente se referiu, as pessoas não partilham todas as mesmas condições de vida e os referidos “hábitos saudáveis” funcionam como uma espécie de reposição das boas e bem conhecidas desigualdades sociais em geral, e na saúde, em particular. Ou seja, o facto de certos ‘hábitos’ serem adotados pelos indivíduos está intimamente associado aos mesmos determinantes sociais que contribuem para as iniquidades perante a doença e a morte.

A superação deste novo paradoxo dos ‘hábitos saudáveis’ passa pelas condutas de todos nós, certamente, mas também, e sobretudo, pelo papel preventivo que as políticas públicas, nomeadamente as de saúde, devem desempenhar, neste domínio, junto das pessoas com maiores carências e, em especial, as mais velhas. *“Seja como for, independentemente da bondade pragmática das práticas associadas ao chamado envelhecimento ativo, o seu carácter vincadamente social só pode conduzir, ‘ceteris paribus’, à reprodução das desigualdades sociais ante a saúde e a doença.”* (Cabral, coord, 2013: 15).

Na agenda política europeia, o envelhecimento ativo assume hoje um lugar de destaque. Considerando os documentos produzidos há, no entanto, uma preponderância de uma abordagem centrada na participação e no contributo das pessoas mais velhas na/para a sociedade, e uma preocupação com o mercado de trabalho, nomeadamente pela criação de oportunidades de emprego e pelo desenvolvimento de condições ajustadas de transição para a reforma (cf. Ribeiro, 2012).

Neste sentido, pode correr-se o risco de o conceito de envelhecimento ativo se tornar, ele próprio, um fator de exclusão e de segregação de certos grupos de pessoas mais velhas. O termo ativo difunde um referencial potencialmente desvalorizante daqueles e daquelas que, por diversas circunstâncias, incluindo razões de incapacidade funcional, se mantêm à margem das atividades reconhecidas como “produtivas” e/ou de relevância económica.

Tendo esse risco em mente, alguns autores, como Alan Walker, reforçam a noção de empoderamento contida no conceito de envelhecimento ativo. Também Maria Ángeles Durán, na sua participação na Conferência “Envelhecimento e Inovação”, refere-se a essa capacidade de as pessoas, ou mais particularmente, dos trabalhadores mais velhos poderem assumir os seus próprios destinos e decidir sobre a sua participação no mercado de trabalho: *“Ser ativo significa ser capaz de dizer “sim” e dizer “não”, aplicando os recursos necessários para fazê-lo. Se um trabalhador sénior aceitar com resignação, mas contra a sua vontade, que, quando cumprir 65 anos de idade é chegada a hora de retirar-se do mercado de trabalho porque assim o ditam as leis ou regulamentos, este não é um idoso ativo, mas sim um idoso resignado e passivo. Se desejar realmente continuar a trabalhar e se apresentar as condições físicas e mentais adequadas para fazê-lo, a sua aposentação é um despedimento forçado pela idade”* (Durán, 2013: 52).

## Envelhecimento no plural

A consideração de que o envelhecimento atravessa todo o ciclo de vida leva a dizer que é uma resultante de trajetórias anteriores e de opções sucessivas *“tendo como pano de fundo enquadramentos geracionais e históricos precisos. Estes enquadramentos delimitam o campo do processo de envelhecimento estabelecendo determinações e condicionando opções”* (Cabral, coord., 2013: 18) e o envelhecimento, enquanto construção social, revela as suas heterogeneidades e pluralidades:

- *“O envelhecimento depende de diversos contextos: o económico e social e o fator idade. ( ). Uma pessoa com recursos económicos consegue encarar a fase até ao final da vida*

*de uma forma mais leve, porque tem recursos e pode viajar. O contexto social também tem influência porque a forma como uma pessoa vive a vida, obviamente que se reflete na forma como vive o envelhecimento.” (Beja)*

- *“Tem diferentes significados. A todos os níveis. Se formos pensar, provavelmente pessoas com nível de educação mais elevado vão pensar diferente sobre o que significa o envelhecimento para si, nem que seja nas práticas que ao longo da vida potenciaram e gostaram de estar envolvidas” (Aveiro)*
- *“Um idoso do meio urbano é muito diferente do idoso do meio rural. No meio rural tratam dos animais e depois vão para casa, enquanto que os da cidade têm teatro, cinema...” (Braga)*
- *“Para os homens é muito mais complicado envelhecer e preparar-se para o envelhecimento. A mulher tem muito mais facilidade em procurar atividades e coisas para fazer e se manter ocupada.” (Funchal)*

Tal como se enunciou, existe uma heterogeneidade e uma pluralidade das formas de construir e viver a velhice. Reforçando o sentido das frases dos workshops, anteriormente citadas, o modo de envelhecer, e de viver a idade maior, depende de um conjunto de fatores: das condições económicas; da zona onde se reside; dos níveis de instrução; da idade (mais ou menos avançada); das condições físicas e cognitivas; do sexo dos indivíduos, entre outros.

Não se pretendendo uma abordagem exaustiva, apresentam-se alguns elementos que permitem evidenciar as referidas pluralidades:

- De acordo com os dados do INE, no final de 2011, *“mais de uma em cada três pessoas idosas não tinha qualquer nível de escolaridade completo. Esta é, igualmente, uma situação na qual se verificam diferenças muito significativas em termos de sexo. De facto, a percentagem de mulheres idosas sem qualquer nível de escolaridade completo praticamente duplica a percentagem de homens na mesma situação.”* (Perista, 2012:31)
- Alentejo é a região onde é maior a percentagem de mulheres com mais de 65 anos sem qualquer nível de escolaridade completo. É na Madeira que a percentagem de homens naquela situação é maior. (cf. Perista, 2012)
- Considerando os dados do Censo de 2011, mesmo entre as camadas mais velhas, à medida que a idade diminui, aumenta a percentagem de pessoas escolarizadas e aumenta o nível de instrução:

#### Quadro 1

### População com mais de 54 anos, grau de escolaridade completo e com o ensino secundário, 2011 (%)

	Com nível de escolaridade completo	Com ensino secundário completo
55-59 anos	92,8	8,7
60-64 anos	90,5	6,5
65-69 anos	83,8	4,6
70-74 anos	69,7	3,3
75 e mais	57,0	2,8

Fonte: Cálculos próprios com base em INE, Censos de 2011, disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao).

- As “mulheres tendem a fazer uma apreciação mais negativa do seu estado de saúde do que os homens ( ) registando-se, igualmente, uma significativamente maior probabilidade de classificação de existência provável de sofrimento psicológico.” (Perista, 2012: 17)
- “No escalão etário dos 85 e mais anos, são as mulheres que mais afirmam ter muitas limitações. Para os homens desse escalão etário que se confrontam com um problema de saúde ou de doença de longa duração, os reflexos parecem resultar mais numa limitação moderada das atividades diárias.” (Perista, 2012: 19)
- A taxa de mortalidade entre as pessoas com 65 e mais anos é mais elevado para os elementos do sexo feminino quando as causas são: doença de Alzheimer e tumores malignos dos ossos, pele e mama. (cf. Perista, 2012)
- Em 2010, 27,4% das mulheres com mais de 65 anos viviam em casas onde o teto deixava passar água, havia humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho. (cf. Perista, 2012)





## V. Questões demográficas e não só

### Da pirâmide ao cogumelo

Estimativas recentes indicam que a população de Portugal é a sétima mais envelhecida do mundo.

#### Quadro 2

#### Países com populações mais envelhecidas, 2010

País	Grupos dependentes		Índice de envelhecimento
	65 e + anos	<15 anos	
Japão	22,6	13	173,8
Alemanha	20,5	14	146,4
Itália	20,4	14	145,7
Grécia	18,3	14	130,7
Bulgária	17,6	14	125,7
Lituânia	17,4	14	124,3
Portugal	17,9	15	119,3
Áustria	17,6	15	117,3

Fonte: Population Référence Bureau, Fiche de Données sur la Population Mondiale 2010

A dinâmica de envelhecimento da população portuguesa, ainda que mais acentuada, inscreve-se, contudo, numa dinâmica europeia e mundial como os dados do quadro anterior fazem ressaltar. “*The European Union’s population structure is changing and becoming progressively older – there were slightly more than 87 million persons aged 65 and over on 1 January 2010 in the EU-27, some 17,4% of the total population. These latest figures can be compared with data from January 1985, when there were 59.3 million persons aged 65 and over in the EU-27 (12,8% of the total population).*” (Eurostat, 2012 :7)

Este comportamento demográfico da população não depende unicamente do aumento da esperança média de vida e da quebra das taxas de mortalidade; está também relacionado com outros “desempenhos”. Ou seja, o envelhecimento, ou rejuvenescimento, populacional depende da mortalidade mas também da natalidade e das migrações.

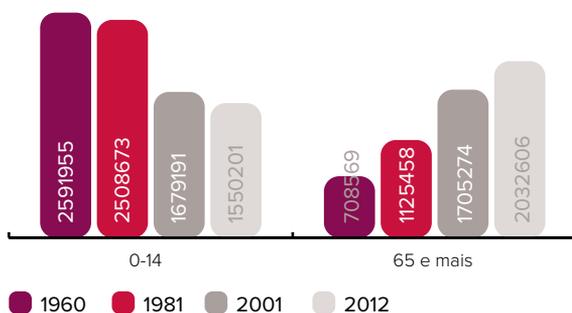
E, neste sentido, o envelhecimento da população encerra, em si, um paradoxo: o de ser um aspeto inequivocamente positivo, quando olhado na perspetiva do aumento da esperança de vida, da melhoria das condições de saúde, e de vida, em geral, da população; e o de se constituir como um fator de desequilíbrio demográfico (e social) quando cruzado com acentuadas quebras das taxas de natalidade e com um aumento de saldos migratórios fortemente negativos que alteram o peso também das estruturas etárias intermédias.

Este estrangulamento da base daquilo que era a chamada pirâmide etária leva a que a nossa sociedade, em termos demográficos, dê origem a uma figura que se assemelha mais a um cogumelo do que à antiga pirâmide.

De notar que, em 1960, as crianças (idades dos 0 aos 14 anos) eram em número de 2 591 955; em 2012, o número de crianças residentes no país desceu para 1 550 201. Por outro lado, as pessoas com mais de 65 anos atingiam o número de 708 569, em 1960, subindo para 2 032 606, em 2012. Em termos percentuais as pessoas com 65 e mais anos viram subir o seu peso percentual de 7,9% para 19,2%, enquanto que o peso das crianças, no total da população residente, desceu de 29%, em 1960, para 14,9% em 2012.

#### Gráfico 1

### Crianças e pessoas mais velhas na população portuguesa, 1960 – 2012 (valores absolutos)



*“A verdadeira crise no mundo, não é a crise financeira, é a questão demográfica.”  
(Aveiro)*

Fonte: INE/Pordata e INE, Anuário Estatístico 2012.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512](http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512).

Segundo dados do Anuário Estatístico de Portugal para 2012, o índice de envelhecimento da população portuguesa era de 131. Note-se que, esse mesmo índice, em 2011 era de 129 e, em 2001, era de 102. “As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentavam os índices de envelhecimento mais baixos do país, respetivamente 74 e 91. Em contrapartida, as regiões do Alentejo e Centro eram as que apresentavam os valores mais elevados, respetivamente, 179 e 164.” (Perista, coord., 2012: 14).

Cabe ainda referir que este desempenho da natalidade, da mortalidade e das migrações, para além de demográfico, é também social, económico, político e cultural (cf. Bandeira, 2012: 7).

### Porque as crianças são “tesouros com dentes”<sup>13</sup>

É, sobretudo, a quebra das taxas de natalidade que surge associada ao envelhecimento populacional, no discurso dos/as participantes dos *workshops* e sobre a qual se transmite alguma preocupação:

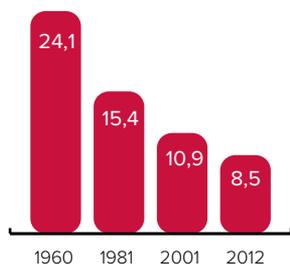
- “Esta é uma questão demográfica, é preciso políticas para promover a natalidade.” (Beja)
- “É uma coisa que a mim, me preocupa, por ser tão pouco falado no envelhecimento ativo que é a questão da natalidade, e de políticas mais ativas de apoio à família.” (Aveiro)
- “Estamos com o problema de envelhecimento, baixa natalidade, daqui a alguns anos quem vai estar aqui?” (Funchal)
- “O mundo tem falta de crianças ( ) isto também é um grave problema de futuro para a nossa sociedade.” (Angra do Heroísmo)

A quebra das taxas de natalidade facilmente se constata nas estatísticas disponíveis:

- A **taxa bruta de natalidade** era de 24,1% em 1960 e em 2012 de 8,5%.

Gráfico 2

#### Taxa bruta de natalidade, 1960 – 2012 (%)



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2014-01-16.<sup>14</sup>

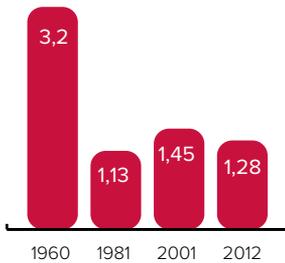
13 Vd. Durán, 2013.

14 Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+natalidade-527](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+natalidade-527).

- o Em 1960 o **índice sintético de fertilidade** situava-se nos 3,2; em 1982 passou, “pela primeira vez abaixo de 2,1 filhos por mulher – limiar mínimo que assegura a plena substituição das gerações” (Bandeira, 2012: 14); e em 2012 situava-se nos 1,28.

Gráfico 3

### Índice sintético de fertilidade, 1960 – 2012 (%)



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2013-06-1.<sup>15</sup>

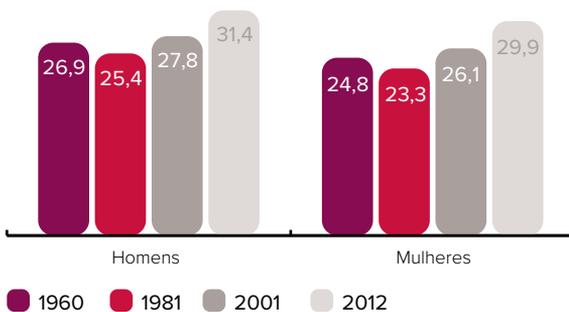
Vários fatores podem ser avançados para esta quebra progressiva nos nascimentos com a concomitante perda de capacidade de rejuvenescimento populacional.

A introdução de meios contraceptivos foi, sem dúvida, um dos aspetos que terá concorrido para alterações ao nível do comportamento reprodutivo das famílias mas, para além disso, não podem ser ignoradas algumas das condições sociais inerentes ao próprio processo de prolongamento da juventude anteriormente referido. Note-se o adiamento dos projetos conjugais e parentais visíveis no retardamento da idade média de casamento de homens e de mulheres e na idade média ao nascimento dos filhos:

- o Em 1960 a **idade média no primeiro casamento** era de 26,9 anos para os homens e de 24,8 para as mulheres. Em 2012, as idades subiram para 31,4 anos e 29,9 anos respetivamente para homens e mulheres.

Gráfico 4

### Idade média no primeiro casamento, 1960 – 2012



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2013-05-1.<sup>16</sup>

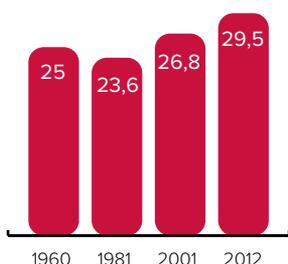
<sup>15</sup> Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Indice+sintetico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reproducao-416](http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Indice+sintetico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reproducao-416).

<sup>16</sup> Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421](http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421).

- A **idade média das mães no nascimento do primeiro filho** era, em 1960, de 25 anos; em 2012, aumentou para 29,5 anos; e “o início mais tardio da maternidade contribuiu logicamente para que diminuam as probabilidades de as mulheres terem um filho ou de voltarem a ter outro ou mais filhos.” (Bandeira, 2012: 15)

Gráfico 5

### Idade média das mães no nascimento do primeiro filho, 1960 – 2012



*“Eu, enquanto adolescente gostava de ter 5 filhos. Hoje, não sei se vou chegar aos 2... tenho 30 anos e ainda não tenho nenhum.” (Angra do Heroísmo)*

Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2013-05-14.<sup>17</sup>

Se estes factos se relacionam com o adiamento da entrada na vida adulta, motivado pelo prolongamento dos estudos e pelo aumento da precariedade laboral e do desemprego juvenil, tal como foi anteriormente referido, parece importante ressaltar uma outra dimensão salientada por María Ángeles Durán que a leva a designar as crianças como “tesouros com dentes”. Explica a autora que a sua qualificação como tesouros salienta o amor que os pais nutrem pelos filhos sendo que os dentes salientam os custos com o seu sustento. Porém, adianta ainda que “as crianças foram e continuarão a ser tesouros (...) hoje os dentes que assustam os pais das crianças, nos países desenvolvidos, não são os que mordem o pão, antes os que mordem o tempo.” (Durán, 2013: 40)

O investimento em tempo que uma criança exige hoje em dia é expresso por algumas das pessoas participantes nos workshops, criticando-se algumas medidas políticas que contribuem para retirar tempo à família e, como tal, à prestação de cuidados, nomeadamente à infância:

- “Agora questiono-me. Estão a pedir aos pais para terem mais crianças? Como? Acabaram de aumentar o número de horas de trabalho! Onde está a disponibilidade para termos com os nossos filhos?” (Funchal)
- “Nós colecionamos horas de trabalho e temos os filhos em creches quase 24h por dia.” (Aveiro)

<sup>17</sup> Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805](http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805).

- o “*Eu própria acho que é uma violência, nós achamos que a criança tem de ir para o ballet, para a música, para a ginástica e para o futebol e para não sei quê, e acho que é quase preencher-lhes o horário de tal forma que não sobra tempo nenhum para a relação connosco.*” (Angra do Heroísmo).

E surge a comparação com outros tempos onde as crianças eram entendidas como recursos a rentabilizar:

- o “*No tempo dos meus tios e dos meus avôs quando mandavam os filhos para a escola, já eram pessoas iluminadas para a sua época. Porque muitos deles era: «Cresceste? então vais ajudar a mãe, vais ajudar o pai; vais tomar conta dos teus irmãos »*” (Angra do Heroísmo)

Neste sentido, a tendência para o filho único será sinónimo da valorização das crianças no seio das famílias e corresponde a uma alteração do valor económico que lhes é atribuído, que já não surge sob a forma de lucro mas de custo, custos estes elevados e em concorrência com outros bens alternativos constitutivos de uma noção cada vez mais alargada de qualidade de vida.

Em consequência, deste processo, a dimensão média das famílias tem vindo a diminuir: em 1960 a dimensão média dos agregados familiares era de 3,8; em 2001, 2,8 e, em 2012, 2,6.<sup>18</sup>

## Ei-los que partem

Segundo Leston Bandeira, a história portuguesa entre 1950 e 1980 demonstra que o processo de envelhecimento demográfico não começa necessariamente com a queda da natalidade mas deve-se, sobretudo, aos intensos fluxos emigratórios. “*Esta relação entre forte emigração e envelhecimento demográfico é confirmada pelo facto de que o aumento do envelhecimento durante esse período foi mais acentuado em regiões do interior, nas quais a natalidade se mantinha ainda elevada. Foi o caso principalmente dos distritos de Portalegre, de Castelo Branco, de Beja e da Guarda, ou seja, de territórios do interior onde já na década de 1950 começam a ser observados importantes fluxos emigratórios. Pode-se, assim, dizer que a primeira fase do processo de envelhecimento, causada pela emigração, atingiu principalmente as populações do interior rural.*” (Bandeira, 2012: 10)

O autor acrescenta que “*os movimentos de emigração destruíram os velhos equilíbrios demográficos característicos de populações jovens, que era até então o modelo dominante em Portugal. (...) A emigração cavou nas antigas populações rurais do interior um profundo défice humano nas gerações ativas e em idade de procriar, o que desencadeou uma tremenda e imparável baixa da natalidade e feriu inexoravelmente o potencial de autorreprodução dessas populações para o futuro.*” (Bandeira, 2012: 13)

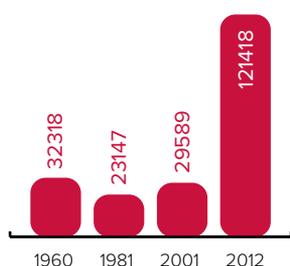
18 INE, Censos 1960, 2001 e 2011 em Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2013: 21.

E, se nos meados do século XX os fluxos emigratórios tiveram tais repercussões, quando, como já se disse, ainda se faziam sentir taxas de natalidade elevadas, que consequências terão na sociedade, em geral, e nas próprias relações intergeracionais, os atuais percursos emigratórios? Estes percursos, acelerados ao ritmo da crise económica, para além de serem encetados, sobretudo por jovens qualificados, têm uma forte expressão quantitativa.

- Em 1960 o **número de emigrantes** foi de 32 318. Em 2011 foi de 100 978 e, em 2012, subiu para 121 418. Destes, 43% são emigrantes permanentes.

#### Gráfico 6

#### Número de emigrantes, 1960 – 2012



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2013-06-19.<sup>19</sup>

O significado destes movimentos fica ainda mais claro se se considerar o seu peso relativo por cada mil habitantes. Assim, se em 1960 em cada mil habitantes 3,6 era emigrante, em 2012 esse peso cresce para 11,5.<sup>20</sup>

Esta realidade é expressa com alguma preocupação nas palavras das pessoas envolvidas nos *workshops*:

- “Estamos a assistir a uma autêntica sangria populacional se pensarmos que à baixa natalidade acresce a emigração das camadas mais jovens.” (Almada)
- “Dizem que os jovens não sabem o que querem, mas penso que os jovens têm perspetivas, pois estudam porque querem trabalhar. Mas é tão inseguro e instável o que a nossa sociedade tem para lhes oferecer que têm que ir atualizando as suas perspetivas procurando o seu futuro noutros países.” (Aveiro)
- “Com a questão da emigração, estamos a perder muitos jovens formados para a Bélgica, Noruega... Temos também muita gente não qualificada, da construção civil, que está a ir, por exemplo, para os Estados Unidos, dependente de ajudas de familiares que já lá estão.” (Beja)
- “Para mim há um aspeto preocupante que é a crise estar a levar à saída dos nossos jovens. Esta é a vertente da insustentabilidade da nossa economia, mas também da

<sup>19</sup> Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21](http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21).

<sup>20</sup> INE / PORDATA, Última atualização: 2014-01-16. Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+por+mil+habitantes-832](http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+por+mil+habitantes-832).

*nossa proteção social. Temos que evitar esta debandada dos jovens brilhantes que temos.” (Aveiro)*

- *“De um ponto de vista pessoal, a emigração dos mais jovens pode ser vista como algo de positivo. Mas interessante seria se não fosse uma emigração forçada.” (Angra do Heroísmo)*

O facto de uma boa parte destes movimentos não contemplarem o regresso ao país de origem fica também expresso como algo que definitivamente acentuará a desertificação de algumas zonas do País e, conseqüentemente, o seu empobrecimento e o reforço das desigualdades regionais.

- *“Em relação aos licenciados não acredito que haja retorno porque não há expectativas positivas aqui.” (Beja)*
- *“Temos uma série de pessoas licenciadas, em particular enfermeiros e assistentes sociais, que estão a sair, mas com orientação, ao contrário dos fluxos migratórios anteriores. Entre estes não há projeto de regresso e se anteriormente a emigração criou postos de trabalho cá, pois os emigrantes faziam investimento nas suas terras, isso agora não vai acontecer. E como não vai haver retorno a desertificação vai piorar.” (Funchal)*
- *“Quem está a sair são os jovens mais qualificados. Os verdadeiros impactos desta emigração ainda não se fizeram sentir. Mas a relação destas pessoas à terra não é a mesma de outros tempos. Acabou a casa do emigrante e não vai haver remessas. (...) Os jovens que hoje emigram têm outras perspetivas e a viagem é o seu projeto, não vai haver retorno.” (Guarda)*

E sem a presença das camadas mais jovens como ficará a construção de uma sociedade progressivamente mais solidária, numa ótica intergeracional? Não há dúvida que a emigração prefigura novas formas de interação e de convivialidade intrafamiliar ainda que à distância, fazendo recurso, nomeadamente, às novas tecnologias de comunicação. Mas, para além disso, pode vir a colocar sérios problemas ao nível dos cuidados das pessoas mais velhas no futuro, sobretudo tendo em conta que as mulheres são, ainda, as principais cuidadoras e que esta é uma emigração com uma marcada face feminina.

- *“Em alguns locais já não faz sentido falar em intergeracionalidade pois só há uma geração – a dos mais velhos. E mesmo as cidades, daqui a uns anos, como vão ficar? Se os jovens de hoje emigram e não regressam, quem vai cuidar dos velhos de amanhã?” (Guarda)*

## O lado feminino da esperança

O aumento da esperança de vida tem sido o grande responsável pelo crescimento do número de pessoas mais velhas na sociedade portuguesa.

### Quadro 3

#### Esperança média de vida à nascença, 1960 - 2011

	Homens	Mulheres
1960	60,7	66,4
1981	68,2	75,2
2001	73,3	80,1
2011	76,7	82,6

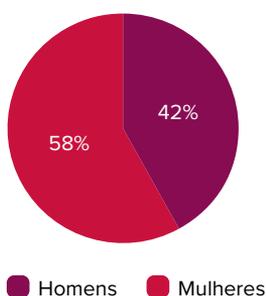
Fonte: INE/PORDATA. Última atualização: 2013-05-29.<sup>21</sup>

Considerando o período entre os anos 60 do século XX, e a atualidade, tanto homens como mulheres, podem viver hoje, em média, mais cerca de 16 anos do que há 50 anos atrás. Esta evolução dever-se-á a algumas das principais mudanças na sociedade portuguesa no passado próximo: melhoria dos cuidados de saúde e alterações nos hábitos das populações; aumento dos níveis de educação e a uma melhoria generalizada das condições de vida e de trabalho.

O facto de as mulheres, ao longo dos anos, terem apresentado uma maior esperança de vida reflete-se na desproporção entre o peso da população feminina e da masculina no conjunto das pessoas com 65 anos ou mais. Ao longo das décadas consideradas, as mulheres têm representado cerca de 60% da chamada população idosa; em 2011 elas representam 58,1%.

### Gráfico 7

#### População com 65 ou mais anos em 2011, por sexo (%)



Fonte: Cálculos próprios com base em INE/PORDATA.

21 Disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Esperanca+de+vida+a+nascenca+total+e+por+sexo-418](http://www.pordata.pt/Portugal/Esperanca+de+vida+a+nascenca+total+e+por+sexo-418).

A feminização é, sem dúvida, uma das características do processo de envelhecimento populacional. “A análise por escalões etários dentro da população idosa, relativa ao ano de 2010, evidencia que a feminização se acentua à medida que se considera idades mais avançadas: as mulheres representam um pouco mais de metade das pessoas com 65 a 74 anos mas representam, já mais de dois terços da população com 85 e mais anos.” (Perista, coord., 2012: 13)

Esta sobrerrepresentação das mulheres nas idades mais avançadas contraria a tendência do maior número de nascimentos de crianças do sexo masculino e revela, nas palavras de Maria Ángeles Durán, uma maior resistência, não tanto biológica, mas sim social, das mulheres (Durán, 2013).

Mas se a esperança média de vida à nascença tem “um lado feminino”, na medida em que aponta para uma maior longevidade das mulheres, as estatísticas mostram, porém, que apenas uma parte dessa vida mais longa poderá vir a ser vivida com saúde. Se “um homem de 65 anos pode aspirar a chegar aos 72 anos sem problemas de saúde de maior, já as mulheres, tendencialmente, não poderão aspirar a ir além dos 70 anos nas mesmas condições” (Perista, coord., 2012: 15).

E assim, a boa notícia que é a esperança de se ter mais tempo de vida pode tornar-se menos positiva quando se considera a esperança de vida saudável aos 65 anos.

#### Quadro 4

#### Esperança de vida e esperança de vida saudável aos 65 anos, por sexo, 2010

Esperança de vida	Mulheres	20,6
	Homens	17,1
Esperança de vida saudável	Mulheres	5,7
	Homens	7,1

Fonte: Eurostat in Perista, coord., 2012:16.

Mas será talvez a tal resistência social que faz com que muita gente considere as mulheres mais velhas como mais participativas e capazes de se adaptar a essa nova fase da vida:

- “Existe uma menor quantidade de homens em atividades na Universidade Sénior, mas as mulheres são mais participativas, os homens retraem-se mais.” (Angra do Heroísmo)
- “A minha opinião era que as mulheres têm o tempo mais ocupado e quando estão reformadas é que podem dar o tempo, até são mais voluntárias que os homens.” (Braga)
- “Noto que os homens envelhecem mais depressa que as mulheres.” (Funchal)



## VI. Políticas públicas e solidariedade entre gerações

Como já foi referido, a solidariedade entre gerações tem uma dimensão macro que remete para a existência de políticas que promovam uma equidade geracional e, como tal, sejam o pano de fundo para a construção de uma sociedade coesa e solidária do ponto de vista do equilíbrio entre gerações.

Considerar este tipo de políticas públicas é, sobretudo, considerar as políticas de família. Para a elaboração deste capítulo do trabalho conta-se, sobretudo, com a informação disponível no Observatório das Famílias e das Políticas de Família de 2012 e com o Estudo de Diagnóstico “Género e Envelhecimento – Planear o Futuro Começa Agora!” publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Foi ainda feita pesquisa própria com o objetivo de atualizar a informação disponível, utilizando-se, para o efeito, websites oficiais.

### Apoio à natalidade e à parentalidade

#### Abono pré-natal

O abono pré-natal deve ser pedido durante a gravidez, a partir da 13ª semana, ou após o nascimento da criança (durante 6 meses contados a partir do mês seguinte ao nascimento). A atribuição deste abono depende de prova de condição de recursos e os valores do subsídio estão dependentes dos rendimentos da família em que a mulher grávida se insere.

De acordo com os dados do Relatório da Conta da Segurança Social 2011, o número de titulares do abono pré-natal desceu de 106 669, em 2010, para 71 244, em 2011. A mesma evolução decrescente teve o número de beneficiários com majoração por serem famílias monoparentais: 19 291, em 2010, para 18 004, em 2011. (cf IGFSS, sd:340)

## Subsídio e licença parental

O subsídio parental é atribuído ao pai e à mãe, por nascimento de filho ou filha. Só pode ser atribuído ao pai se a mãe não requerer e exercer atividade profissional. É concedido até 120 ou 150 dias seguidos. O período depois do parto pode ser partilhado por ambos, sendo obrigatório a mãe gozar as primeiras semanas (42 dias). A estes períodos acrescem 30 dias, que podem ser gozados pelo pai ou pela mãe, por motivos de nascimento de gémeos ou partilha da licença.<sup>22</sup>

Este subsídio, através do Decreto-Lei nº 133/2012, regista uma diminuição do seu valor, pois o seu valor de referência, calculado a partir dos rendimentos das famílias, passou a ser mais baixo já que não são agora considerados os subsídios de férias, de Natal ou outros de natureza semelhante.

Ainda que esta alteração se tenha gerido por princípios de harmonização com os cálculos de outras prestações sociais, algumas organizações da sociedade civil mostraram o seu desacordo em relação à mesma. Nomeadamente a Comissão Nacional das Associações de Família referiu que estas “*medidas poderão ter como consequência a diminuição do número de filhos por agregado familiar, salvaguardando que ter um filho é um investimento muito grande por parte das famílias e que, quantos menos incentivos o Estado der, maior será a quebra demográfica.*” (citado em Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 121)

O direito à licença parental inicial, por nascimento de filho/a, representa 120 dias consecutivos, pagos a 100% da remuneração de referência; ou de 150 dias consecutivos, pagos a 80% da remuneração de referência; ou, ainda, de 180 dias consecutivos, pagos a 83% da remuneração de referência. O gozo da licença pode ser feito pela mãe e pelo pai, enquanto trabalhadores. Pai e mãe podem partilhar após o parto, sem prejuízo dos direitos da mãe.

No caso de opção pelo período de licença de 150 dias, nas situações em que cada um/a dos/as progenitores/as goze pelo menos 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias igualmente consecutivos, o montante diário é igual a 100% da remuneração de referência.

A licença é acrescida em 30 dias, no caso de cada um/a dos/as progenitores/as gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo obrigatório pela mãe. No caso de opção pelo período de licença de 180 dias, nas situações em que cada um/a dos/as progenitores/as goze pelo menos 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias igualmente consecutivos, o montante diário é igual a 83% da remuneração de referência.<sup>23</sup>

22 Cfr. Guia da Parentalidade, disponível em: [www4.seg-social.pt/documents/10152/13199/Parentalidade](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13199/Parentalidade).

23 Informação disponível em: [www.cite.gov.pt/pt/acite/proteccao02.html](http://www.cite.gov.pt/pt/acite/proteccao02.html).

No caso de nascimentos múltiplos, o período de licença parental inicial é acrescido de 30 dias por cada gêmeo/a além do/a primeiro/a, pagos a 100% da remuneração de referência.

Prevê-se, ainda, o direito a licença parental inicial a gozar por um/a progenitor/a por impossibilidade do/a outro/a, em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica do/a progenitor/a que estiver a gozar a licença. A licença referida carece de apresentação de atestado médico ou de certidão de óbito.

O Código do Trabalho, no seu artigo 50º, determina a possibilidade de um/a trabalhador/a faltar até 30 dias consecutivos, a seguir ao nascimento de neto ou neta que consigo viva em comunhão de mesa e de habitação e que seja filho/a de adolescente com idade inferior a 16 anos. O trabalhador, ou trabalhadora, pode também faltar, em substituição dos/as progenitores/as para prestar assistência inadiável e imprescindível, em caso de doença ou de acidente, a neto/a menor ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica.

## Apoio a crianças e jovens

### Abono de família para crianças e jovens

De acordo com a informação disponibilizada pela segurança social,<sup>24</sup> esta prestação é um valor em dinheiro, pago mensalmente, para ajudar as famílias no sustento e na educação das crianças e jovens.

O acesso ao abono de família depende do rendimento do agregado familiar. Para este efeito são considerados como rendimentos: rendimentos do trabalho dependente; rendimentos do trabalho independente; rendimentos de capitais; rendimentos prediais; pensões; prestações sociais; subsídios de renda de casa e outros apoios públicos à habitação com carácter regular. As crianças com 16 e mais anos devem estar matriculadas no ensino obrigatório ou equivalente.

Com o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, foram reduzidos os escalões de rendimento para atribuição do abono, sendo atualmente três esses escalões. Famílias cujos rendimentos se situem acima do limite superior do terceiro escalão (8.803,62€/ano) não têm acesso à prestação familiar. A fórmula de cálculo para a identificação do escalão de rendimento considera a soma de todos os rendimentos de todos os elementos do agregado familiar a dividir pelo número de crianças + 1.

As crianças até aos 12 meses recebem um valor mais elevado. Nos agregados familiares com três ou mais crianças, o valor recebido por cada criança com idade até aos 36 meses duplica, ou triplica, consoante o número de crianças no

24 Disponível em: [www4.seg-social.pt/documents/10152/14988/abono\\_familia\\_crianças\\_jovens](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14988/abono_familia_crianças_jovens).

agregado. As famílias monoparentais têm direito a receber mais 20% de abono de família.

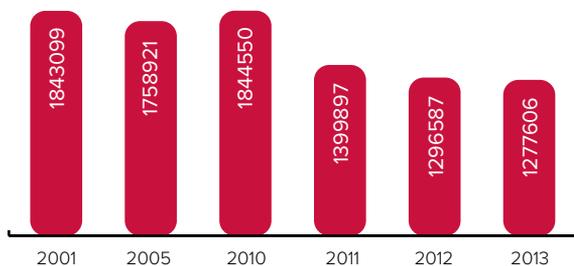
Como consequência do Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, os jovens a partir dos 16 anos têm de fazer prova da sua situação escolar, junto da segurança social durante o mês de Julho de cada ano, quando anteriormente era no mês de Outubro. “Para o Governo, esta medida de antecipação do prazo para entrega da prova escolar veio permitir a ‘adequação do pagamento das prestações ao calendário escolar, evitando o incómodo de devoluções ou de pagamentos retroativos recorrentes no passado’, uma vez que a atribuição do abono passa a ser feita de acordo com a atual situação financeira da família e não ‘com dois anos de diferença.’” (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 51)

Em 2012, a Portaria nº 344/2012, de 26 de outubro, introduz a possibilidade de reavaliação do escalão de abono de família caso se alterem os rendimentos ou a composição do agregado familiar e quando essas alterações tenham, pelo menos, três meses.

“A análise da evolução do número de titulares do abono de família demonstra que há menos jovens e crianças a beneficiar do abono de família em 2012 comparativamente a 2011, sendo que em 2011 já existiam significativamente menos titulares do que em 2010, dadas as alterações da legislação em Novembro de 2010, em particular a eliminação do 4º e 5º escalões de abono, medida que teve como consequência a exclusão de cerca de meio milhão de crianças e jovens desta prestação familiar, entre 2010 e 2011.” (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 54)

Gráfico 8

### Evolução do número de titulares do abono de família, 2001 - 2013



Fontes: Dados retirados do Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2013 e anos de 2001 e 2005). Restantes anos Instituto de Segurança Social, I.P, disponível em [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

Para além de aspetos de natureza administrativa, decorrentes das alterações legislativas em 2010, as quebras registadas, tanto nos titulares de abono pré-natal, como nos titulares de abono de família, não são alheias à quebra das taxas de

natalidade, à redução do número de imigrantes em Portugal e até à emigração de pessoas em idade reprodutiva.

No entanto, é incontornável, que na sequência das medidas de austeridade tem havido um caminho progressivo e deliberado de exclusão de milhares de crianças e jovens desta prestação. De acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) citado pelo Observatório das Famílias e das Políticas de Família, *“a despesas do Estado português em benefícios para as famílias e crianças está abaixo dos valores despendidos na maior parte dos países da União Europeia, situando-se, no entanto, acima de países como a Grécia, Itália e Holanda. Porém o Relatório afirma existir ainda espaço para aperfeiçoar o potencial destes benefícios, nomeadamente com a concessão a quem efetivamente deles carece, considerando o FMI que, apesar da elegibilidade depender do rendimento das famílias, os benefícios não estão, ainda, totalmente direcionados para os mais pobres pelo facto dos respetivos critérios de seletividade estarem não só acima do salário mínimo nacional, como, também, acima daqueles que são requeridos para o rendimento social de inserção.”* (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 60)

A atenção dirige-se, então, para os benefícios pagos a famílias que se inserem no terceiro escalão, ou seja com rendimentos anuais entre 5.869,09€ e 8.803,62€. Ora, se considerarmos um *“casal com um filho e com um rendimento total anual de 13 580 euros (neste caso, cada cônjuge ganha um salário mínimo nacional de 485 euros x 14 meses), o cálculo do seu rendimento de referência para aceder ao abono de família será de 6 790 euros anuais (13 580 a dividir pelo número de filhos mais um), ou seja pertence ao 3º escalão”* (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 61), sendo estas as famílias a penalizar.

## Conciliação entre a vida familiar e profissional

### Rede de equipamentos sociais de apoio à infância – creches e amas

Segundo a Carta Social 2012, as taxas de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (creche e ama, até aos 3 anos de idade) aumentaram de 26,7%, em 2006, para 41,8%, em 2012, valor que situa Portugal acima da meta dos 33%, traçada na Cimeira de Barcelona. (cf. GEP, sd: 19)

A taxa de utilização destas respostas tem, no entanto, diminuído: em 2006 a taxa de utilização era de 93,8% e, em 2012, passou para 83,4% (cf. GEP, sd: 20). A diminuição das taxas de natalidade; a emigração de jovens; o aumento do desemprego e os efeitos da atual conjuntura económica no poder de compra das famílias podem explicar esta redução.

## Horário de trabalho

Em sentido inverso às necessidades de tempo para estar em família, a proposta de Lei 154/XII altera a duração do período normal de trabalhado de trabalhadores em funções públicas de 35 horas semanais para 40 horas.

A Lei nº 23/2012, de 25 de Junho, estabelece a possibilidade do regime do banco de horas nos locais de trabalho podendo este ser instituído por acordo entre o empregador e o trabalhador. Na sequência desta decisão, o período de trabalho pode ser aumentado 2 horas diárias até um limite de 50 horas semanais e 150 horas por ano.

## Apoio na transição da escola para o emprego

A transição da escola para o mercado de trabalho é hoje uma das fases da vida que pode ser mais prolongada na sequência da compressão do emprego. Entre as medidas disponíveis para apoiar os jovens na sua empregabilidade, três grupos de idade são identificados: menos de 29 anos; 18 – 30 anos e 15-23 anos. A utilização destes três diferentes grupos de idade revela, uma vez mais, a já mencionada fluidez dos limites etários da juventude e reforça o seu carácter social.

Para além da idade, o perfil dos candidatos às medidas de apoio à integração no mercado de trabalho é, ainda, definida como: jovem à procura do primeiro emprego; jovem desempregado com nível de instrução elevado, à procura do primeiro emprego; jovem desempregado que não completou a escolaridade obrigatória à procura de emprego há mais de 6 meses; jovem desempregado inserido em famílias em que ambos os membros do casal estão desempregados; jovem desempregado inserido em família monoparental.

Nestes atributos, que são condições de acesso, podem identificar-se algumas das situações críticas associadas ao desemprego juvenil: a dificuldade do primeiro emprego; o problema da empregabilidade dos pouco escolarizados e com qualificações escolares de nível superior (sobretudo no que diz respeito à relação entre situação real e expectativas); a questão dos rendimentos das famílias monoparentais e daquelas onde o desemprego atinge os dois elementos do casal.

Entre as medidas existentes surgem as medidas dirigidas às empresas com o objetivo de facilitar o recrutamento de jovens trabalhadores/as; apoio direto a jovens para a criação do próprio emprego; formação; estágios profissionais.

Tendo em conta o elevado desemprego jovem o governo aprovou, no final de 2013, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de

dezembro, o Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem.<sup>25</sup> Nas palavras do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, este plano tem como objetivo “*garantir que todos os jovens com menos de 30 anos beneficiem de uma boa oferta de emprego, formação permanente, aprendizagem ou estágio no prazo de quatro meses após terem ficado desempregados ou terem terminado o ensino formal*”.<sup>26</sup>

Coordenado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o plano assenta num trabalho em parceria envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas, de âmbito nacional e local e estrutura-se em torno de seis eixos: Informação e gestão; Sistema integrado de informação e orientação; Educação e Formação; Estágios e Emprego; Parceria e redes; Coordenação e acompanhamento.

De acordo com a informação constante no Relatório Mensal de Execução Física e Financeira, Controlo do IEFP,<sup>27</sup> referente ao mês de Novembro de 2013 (último relatório disponível à data da elaboração deste texto), as pessoas abrangidas pelas medidas acima referidas, até ao final do mês em questão, foram as que constam no quadro seguinte.

#### Quadro 5

#### Pessoas abrangidas pelas medidas de emprego e formação dirigidas a jovens – Novembro de 2013 (valores acumulados)

Medidas	Número de pessoas	Pessoas segundo o sexo (%)		% de pessoas com menos de 25 anos	% de pessoas 25-34 anos
		H	M		
Medida de apoio à contratação via reembolso da taxa social única	3 153	42	58	17,7	26,5
Estímulo 2013	11 378	39,7	60,3	16,1	34,4
Estágio emprego	28 615	40	60	42	49
Apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego	1 806	63	37	1,1	10,7
Cursos Educação Formação	3 255	50	50	96,7	3,3

Fonte: Relatório Mensal de Execução Física e Financeira, Departamento de Planeamento Gestão e Controlo do IEFP, Novembro de 2013.

Tal como se pode verificar, a medida com maior capacidade de abrangência foi os “Estágios emprego”, seguida do “Estímulo 2013”. Em geral, estas medidas são mais procuradas por raparigas. Nos “Cursos de Educação Formação” houve um equilíbrio em termos de sexo mas no “Apoio ao empreendedorismo” e “Criação

25 Informação disponível em: [www.garantiajovem.pt/](http://www.garantiajovem.pt/).

26 Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, em: [www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedade-e-seguranca-social/mantenha-se-atualizado/20140128-msess-garantia-jovem.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedade-e-seguranca-social/mantenha-se-atualizado/20140128-msess-garantia-jovem.aspx).

27 Informação disponível em: [www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Documents/RM\\_nov2013.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Documents/RM_nov2013.pdf).

do próprio emprego” houve uma procura nitidamente mais acentuada por parte de rapazes. À exceção dos “Cursos de Educação Formação” que tendencialmente abrangerão um público mais novo, algum dele ainda dentro dos limites de cumprimento da escolaridade obrigatória, em todas as outras medidas há uma tendência para as pessoas abrangidas terem mais de 25 anos, o que revela, uma vez mais, um prolongamento das dificuldades de entrada na vida ativa.

Outra consideração importante é a de que, de acordo com os dados do quadro anterior, foram abrangidas pelas medidas enunciadas, um total de 48 207 pessoas. Considerando que as estatísticas do IIEFP, para Novembro de 2013,<sup>28</sup> apontam para 243 890 pessoas desempregadas com menos de 35 anos, inscritas nos Centros de Emprego do país, tal significará que menos de 20% estará abrangida por uma qualquer medida de emprego ou formação que se lhe destinará.

## De casa dos pais para casa própria

A Porta 65 é a medida que melhor se identifica com a prestação de apoio a jovens para saírem de casa dos pais e passarem a habitar sua própria residência. Esta medida destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. Os/as jovens podem concorrer a este apoio como isolados/as, em coabitação com outros/as jovens, ou a viverem em casal. O acesso à Porta 65 faz-se através de um processo de candidatura anual. Uma das regras para poder submeter a candidatura é a de que o rendimento mensal bruto da pessoa candidata não exceda em quatro vezes o salário mínimo nacional, nem quatro vezes o valor da renda máxima admitida. Este valor varia em função da zona do país e é atualizada anualmente pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. O objetivo da Porta 65 é o de promover a emancipação cívica e familiar do/a jovem.

Segundo um relatório do Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana,<sup>29</sup> datado de setembro de 2011, entre 2007, ano em que a medida foi criada, tinham sido apoiados/as 34 873 jovens. A grande maioria destes/as jovens vive só, ou em casal. Os valores das rendas apoiadas variam entre 300€ e 400€.

28 Disponível em: <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Documents/2013/Centros%20de%20Emprego%20novembro%202013.pdf>.

29 Disponível em: [www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ohru/pt/ohru/documentacao/anexos/ohru/P65J\\_2011\\_caracterizacao.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ohru/pt/ohru/documentacao/anexos/ohru/P65J_2011_caracterizacao.pdf).

## Apoio no desemprego

Em 2012 entraram em vigor novas regras de atribuição e concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego. Houve uma redução do prazo de acesso ao subsídio de 15 para 12 meses e o montante máximo do subsídio foi reduzido de 1.258€ para 1.048,05€. Ficaram também penalizadas as pessoas desempregadas há mais de seis meses pois o subsídio que lhes é atribuído reduz em 10%, em relação ao subsídio dos primeiros meses. O período de atribuição do subsídio de desemprego varia em função da idade e do número de meses de registo de remunerações, sendo o período máximo de atribuição igual a 540 dias para pessoas trabalhadoras com 40 ou mais anos e com registos de remunerações iguais ou superiores a 24 meses. A este período acrescem 60 dias (para quem tem 50 ou mais anos) por cada cinco anos com registo de remunerações nos últimos 20 anos.

Ainda em 2012 entrou em vigor, pela primeira vez,<sup>30</sup> a proteção social no desemprego dos trabalhadores independentes que recebem 80%, ou mais, do seu vencimento através da mesma entidade contratante, com registo de pelo menos 24 meses de remunerações nos últimos 48 meses. Estas são as situações que corresponderão aos chamados “falsos recibos verdes”.

Já em 2013 foi aprovada uma lei de proteção no desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e sócios gerentes de empresas,<sup>31</sup> cuja perda de rendimentos decorra do encerramento da empresa ou da cessação de atividade profissional de forma involuntária. As condições para atribuição do subsídio são as mesmas que para os trabalhadores independentes.

A partir de janeiro de 2013, as prestações de desemprego de valor superior a 419,22€ ficam sujeitas a contribuição para a Segurança Social.<sup>32</sup>

No subsídio social de desemprego mantém-se o prazo de garantia de 180 dias de descontos nos últimos 12 meses e continuam só a ter acesso os/as desempregados/as que cumpram a condição de recursos à data da situação de desemprego ou do pedido de atribuição do subsídio social de desemprego, ou seja, ter um rendimento *per capita* inferior a 80% do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) (419,22 €). Contudo, para manterem o direito a este subsídio as pessoas desempregadas devem fazer prova da composição do seu agregado familiar, e respetivos rendimentos, de ano a ano.

Os casais desempregados, com filhos, têm uma majoração de 10% no montante do subsídio de desemprego de cada membro do casal.

30 Decreto-lei nº 65/2012 de 15 de Março.

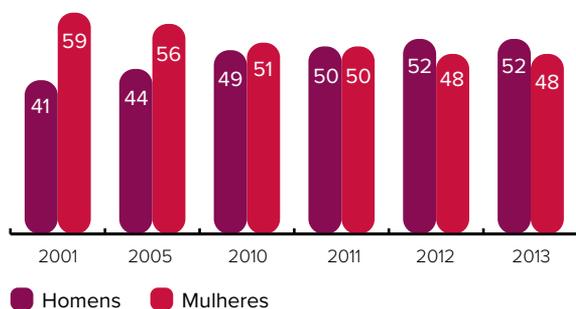
31 Decreto-lei nº 12/2013 de 25 de Janeiro.

32 Decreto-lei nº 51 /2013 de 24 de Junho.

Acompanhando a evolução do desemprego, o número de pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego tem vindo a aumentar. Na última década o número de pessoas beneficiárias desta prestação aumentou em mais de 200 mil; entre 2010 e 2013 o subsídio de desemprego foi atribuído a mais 72.325 pessoas, o que, por si só, é um indicador das dificuldades de (re)integração numa vida profissionalmente ativa.

Gráfico 9

### Pessoas beneficiárias da prestação de desemprego, por sexo, 2001 – 2013 (%)



Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P, disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

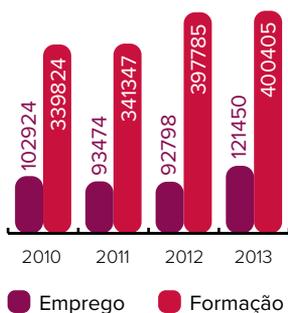
Como se pode ver pelo gráfico anterior, até 2010 as mulheres estão em maior percentagem entre as pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego. A partir de 2011 as proporções invertem-se, por via, certamente, do aumento do desemprego masculino numa fase inicial da crise quando os sectores económicos mais afetados foram, em primeiro lugar, sectores muito masculinizados da economia, como seja, por exemplo, a construção civil.

Apesar dos números expressivos de pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego, cabe referir que, em 2012, 46,4% dos indivíduos desempregados não recebiam subsídio de desemprego. Este “trata-se do valor mais baixo dos últimos doze anos. Em 2011 apenas 44,8% do total de desempregados beneficiavam de proteção social. Saliente-se ainda que, desde 2010, que o número de desempregados protegidos não ultrapassa a fasquia de 50% do total de desempregados. Entre os desempregados que, em 2012, tinham direito a proteção, a maioria (38,5%) recebe o subsídio de desemprego e 8% beneficiam do subsídio social de desemprego” (Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2013: 81).

Para além do subsídio de desemprego existe um conjunto de medida ativas que visam promover o desenvolvimento de competências e fomentar o acesso ao emprego das pessoas desempregadas.

Gráfico 10

### Evolução do número de pessoas abrangidas pelos programas e medidas de emprego e formação (Novembro de 2010, 2011, 2012 e 2013)



Fonte: IEFP, disponível em: [www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Documents/RM\\_nov2013.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Documents/RM_nov2013.pdf).

São os programas de formação que abrangem um maior número de pessoas sendo de registar um grande aumento no ano de 2013. Os programas de emprego têm uma capacidade mais modesta de envolvimento; por outro lado, o número de pessoas abrangidas desceu de 2010 para 2012, aumentando em 2013 para valores superiores a 2010.

Considerando apenas o ano de 2013 (com referência ao último mês disponível, o mês de novembro) verifica-se que apenas 27,9% e 29,6%, das pessoas abrangidas, respetivamente nos programas de emprego e de formação, tinham 45 anos ou mais.

### A passagem para a reforma

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º 187-E/2013, de 31 de dezembro, e da Portaria n.º 378-G/2013, de 31 de dezembro, a idade da reforma aumentou de 65 anos para 66 anos com possibilidade desta vir a ser aumentada, a partir de 2015. É também alterada a fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade que passará a ter por referência o ano 2000 (e não 2006) e vai ditar um corte de cerca de 12% nas pensões pedidas em 2014 (contra 4,78% em 2013).

A idade de reforma continua nos 65 anos no caso de trabalhadores que, legalmente, não podem manter atividade além dessa idade e que exerceram essa profissão pelo menos nos últimos cinco anos. É o caso de mineiros, pescadores, condutores de veículos pesados, pilotos de aviação, controladores de tráfego aéreo, bailarinos, etc. A idade de reforma é reduzida para os trabalhadores que, aos 65 anos de idade, já ultrapassem 40 de carreira.

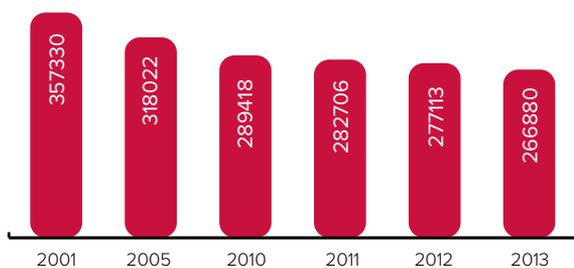
Também a pensão social de velhice e o complemento solidário para idosos, que até aqui eram atribuídos a quem atingia 65 anos, só serão atribuídos a partir da nova idade legal de reforma.

A partir de 2014, a penalização das reformas antecipadas terá por referência o número de meses de antecipação face à idade legal de reforma estabelecida em cada ano (e não face a 65 anos).

Como se referiu anteriormente, a passagem do exercício de uma atividade profissional para a reforma é das mais marcantes na vida dos indivíduos. Esta passagem pode ser descoincidente da idade estabelecida para a reforma e dever-se, sobretudo, a motivos de saúde. As pessoas beneficiárias de pensão de invalidez são, pois, aquelas a que foi reconhecida incapacidade permanente para o trabalho.

#### Gráfico 11

### Pessoas beneficiárias de pensão de invalidez 2001 - 2013 (valores absolutos)

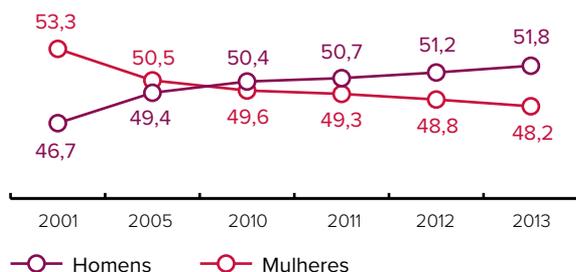


Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P, disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

Tal como se pode ver no gráfico acima, em 2013 mais de 266 mil pessoas eram beneficiárias da pensão de invalidez. Por outro lado, a análise do gráfico seguinte revela que, a partir de 2010, se verifica uma inversão da tendência anterior, sendo agora os homens os que têm uma maior presença entre as pessoas beneficiárias deste tipo de pensão. Será que se pode extrapolar, a partir destes dados, algum tipo de consequência da crise económica e do concomitante aumento do desemprego?

Gráfico 12

### Pessoas beneficiárias de pensão de invalidez, por sexo 2001 - 2013 (%)

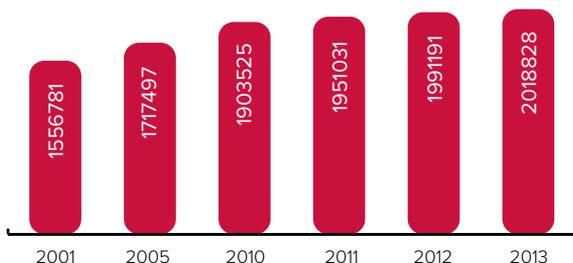


Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P, disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

Em 2012, a pensão de velhice, aquela que era atribuída, até 2013, a partir dos 65 anos de idade, abrangia 2 018 828 pessoas e, em coerência com o envelhecimento populacional, o número de pensionistas tem vindo progressivamente a aumentar.

Gráfico 13

### Pessoas beneficiárias de pensão de velhice, 2001 - 2013 (valores absolutos)



Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P, disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

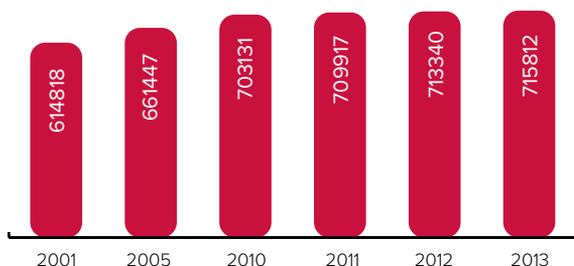
Entre estes pensionistas, as mulheres mantêm sempre um peso superior a 50%, oscilando as percentagens respetivas entre os 54,5% em 2001 e os 53%, em 2013.

Mas é a pensão social de velhice “aquela onde se verifica uma maior sobre representação feminina, sendo esta crescente à medida que se considera grupos etários mais velhos. As mulheres representam duas em cada três pessoas beneficiárias entre os 65 e os 74 anos mas, considerando o grupo etário dos 85 e mais anos, esse valor ascende a mais de quatro em cada cinco. Estes são dados que confirmam claramente a maior prevalência relativa das mulheres idosas na categoria de pensão que confere um menor nível de proteção e de garantia de recursos.” (Perista, coord., 2012: 46)

Em 2013, a pensão de sobrevivência abrangia mais de 715 mil pessoas beneficiárias, número que se tem mantido com alguma estabilidade nos últimos anos.

Gráfico 14

### Pessoas beneficiárias de pensão de sobrevivência, 2001 - 2013 (valores absolutos)



Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

Neste tipo de pensão as mulheres representam sempre mais de 80% das pessoas beneficiárias (81,8% em 2011 e 81,6% em 2013), o que reflete a maior sobrevivência das mulheres em caso de viuvez.

De notar que, de acordo com o Orçamento de Estado de 2014, prevê-se cortes nestas pensões ao introduzir-se condição de recursos para o acesso à mesma de acordo com critérios que ainda não estão claros.

Os diversos tipos de pensão têm montantes diferenciados. “*Independentemente do tipo de pensão, porém, é clara a diferenciação por sexo. O montante médio de pensão de invalidez auferido pelos homens é 33,2% superior ao registado para as mulheres. No caso da pensão de velhice esse valor é quase 70% superior. Apenas no que diz respeito à pensão de sobrevivência o montante médio auferido pelas mulheres é superior o que, porém, tem o mesmo sentido que as constatações anteriores, na medida em que esses montantes dependem da pensão de referência dos/as cônjuges.*” (Perista, coord., 2012: 47).

Considerando a situação dos pensionistas, é curioso referir uma publicação do Eurostat onde se pode ler que “*a survey in May and June 2009 shows that around half (49 %) of the EU’27 population thought that the current situation concerning the provision of pensions was not good (...). There was a wide variation in responses across the Member States, as upwards of 80 % of respondents in Greece and Portugal (two countries seriously affected by the sovereign debt crisis) thought that the situation was bad, a share that fell to below 20 % of respondents in Denmark, the Netherlands and Luxembourg.*” (Eurostat, 2012: 70)

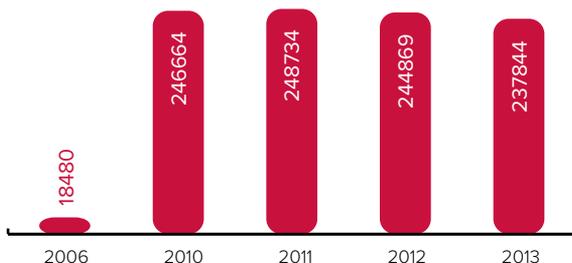
## Apoio a pessoas mais velhas carenciadas

O complemento solidário para idosos (CSI) é um apoio em dinheiro atribuído a pessoas com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice (66 anos) que residam em Portugal e que comprovem a existência de baixos recursos financeiros.

De acordo com dados da Estatísticas da Segurança Social, em 2013, 237 844 pessoas com mais de 65 anos eram beneficiárias do CSI. Este número corresponde a uma tendência de crescimento entre 2006 e 2011, o que significou uma progressiva capacidade de abrangência da medida desde o ano em que entrou em vigor. No entanto, o número de pessoas beneficiárias nunca chegou a alcançar um milhão, como inicialmente previsto. Esta diferença entre a estimativa e o número real de pessoas beneficiárias, poderá dever-se ao facto de se manter a obrigatoriedade de apresentação do IRS dos descendentes, baseada no dever de alimentos prevista no Código Civil. Esta exigência, contudo, poderá ter demovido e/ou excluído muitas pessoas mais velhas de acederem à medida.

Gráfico 15

**Pessoas beneficiárias do complemento solidário para idosos, 2006 - 2013**  
(valores absolutos)



Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P, disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas).

“A Conta da Segurança Social divulga que o número de beneficiários desta prestação ‘representou uma taxa de incidência de 11,5% no universo de pessoas idosas com mais de 65 anos’, destacando-se o distrito de Viseu (17,3%) e de Vila Real (18,6%) com valores acima da média. Numa análise por sexo, as mulheres mantêm-se as principais beneficiárias deste complemento (60%). Numa análise por distrito, é em Lisboa e Porto onde se concentra o maior número de beneficiários, seguindo-se Braga, Aveiro, Setúbal e Viseu.” (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 72)

Quanto a uma análise segundo o sexo das pessoas beneficiárias do CSI, verifica-se que as mulheres são as primeiras a aderir à medida, sendo também elas que, em geral, auferem pensões mais baixas havendo uma adesão progressiva por parte dos homens. Mesmo assim, as mulheres, em 2013, representam 68% das pessoas beneficiárias.

## Rede de equipamentos e serviços para pessoas mais velhas

Tendo em conta o conjunto de respostas dirigidas às pessoas mais velhas (lar, centro de dia, apoio domiciliário e centro de convívio), a Carta Social de 2012 dá conta de uma taxa de cobertura, no Continente e nesse ano, de 12%. Ou seja, considerando a população com idade igual ou superior a 65 anos, apenas 12% necessita de, ou encontra, apoio nas estruturas sociais disponíveis na rede solidária (GEP, sd: 32)<sup>33</sup>

Ainda de acordo com os dados disponibilizados pela Carta Social, aquela taxa de cobertura tem-se mantido relativamente constante ao longo da última década muito embora tenham sido criados, entre 2000 e 2012, mais 84 000 lugares (47%). O efeito da criação de novos lugares foi, porém, anulado, pelo crescimento da população idosa.

No conjunto destas respostas, foi o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) a que registou um maior aumento de lugares: mais 48 000 lugares entre 2000 e 2012, o que corresponde a um aumento de 98%, *“refletindo o papel que continua a desempenhar a prestação de cuidados à população idosa no seu espaço habitacional e no meio habitual de vida”* (GEP, sd.: 29). Esta é também uma resposta que tem alargado o seu período de funcionamento atendendo ao aumento das necessidades dos e das utentes. Em 2012, metade das respostas SAD funcionavam todos os dias da semana.

*“Relativamente à resposta SAD, é de salientar que os utentes até aos 80 anos representavam em conjunto quase 50% dos utentes a receber apoio desta resposta em 2012”* (GEP, sd.: 36), havendo um predomínio de mulheres.

Considerando as taxas de utilização, é o Lar Residencial a resposta que apresenta uma maior taxa (93,4%). A menos utilizada é o Centro de Dia com uma taxa de utilização de 67,2% o que aponta para uma necessidade de se repensar esta resposta social.

33 Disponível em: [www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2012.pdf](http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2012.pdf).

Ainda de acordo com a Carta Social 2012, 70% dos/as utentes de Lar tinham mais de 80 anos. Também aqui há uma maior presença de mulheres evidenciando, uma vez mais, a feminização da população idosa.

Faz ainda parte da rede de serviços para as pessoas mais velhas a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e os Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) resultou de uma parceria entre o Ministério da Saúde e do (então) Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (Decreto-lei n.º 101/2006, de 6 de Junho).

A capacidade das respostas sociais no âmbito da RNCII registou um aumento até 2010, ano a partir do qual começa a registar um decréscimo. Em 2012 a taxa de utilização situava-se nos 83% no caso da Unidade de Apoio Integrado (UAI) e de 83% no Apoio Domiciliário Integrado. Quase metade dos/as utentes corresponde a situações de grande dependência; 75% tem idade superior a 75 anos e 33% tem mais de 85 anos.

## Conforto habitacional

A situação de desfavorecimento relativo da população idosa no que diz respeito à habitação levou à criação do Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI). O PCHI foi criado pelo Despacho n.º 6716-A/2007, de 5 de Abril, sendo posteriormente alterado pelo Despacho n.º 3293/2008 de 11 de Fevereiro. O Programa visa a qualificação das habitações procurando melhorar as condições básicas de habitabilidade bem como a mobilidade das pessoas que usufruam de serviços de apoio domiciliário. Este será também um programa que contribui para a prevenção da institucionalização de pessoas com menos mobilidade.

Embora tenha âmbito nacional o programa tem priorizado os distritos do interior do país onde são ainda mais elevados os índices de envelhecimento populacional, sendo executado mediante uma parceria entre o Instituto da Segurança Social, IP e os municípios, mediante o estabelecimento de protocolos de colaboração válidos por 12 meses, passíveis de renovação.

Podem beneficiar do PCHI pessoas com 65 e mais anos cujo rendimento mensal per capita seja igual ou inferior ao valor do indexante dos apoios sociais (419,22€) e desde que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos: vivam em habitação própria (a habitação deve estar inscrita na matriz predial em seu nome) ou residam numa habitação há pelo menos 15 anos de forma permanente; estejam a usufruir de serviços de apoio domiciliário, ou frequentem

a resposta de Centro de Dia, ou cuja prestação destes serviços esteja dependente da qualificação habitacional; residam sozinhas ou em coabitação com outra(s) pessoa(s) idosas(s), familiar(es) com deficiência, menores, ou maiores desde que estudantes e sem rendimentos do trabalho ou prestações substitutivas destes.

Numa primeira fase o programa realizou-se em seis concelhos; em 2011 alargou-se para um total de 53 municípios. Tendo em conta a primeira fase “*praticamente 1 100 pessoas idosas foram abrangidas pelo programa, 57,2% das quais mulheres.*” (Perista, coord., 2012: 28).

Para além deste programa de âmbito nacional são vários os municípios, e algumas instituições, que têm vindo a criar programas de prestação de serviços ao nível das pequenas reparações nos domicílios da população idosa.<sup>34</sup>

O Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) promove o programa SOLARH (Decreto-lei n.º 7/99 de 8 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 39/2011, de 9 de fevereiro). Este é um programa orientado para a reabilitação /conservação do edificado e que se destina a apoiar financeiramente as pessoas com baixos rendimentos, na conservação das suas habitações próprias e permanentes, mediante a concessão de um empréstimo sem juros.<sup>35</sup>

De referir, ainda, algumas alterações legislativas referentes aos arrendamentos. A Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, tem como objetivo dinamizar o mercado de arrendamento urbano conferindo maior liberdade às partes na estipulação das regras relativas à duração dos contratos de arrendamento; cria um procedimento especial de despejo permitindo que o local arrendado seja, de modo mais célere, colocado no mercado de arrendamento. Ou seja, se não for conseguido acordo sobre o valor do aumento da renda, o senhorio pode pagar uma indemnização equivalente a cinco anos de rendas ao valor proposto pelo inquilino, ficando com o imóvel livre.

Inquilinos com mais de 65 anos; com grau de incapacidade superior a 60% e com carência económica não podem ser despejados.

Um subsídio de renda pode ser atribuído a quem tiver um contrato de arrendamento para habitação permanente anterior a 18 de novembro de 1990 e a atualização da renda tenha ocorrido até 12 de novembro de 2012. Por outro lado, o subsídio é atribuído se o inquilino tiver:

- o mais de 65 anos e o seu agregado familiar tiver tido, no ano anterior, um rendimento anual bruto corrigido (RABC) inferior a 3 x RMMG (retribuição mínima mensal garantida) x 14 (€20. 370€);

34 Sem se pretender ser exaustivo refira-se que este tipo de serviços está disponível em instituições como: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Câmara Municipal de Odivelas; Câmara Municipal de Alenquer; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal do Funchal; Câmara Municipal de Vizela; Câmara Municipal de Matosinhos, nomeadamente.

35 Informação disponível em: [www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/portal/docs/Solarh\\_InstrucoesCandidatura.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/portal/docs/Solarh_InstrucoesCandidatura.pdf)

- o mais 65 anos ou mais e o seu agregado familiar tiver tido no ano anterior um RABC inferior a 5 x RMMG x 14 (33.950€).<sup>36</sup>

## Saúde

Pela Circular Normativa n.º 5 de 2013 as taxas moderadoras foram fixadas em 5€ para uma consulta de medicina geral e em 15.42€ uma consulta de urgência básica.

Isentas do pagamento das taxas moderadoras estão as pessoas que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), equivalente a 628,83 euros.<sup>37</sup> Em 2011 este limite era de 485€. Continuam isentas, sem limites de rendimento, as grávidas e parturientes; as crianças até aos 12 anos de idade e as pessoas com incapacidade igual ou superior a 60%.

Também em 2013 o valor do “cheque dentista” diminuiu de 40€ para 35€ mas alarga-se a sua cobertura às crianças até aos 15 anos de idade. Mantém-se a elegibilidade apenas para crianças e jovens que frequentem o ensino público ou instituições de IPSS. Também as grávidas seguidas no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e as pessoas beneficiárias do complemento solidário para idosos utentes do SNS podem ser referenciadas, na sequência de decisão do médico, ou da médica, de família e com base em critérios clínicos, para consultas de medicina dentária.<sup>38</sup>

O montante do subsídio por doença diminuiu para as baixas até aos 30 dias: de 65% passou para 55% do rendimento de referência. No caso de as baixas terem um período entre os 30 a 90 dias o valor desce de 65% para 60% do rendimento de referência. *“Em compensação é introduzida uma majoração de mais 5% sobre o valor do subsídio de doença a receber nas baixas até 90 dias para os beneficiários com rendimentos de referência iguais ou inferiores a 500€, para agregados familiares com três ou mais crianças menores de 16 anos de idade (24 anos se titulares do abono de família) e para os agregados familiares que integrem descendentes beneficiários da bonificação por deficiência do abono de família. Mantém-se o subsídio de doença de 70% para baixas entre os 91 e os 365 dias e de 75% para baixas superiores a 365 dias”* (Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2013: 142).

Ainda no domínio da saúde, tem sido polémico o encerramento de maternidades, centros de saúde e de serviços de urgência que tem dado origem a movimentos de contestação que reúnem populações e autarquias.

36 Informação disponível em: [www4.seg-social.pt/documents/10152/14969/subsidio\\_renda\\_casa](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14969/subsidio_renda_casa).

37 Informação disponível em: [www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/taxas+moderadoras/requerimento+isencao.htm](http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/taxas+moderadoras/requerimento+isencao.htm).

38 Informação disponível em: [www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/saude+oral/cheques+dentista.htm](http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/saude+oral/cheques+dentista.htm).

## Apoio na privação económica

O Rendimento Social de Inserção (RSI) (Rendimento Mínimo Garantido, aquando da sua criação) foi concebido como uma medida social ativa destinada a proteger todas as famílias cujos rendimentos, por qualquer razão, não atingissem um determinado limiar considerado como mínimo indispensável à vida. Criava-se condições para a subsistência que, em paralelo com a existência de um contrato de inserção, estabelecido entre as pessoas beneficiárias e a sociedade, proporcionavam as condições para a autonomia.

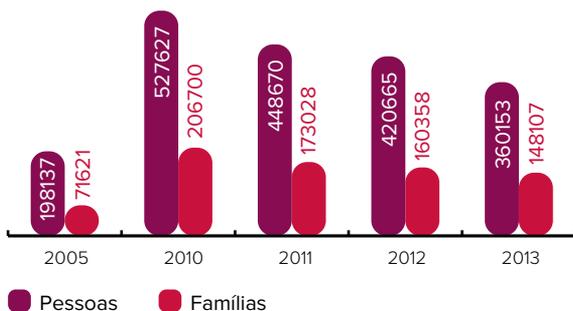
Ao longo dos anos esta medida tem sofrido várias alterações. Refira-se as mais recentes:

- Alteração de um parâmetro da condição de recursos, nomeadamente o limite máximo do valor do património imobiliário a partir do qual já não se pode aceder à prestação de RSI. Atualmente o valor do património mobiliário do requerente e do seu agregado familiar não pode ser superior a 60 vezes o valor do IAS, ou seja 25.153,20€. O mesmo valor é considerado como limite para qualquer bem móvel registado em nome do requerente.
- Alteração da capitação dos rendimentos do agregado familiar. De acordo com o Decreto-lei n.º 133/2012, de 27 de junho, a escala de ponderação do valor de cada elemento do agregado familiar é agora: 100% para o titular (mantendo-se face à legislação anterior); 50% por cada indivíduo maior (anteriormente estava fixada nos 50%); 30% por cada membro menor de idade (era 50%). *“Através da diminuição da ponderação atribuída ao segundo e subsequente adulto e às crianças e jovens com idade inferior a 18 anos, reduz-se, portanto, mas uma vez, não só o valor de RSI a receber mas, igualmente, o limiar/fronteira de rendimentos que permite a uma família aceder ao RSI”* (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 61).
- Alteração do valor de referência do RSI. A medida deixa de estar indexada ao valor da pensão social (pensão mais baixa do sistema de pensões) e passa a corresponder a uma percentagem do valor do indexante dos apoios sociais (IAS). É a Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto que fixa essa percentagem em 45,208% para 2012. Em 2013 a percentagem diminui para 42,495% (Decreto Lei nº13/2013, de 25 de janeiro). Isto significa que, em 2013, o valor de referência para o cálculo da prestação era de 178,15€.

Gráfico 16

## Pessoas e famílias beneficiárias de RSI, 2005 - 2013

(valores absolutos)



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, disponível em: [www4.seg-social.pt/estatisticas](http://www4.seg-social.pt/estatisticas) (base atualizada em 3 de março de 2014).

Tal como se pode verificar pelo gráfico anterior, o número de pessoas e famílias beneficiárias sobe de 2005 para 2010 e, a partir daí, desce consideravelmente. Tomando como ponto de referência o ano de 2010:

- Existem menos 167 474 pessoas a serem apoiadas através do RSI.
- São menos 58 593 famílias que recebem a prestação.

Por outro lado, considerando algumas características das pessoas beneficiárias:

- As mulheres mantêm uma percentagem superior a 50% no total das pessoas beneficiárias, ao longo dos anos.
- O peso das crianças (menos de 18 anos) diminui de 39,5% em 2005 (e de 35,6% em 2010) para 33,9%, em 2013. Este decréscimo percentual corresponde a menos 64 836 crianças.

O valor médio da prestação por indivíduo, no ano de 2013, foi de 87,11€ (menos 53 cêntimos que em 2010). O valor médio, por família, no mesmo ano, foi de 210,85€ (menos 17,22€ que em 2010).

Sendo o RSI a transferência social com maior impacto na redução da pobreza extrema,<sup>39</sup> as alterações que vão no sentido de penalizar de forma clara as famílias com crianças, terão reflexos evidentes na qualidade de vida das mesmas e na pobreza infantil.

39 Vd. Farinha 2012.

## Outros apoios económicos às famílias

- Descontos sociais nas tarifas de eletricidade e gás natural para pessoas beneficiárias do CSI, RSI, subsídio social de desemprego, pensão social de invalidez e famílias cujos rendimentos se integrem no 1º escalão do abono de família.
- Desconto nos passes escolares para crianças e jovens do 4 aos 18 anos de idade de famílias carenciadas: 60% para quem se integre no 1º escalão do abono de família; 25% no caso dos estudantes no 2º escalão de rendimentos. Para os estudantes no ensino superior até aos 23 anos de idade, os descontos são de 60% se beneficiarem de ação social escolar e de 25% se os rendimentos dos agregados familiares forem iguais ou inferiores a 503,06 (1,2 x valor do IAS).
- Passe Social + com dois escalões de bonificação: A, com 50% de desconto para pessoas beneficiárias de CSI e de RSI; B, para pensionistas; beneficiários do subsídio de desemprego e social de desemprego e pessoas com rendimentos mensais inferiores a 1,2 o valor do IAS.
- As Cantinas Sociais, uma das medidas do Programa de Emergência Social (PES), são alargadas: de 590 em 2012 passam para 811, em 2013.
- Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores. *“Fundo através do qual o Estado garante o pagamento da respetiva pensão de alimentos quando o progenitor não cumpre esse dever estipulado em tribunal. A partir de janeiro de 2013, para ter direito a este fundo o rendimento líquido do menor, ou a capitação de rendimentos do respetivo agregado familiar, não pode ser superior a 419,22 euros, ao invés de um salário mínimo (485 euros), tal como na lei anterior. Com esta medida prevê-se a diminuição do número de crianças e jovens menores de 18 anos beneficiários deste fundo.”* (Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2013: 141)

## Imposto sobre o rendimento

*“O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) é a componente da carga fiscal que mais aumentou ao longo dos últimos anos (2011-2013), causando um forte impacto no orçamento dos portugueses, designadamente das famílias com crianças e adolescentes a cargo.”* (Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 2013: 99)

Para além das alterações nos escalões de rendimento e da alteração das taxas de retenção na fonte importa referir outras alterações que se reportam às deduções à coleta de despesas específicas do agregado doméstico. Assim, a tabela de IRS de 2013 define que os contribuintes que ganhem mais de 80 mil euros anuais deixam de poder fazer deduções à coleta. Quem se situa nos escalões intermédios pode deduzir entre 1.250€ (2º escalão de rendimento) e

500€ anuais (4º escalão). Apenas os contribuintes que auferem um rendimento coletável anual inferior a 7.000€ (1º escalão) mantêm a possibilidade de deduzir sem limites as despesas com o agregado familiar.

As deduções possíveis são:

- 10% despesas de saúde (anteriormente era 30%), num limite de 834,44€;
- 15% de encargos com imóveis (anteriormente era 30%) num limite de 296€ no que diz respeito a juros da dívida relativos a empréstimos à habitação e 502€ para despesas com contrato de arrendamento;
- 20% das pensões de alimentos decretadas pelo tribunal, num limite de 419,22€ mensais;
- 30% das despesas com educação, formação profissional e reabilitação até ao limite máximo de 760€ (no caso de haver 3 ou mais dependentes estudantes, o limite é elevado em 142,50€ por dependente).
- 25% dos encargos relativos ao próprio e ascendentes e colaterais até ao 3º grau (desde que tenham rendimento inferiores ao salário mínimo) com um limite máximo de 403,75€.

## Considerações

A partir da exposição feita sobre um conjunto alargado de medidas parece evidente a ausência de uma linha coerente de orientação estratégica das políticas que perspetivem as pessoas ao longo do seu curso de vida e nas suas múltiplas dimensões. A isso algumas pessoas, participantes nos workshops designaram como política de família: *“Na realidade, não há uma política de família, ou para as famílias. Não há uma política, que permita considerar as famílias de uma forma integrada, como uma unidade, ainda que com necessidades distintas no próprio seio.”* (Almada)

Fundamental seria um olhar transversal e global que está para além de perspetivas setoriais segundo as quais a maior parte das políticas é desenhada e implementada. Uma perspetiva holística, capaz de equacionar as diferentes necessidades das pessoas e das famílias e de promover um maior equilíbrio e uma solidariedade entre as gerações, impõe-se:

- *“Na minha ótica ainda não existe uma verdadeira política de solidariedade entre gerações. Acho que continuamos a ter políticas sectoriais e não olhamos para estas questões de forma integrada.”* (Aveiro)

- *“Faz-nos falta uma concertação ministerial. As políticas devem ser concebidas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e não é o que se verifica. Não há concertação entre os ministérios.”* (Aveiro)

A necessidade de um olhar mais integrado poderá vir a ser colmatada com a dinamização do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social. Este Conselho, cuja regulamentação se aguarda, foi criado por fusão, em 2011, do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, do Conselho Nacional de Segurança Social, do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, da Comissão para a Promoção de Políticas de Família, e do Conselho Consultivo das Famílias. Em 2014 passou para a tutela do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS). Tem por missão coadjuvar o membro do Governo responsável pela área da solidariedade e da segurança social na definição e execução das diversas políticas a prosseguir no âmbito do respetivo ministério. Funcionará em articulação com o membro do Governo responsável pela área da igualdade de género.

E na ausência de um olhar integrado fica clara a preocupação com as repercussões de algumas tomadas de decisão não só na vida quotidiana das pessoas como no progressivo envelhecimento, desertificação e empobrecimento de algumas regiões do país. É como se a desertificação fosse uma profecia que se cumpre por si própria.

- *“Preocupa-me o fecho das unidades de saúde nas nossas freguesias. Os nossos idosos não têm como se deslocar, não temos uma rede de transportes que permita essa deslocação fácil. Quando se estabelece esse tipo de políticas tem que se analisar as consequências aos diversos níveis e pensar em políticas complementares.”* (Aveiro)
- *“Se a aldeia não tem empregos, escolas e serviços de saúde a população ativa vai embora. Ficam os mais velhos e depois o encontro com os mais novos é muito esporádico. Esses laços não são mantidos de forma natural. Eu vivo na Guarda, mas sou de uma aldeia de outro distrito e procuro lá ir todos os fins-de-semana com as minhas filhas e não vemos quase ninguém, não há jovens nem crianças.”* (Guarda)
- *“Verifica-se um esvaziamento progressivo do interior em termos de serviços. ( ). A perda de serviços como seja os CTT, os serviços de saúde, as finanças, significa um definhamento dos locais e não promove o envelhecimento ativo. Para além disso tem grandes efeitos negativos na economia local. Prova disso são os inúmeros pequenos comércioos que estão a fechar.”* (Guarda)

- *“Não se pense que o encerramento de serviços não significa uma menor qualidade de vida. As pessoas são atingidas e muito, sobretudo as mais frágeis e, como parece óbvio, os mais velhos. A questão dos transportes é evidente: serviços mais distantes obrigam a uma maior necessidade de transporte. Como não há transportes públicos, só os táxis, há mais custos. Na área da saúde isso tem-se refletido numa menor recorrência aos serviços, o que certamente significará uma diminuição dos cuidados, em particular, nos cuidados de saúde preventiva.”* (Guarda)
- *“Temos estado a encerrar escolas e em visitas a algumas dessas aldeias os idosos referiam que encerrar as escolas é matar aldeias, pois só o riso das crianças à hora de almoço alegrava a aldeia.”* (Guarda)
- *“Eu tenho um sobrinho que vive em Santa Barbara. Levanta-se às seis e meia da manhã para apanhar o autocarro das sete para vir para baixo, para a escola. À tarde eu é que o vou buscar, às sete da noite. Já passou ali metade do dia, doze horas e ele diz «oh tio eu já não aguento».”* (Angra do Heroísmo)

Estas preocupações não remetem apenas para uma desertificação populacional mas também para as condições efetivas de práticas de solidariedade intergeracional, a um nível familiar, em tais contextos geográficos.

Do anterior enunciado das políticas fica igualmente clara a tendência para uma redução, generalizada, dos apoios e da proteção às famílias em várias áreas e fases das suas vidas – a crise e a fragilidade económica do país são matéria incontornável com reflexos na qualidade de vida e na verificação de direitos sociais e humanos:

- *“Tínhamos um estado social que levou décadas a construir e está a ser desmantelado. Estamos a perder qualidade de vida e a pôr em risco grupos que já são vulneráveis e os Direitos Humanos.”* (Almada)

Na redução dos apoios saliente-se a preocupação com uma diferenciação positiva em relação às pessoas e famílias com rendimentos mais baixos. Mas os critérios de acesso são de tal forma restritivos que há uma nítida quebra da capacidade de abrangência – tal como se pode verificar na evolução negativa dos números de pessoas beneficiários (nalguns casos visível apenas em termos percentuais) de algumas das medidas desde o abono de família, ao RSI e à proteção no desemprego. Nesses critérios, os limites de rendimento a partir dos quais se estabelece o acesso a algumas das medidas são de tal modo baixos que colocam em questão os padrões de referência de uma vida digna e em condições de autonomia.

Esta questão é evidenciada nos números sobre a pobreza. Os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, em março de 2014, com base no EU-SILC, revelam um aumento da intensidade da pobreza, entre 2011 e 2012, o que significa que, de facto, “os pobres estão mais pobres”: a “taxa de intensidade da pobreza, que mede em termos percentuais a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, foi de 27,3% em 2012, registando-se um agravamento de 3,3 p.p. face ao défice de recursos registado em 2011 (24,1%).” (INE, 2014:3).<sup>40</sup>

Por outro lado, a mesma fonte de informação, dá conta da menor eficácia da proteção social na prevenção de situações de pobreza já que, excluindo as pensões, houve uma redução do impacto das transferências sociais. Ou seja, considerando os subsídios relacionados com a doença e incapacidade, abono de família, subsídios de desemprego, RSI e outros, a redução do risco de pobreza foi inferior ao observado no ano anterior (6,8 p.p., em 2012, face a 7,3 p.p., em 2011). (INE, 2014:3).<sup>41</sup>

Estes são aspetos que mereceram alguma reflexão nos *workshops* questionando-se as estratégias assistencialistas atualmente em cursos:

- “Sinto-me revoltado, sabe? Há tanta gente a quem já não resta nada, já perderam o direito a todos os subsídios e o que vão fazer? Onde estão as respostas? A pobreza é, cada vez mais, uma questão séria no nosso país.” (Aveiro)
- “Não podemos pensar em reduzir a pobreza com iniciativas assistencialistas e que têm uma capacidade reduzida.” (Braga)
- “Há projetos que não têm continuidade. Quando estamos a criar as condições para a população, o projeto termina ou seja, estamos a desenvolver ações enganosas.” (Guarda)
- “Há muitas famílias que já não têm direito a apoios sociais. As cantinas sociais são um apoio, mas não a solução. As pessoas têm direito a mais do que isso, têm direito à sua autonomia.” (Aveiro)
- “A pobreza das crianças é a pobreza das suas famílias que são vistas como sendo preguiçosas.” (Almada).

Uma vida digna, com qualidade e em condições de autonomia, pode também estar em causa para as pessoas que têm vindo a sair dos equipamentos disponíveis na rede solidária de equipamentos e serviços. Note-se, a este propósito, a progressiva redução das taxas de utilização das creches e dos equipamentos de apoio a pessoas mais velhas.

40 Informação disponível em: [www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2).

41 Informação disponível em: [www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2).

E se qualquer medida de política se deve orientar para a autonomia, um elemento de preocupação pode residir, também, na muito menor capacidade de abrangência revelada pelas medidas de emprego face às medidas de formação.

Verifica-se, por outro lado, uma sobrevalorização do tempo produtivo (patente, por exemplo, no aumento do horário de trabalho), face ao tempo de cuidar sendo este, porém, indispensável para a construção de uma solidariedade intergeracional no seio das famílias.

E, paralelamente a um discurso penalizador das famílias, pela suposta demissão nos cuidados às pessoas mais velhas, continua a não se verificar nenhum tipo de dedução fiscal com os encargos com a prestação de cuidados quando uma pessoa idosa dependente fica em casa: *“Ouve-se muito dizer que o idoso deve ser tratado o quanto possível no seu seio familiar, mas as políticas não fomentam muito isso.”* (Guarda)

Numa perspetiva de equilíbrio entre as gerações na sociedade, isto é, na perspetiva macro da intergeracionalidade é ainda preocupante a fraca aposta nas crianças. Com efeito, as famílias com crianças têm, sobretudo através das restrições no acesso ao abono de família e ao RSI, vindo a perder proteção, com as implicações que daqui decorrem nos respetivos níveis de vida.

Importa recordar, a este propósito, que Portugal apresenta uma taxa de pobreza infantil mais elevada do que a da população em geral. Como já foi anteriormente referido, em 2012, a taxa de pobreza infantil (0-18 anos) em Portugal era de 24,4%, enquanto que para a população total era de 18,7%. (INE, 2014:1).<sup>42</sup>

Outro aspeto que merece atenção prende-se com o facto de as atuais medidas de apoio às crianças e jovens não terem em consideração a criança como cidadã, tal como fazia anunciar a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, pois a sua atribuição não tem em consideração os direitos da criança enquanto tal e remete para a sua inserção num agregado familiar e para existência de condições de recurso no seio desse agregado familiar.

Quanto ao sistema de pensões a discussão em seu torno tem acentuado, particularmente, o discurso sobre o “peso” que as pessoas mais velhas representam para o sistema ignorando-se, com frequência, o significado das suas próprias carreiras contributivas e potenciando-se um conflito entre gerações. Neste sentido, importará retomar a discussão dos modelos de financiamento do sistema de segurança social, em particular do sistema de pensões baseados exclusivamente no valor da força de trabalho. Esta discussão assume-se particularmente importante num quadro da crescente introdução de processos tecnológicos no mundo do trabalho que tende a comprimir, ainda mais, as

42 Informação disponível em: [www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2)

ofertas de emprego. No entanto, importará não esquecer que a sustentabilidade do sistema não é independente do desempenho da economia, do forte aumento do desemprego e da emigração de pessoas em idade ativa a que se está a assistir.

De mencionar que no Livro Branco – Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis escreve-se: *“muitos países têm ainda uma margem considerável para melhorar a futura adequação e sustentabilidade dos seus regime de pensões através do aumento das taxas de emprego, não apenas nas faixas etárias superiores, mas também entre os grupos que apresentam taxas de emprego mais baixas, como as mulheres, os imigrantes e os jovens. Atingir os objetivos fixados pela EU em matéria de emprego ou igualar o desempenho dos países com melhores resultados poderia quase neutralizar efeitos do envelhecimento da população sobre o peso das pensões no PIB.”* (Comissão Europeia, 2012: 7)<sup>43</sup>

As medidas de política têm a sua implementação a nível local. E, a esse nível, vários são os aspetos salientados pelas pessoas participantes nos *workshops*. Elas reclamam, em particular, uma maior participação dos diversos atores:

- *“Os decisores políticos continuam completamente afastados dos idosos, dos jovens, dos interventores. Temos que ter um modelo fundamentado com o envolvimento de todas as pessoas que assim começam a resolver os seus problemas.”* (Braga)
- *“Todas as ações que se podem desenvolver têm que ser vistas numa intervenção integrada com as diferentes gerações envolvidas.”* (Beja)

Tendo em conta que todos os municípios têm os seus conselhos de juventude, a participação das pessoas mais velhas pode vir a ser fomentada com a criação de conselhos consultivos já em processo de criação em alguns concelhos do país na sequência do dinamismo das suas redes sociais e dos respetivos Planos Gerontológicos. Estes planos foram já desenhados, por exemplo, para Lisboa, Amadora, Santarém, Peniche, Oliveira de Azeméis e Região Autónoma da Madeira. Caberá, numa ótica intergeracional, promover uma forte interação entre os conselhos de juventude e de pessoas idosas.

43 Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0055:FIN:PT:PDF>



## VII. Famílias e vidas em mudança

As alterações demográficas e sociais que têm vindo a ocorrer na nossa sociedade têm os seus reflexos nas estruturas familiares e estas, por sua vez, dão conta de novos modos de vida e influenciam novas formas de organização da vida pessoal, familiar e social.

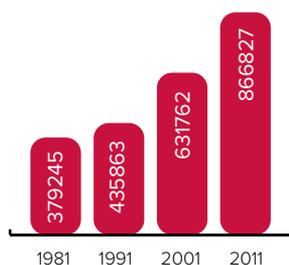
Ao longo das últimas décadas são várias as grandes tendências de evolução das famílias: diminuição da dimensão média da família, como consequência do decréscimo das taxas de natalidade e da tendência para o filho único, tal como foi anteriormente referido; diminuição de número de famílias compostas por mais de um agregado familiar e predomínio da família nuclear; aumento do número de pessoas a viver sós; aumento do número de famílias monoparentais.

### Pessoas sós

O número de pessoas que vivem sós aumenta particularmente na última década, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 17

#### Famílias unipessoais 1981- 2011 (valores absolutos)



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2013-06-17.<sup>44</sup>

44 Informação disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Familias+classicas+unipessoais+segundo+os+Censos+total+e+com+65+e+mais+anos-788](http://www.pordata.pt/Portugal/Familias+classicas+unipessoais+segundo+os+Censos+total+e+com+65+e+mais+anos-788) (última atualização: 2012-11-20).

Entre as pessoas que vivem sós, cerca de metade (47% em 2011) são pessoas com 65 e mais anos. De acordo com o INE, na última década, o número de pessoas daquela faixa etária a viver sós aumentou 29%.<sup>45</sup> É nas regiões de Lisboa (22%), Alentejo (22%) e Algarve (21%) que se registam as mais elevadas percentagens de pessoas mais velhas a viver sós. Tendo em conta a maior longevidade das mulheres, a tendência será para que estas pessoas a viverem sós sejam maioritariamente do sexo feminino.

Se o sentimento de solidão é algo que vulgarmente se associa às pessoas mais velhas, viver só será condição que pode tornar tal sentimento em experiência de facto. “*Como experiência, a solidão surge associada a situações nas quais o indivíduo ‘geralmente se sente desamparado e privado de apoio e companhia amiga’ (Gibson, 2000: 2), como acontece, por exemplo, em determinadas situações de migração, exclusão ou de envelhecimento*” (Cabral, coord., 2013: 35).

A noção transmitida nos *workshops* é a de que há claras diferenças entre as zonas rurais e urbanas pois os laços mais estreitos nas zonas rurais atenuarão sentimentos de solidão:

- “*Na cidade não existem os valores de solidariedade que existem na zona rural, em que as pessoas se ajudam e conhecem-se. Nas cidades as pessoas mal se conhecem e os valores são outros.*” (Guarda)
- “*Nas cidades é distância. O facto de nas cidades nem as vizinhas dos prédios se conhecerem, se há algum problema quem sou eu para ir bater à porta? A solidão, aqui nas aldeias é menor: há um telefonema e há um reunir de famílias.*” (Braga)

No entanto, importará não esquecer que é nas zonas rurais que se encontram as situações mais extremas de isolamento (ainda que não necessariamente de solidão) devido às distâncias geográficas entre lugares. Num documento elaborado pela EAPN-Portugal sobre envelhecimento ativo pode ler-se que “*nas zonas rurais a situação das pessoas idosas ainda é mais dramática, visto os idosos estarem muitas vezes isolados geograficamente, o acesso aos serviços ainda é extremamente difícil, não só devido às distâncias e às dificuldades de transporte, mas também devido à insuficiência desses serviços o que contribui para uma maior exclusão destas pessoas*”. (EAPN, 2009: 19)<sup>46</sup>

Também nos *workshops* foi referido o isolamento da população idosa em alguns espaços rurais:

- “*Nesta zona, ainda há locais, em que, apesar de serem muito rurais, ainda vivem muitas pessoas e que servem de apoio, mas temos montes em que as pessoas estão completamente sozinhas e aí não há relações intergeracionais que nos valham, não é?*” (Beja)

45 INE, Destaque de 3 fevereiro de 2012.

46 Disponível em: <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/download.php?file=156>.

O facto de as pessoas mais velhas viverem sozinhas é considerado por alguns como um fator de risco, sobretudo em idades mais avançada, tendo sido muito mediatizadas as situações de pessoas com mais velhas que foram encontradas mortas nos seus domicílios muito tempo depois da sua morte.

Foi com o objetivo de estabelecer uma ponte com essas pessoas mais velhas a viverem sozinhas que foi criado o Projeto “Recados e Companhia”, numa parceria entre o Instituto de Segurança Social, IP e o Instituto Português do Desporto e da Juventude. O projeto define-se como sendo de voluntariado intergeracional que tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais velhas em situação de isolamento e/ou solidão. São competências dos/as jovens voluntários/as conversar, fazer companhia, fazer leituras e acompanhar as pessoas nas suas atividades de vida diária e em momentos de lazer.<sup>47</sup> Numa primeira fase o projeto foi implementado no concelho de Setúbal, Sintra, Loures, Gaia e Porto e foi depois alargado a Coimbra, Évora e Bragança. A ideia é estender a todo o território nacional. A iniciativa “Solidão acompanhada”, da Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa, e o projeto “Uma voz por um sorriso”, em parceria entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis têm objetivos semelhantes.

Mas como refere Villaverde Cabral, *“existem ideias de dependência e de proteção em relação aos mais velhos que parecem ignorar que a solidão não é um sentimento que lhes seja exclusivamente reservado. Tudo depende dos sentimentos e expectativas associadas a esta vivência. A solidão é simultaneamente uma experiência e um sentimento. Sentir-se só é um sentimento frequente que afeta praticamente todas as pessoas em algum momento das suas vidas, pelo menos desde a adolescência.”* (Cabral, coord., 2013: 35)

Com efeito, algumas das ideias transmitidas nos *workshops* apontam naquele sentido, havendo a noção de que a própria juventude pode ser também uma idade onde a solidão é sentida:

- *“Pensando nisso, acho que os jovens sentem também solidão. É uma fase difícil em que o crescimento nem sempre facilita a comunicação com os outros, sobretudo com os adultos.”* (Funchal)

Por outro lado, enquanto sentimento, a solidão pode evidenciar-se em vários contextos, sejam eles de isolamento efetivo, ou não:

- *“Há pessoas que vivem sós mas têm uma atividade social muito intensa e uma capacidade de sair e estar em comunicação permanente com outras. Há pessoas que vivem acompanhadas e sentem solidão. Este pode ser o caso das pessoas a viverem em lar, se tiverem dificuldades de relacionamento.”* (Funchal)

47 Informação disponível em: <http://juventude.gov.pt/eventos/voluntariadojovem/paginas/voluntariadointergeracionalrecadosecompanhia.aspx>.

O que significará que nem sempre a experiência de estar só, viver isolada (de modo mais ou menos intenso) dá origem a um sentimento de solidão. Num estudo local sobre o envelhecimento, realizado no âmbito da Rede Social de Matosinhos, a privacidade e a autonomia na gestão das suas próprias vidas, ainda que vividas sós, surgem como valores a preservar para as pessoas inquiridas. Assim, para a maioria (67%) a situação que considera como ideal será a de manter um contacto regular com as suas famílias, permanecendo nas suas próprias casas. Valoriza-se aquilo que algumas autoras designam como “intimidade à distância” (cf. Quaresma e Gil, 2004).

No entanto, é na velhice que mais facilmente a solidão se torna em algo que vai para além do sentimento pois, com frequência, e de modo mais acutilante, há uma ausência de relações com significado.

## A nuclearização da família

O casal continua a ser a forma predominante de organização da família. Em 2001, 59% dos agregados domésticos eram constituídos por um casal, sendo o casal com filhos a situação predominante (cf. Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2013: 23).

Gráfico 18

**Casais com e sem filhos  
2001, 2005, 2011, 2012 e 2013 (%)**

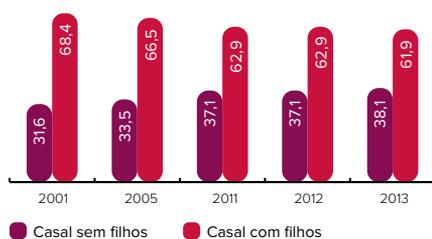
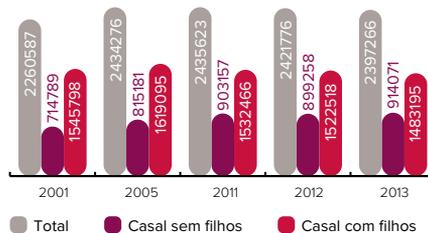


Gráfico 19

**Casais com e sem filhos  
2001, 2005, 2011, 2012 e 2013  
(valores absolutos)**



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2014-02-10.<sup>48</sup>

Ainda que predominante, verifica-se uma diminuição do número de casais com filhos e um aumento do peso relativo dos casais sem filhos. De acordo com os dados trabalhados pelo Observatório das Famílias e da Política da Família, os casais sem filhos “*aumentam em todos os grupos etários mas a sua variação é maior nos grupos etários mais jovens (até aos 29 anos e 30-39 anos), indicador do adiamento da parentalidade*”.

48 Nota: quebra de série em 2011. Informação disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Agregados+domesticos+privados+total+e+por+tipo+de+composicao-19](http://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+domesticos+privados+total+e+por+tipo+de+composicao-19).

A crise económica atualmente vivida pode mesmo vir a acentuar esta tendência já que se começa a verificar, não só um adiamento, mas uma diluição dos projetos de conjugalidade e de parentalidade com o retorno à casa dos pais por parte daqueles/as para quem o desemprego e as dificuldades económicas mais se fazem sentir.

### Ei-los que regressam...

O regresso dos mais novos a casa da família de origem altera não só as estruturas familiares mas também as relações entre gerações – uma independência conquistada dá lugar novas dependências e a novos desafios no equilíbrio intergeracional.

- *“Tem havido alterações e ao nível dos agregados familiares. Por exemplo, situações de professores mais novos que têm retornado a casa dos pais. São pessoas que já tinham uma vida mais ou menos organizada, com alguma independência económica, mas que dada a situação de crise, com todos os cortes que têm tido nos seus salários, e despesas acrescidas, fizeram a entrega ao banco das suas casas, e voltaram para casa dos seus pais, inclusive levando já o seu primeiro filho.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Verifica-se que os mais novos regressam a casa dos pais, e dos avós, porque estão em situação difícil.”* (Aveiro)
- *“Há casais que passaram pela crise do “ninho vazio” e que agora, de repente, têm que lidar com a situação do regresso a casa dos filhos já adultos e às vezes até de netos – tem que haver uma grande capacidade de gestão para uns e outros voltarem a acomodar-se (e relacionar-se) no mesmo espaço.”* (Funchal)
- *“Não há dinheiro para pagar as casas e estão a regressar a casa dos pais.”* (Almada)

Este é, uma vez mais, uma dimensão do tal movimento yô-yô referido anteriormente, expressão de uma geração que revela uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação, nesta experimentação de vários caminhos e estatutos.

## VII. Famílias e vidas em mudança

LIVRO BRANCO SOBRE A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO ATIVO | Ana Cardoso



## VIII. O que preocupa as gerações?

Anteriormente colocava-se a interrogação de se as necessidades das gerações serão incompatíveis. Algumas das questões discutidas nos *workshops* revelam preocupações transversais a diferentes grupos de idade salientando-se, a este nível, duas questões fundamentais: o sustento e o tempo, estando ambos relacionados, como irá ser realçado.

### À porta do mercado de trabalho

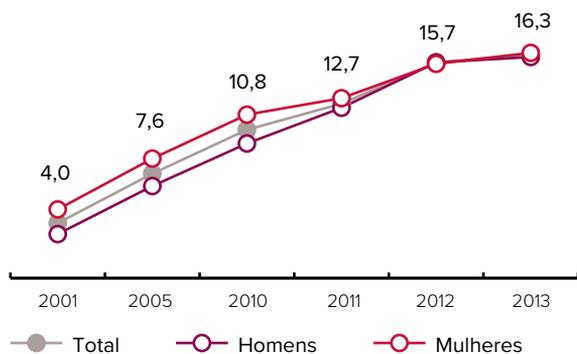
O emprego, ou melhor o desemprego, é talvez a questão de carácter mais transversal a diferentes gerações. Em primeiro lugar, porque o desemprego atinge cada vez mais pessoas de diferentes idades e com diversas qualificações; em segundo lugar, porque o desemprego de um indivíduo afeta a sua família e, de modo direto, ou indireto, diferentes gerações.

Num inquérito aplicado à população idosa do concelho de Idanha-a-Nova, por exemplo, o desemprego e/ou a falta de emprego ocupa, na opinião das pessoas inquiridas, lugar cimeiro no que respeita aos problemas do concelho, tendo sido identificado por mais de 70% destas. (Cardoso, coord., 2009). Por outro lado, nas manifestações populares mais recentes tem-se verificado a presença, cada vez mais nítida, de pessoas de idades mais avançadas, reclamando para os seus descendentes melhores perspetivas de emprego do que aquelas que hoje em dia se apresentam.

Com efeito, o desemprego é hoje um problema maior da nossa sociedade.

Gráfico 20

Taxa de desemprego, por sexo, 2001, 2005, 2010-2013 (%)



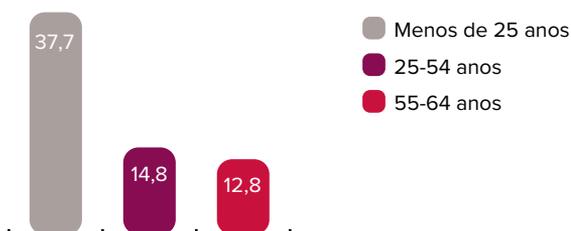
Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2014-02-07<sup>49</sup>

Tal como se pode verificar, as taxas de desemprego têm vindo a subir de modo acelerado e, em 2013, apresentam um valor cerca de quatro vezes superior ao do início da década. Este é um desemprego que tem na sua base não apenas a compressão do emprego já criado mas também uma grande dificuldade, por parte da economia, em gerar novos postos de trabalho.

Esta questão reflete-se nas elevadas taxas de desemprego jovem, tal como se pode ver no gráfico seguinte.

Gráfico 21

Taxa de desemprego, por grupos de idade, 2013 (%)



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2014-02-07<sup>50</sup>

Num contexto de desemprego elevado avolumam-se os fundamentos de discriminação pela idade:

- o *“Apercebo-me da dificuldade cada vez maior de inserir, no mercado de trabalho, aquilo que chamamos de “escalões etários menos favoráveis”. E aquilo que temos vindo a assistir é a uma diminuição da idade para entrar nesses escalões. Se até há*

49 Informação disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550).

50 Informação disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550).

*uns anos atrás falávamos que a partir dos 60 anos já teria algumas dificuldades de integração, independentemente da sua experiência profissional, agora saltou, mas no sentido negativo. Agora já falamos nos 50 e se calhar, qualquer dia, nos 40. Ou seja, a valorização profissional que o indivíduo adquiriu ao longo da sua vida de trabalho, não é tão importante do que era aqui há uns anos atrás”. (Aveiro)*

Este é o tipo de problemas com que se defrontam muitas pessoas desempregadas. Sendo um comportamento que se verifica por parte de entidades empregadoras ele é, com frequência, reproduzido, e até legitimado, pelos próprios serviços de emprego levando a que trabalhadores e trabalhadoras mais velhas se transformem em pessoas desempregados de longa duração.

Mas se o desemprego é uma preocupação sentida por muitas pessoas, de diferentes idades, o desemprego é também fator potenciador de clivagens intergeracionais.

- *“Hoje em dia assistimos que os mais novos não têm lugar no mercado de trabalho e os mais velhos estão cada vez mais tarde no mercado de trabalho e acumulam vários trabalhos, esta situação pode levar a uma conflitualidade forte entre estas gerações.” (Aveiro)*
- *“É verdade quando diz que não é só pela saída do mais velhos que se dá entrada aos mais novos, mas não é só por isso, mas também é. E cada vez mais, isso tem peso efetivo...” (Braga)*

Estas duas observações remetem para aquilo a que chama a “falácia do pulmão” *“já que implicitamente se assume que, tal como o ar que entra e sai dos pulmões, para que uns entrem no mercado de trabalho outros têm que sair. No entanto, este tipo de pensamento é bastante reducionista porque, em termos económicos, poderão surgir situações em que os trabalhadores mais velhos são os veículos para a criação de riqueza e de novos postos de trabalho.” (Marques, 2011:26).*

Numa época de escassez de emprego discursos fraturantes podem avolumar-se ignorando, porém que, no mercado de trabalho, a concorrência não se processa em termos de idade mas sim, em termos de competências. Isto aponta para a necessidade de uma aposta séria na formação e (re)qualificação ao longo da vida e de políticas públicas eficazes neste âmbito

Estas afirmações levantam uma outra questão que se prende com a diminuição do número de ativos e do envelhecimento da força de trabalho, como resultado do próprio envelhecimento da população.

Gráfico 22

**Taxa de emprego,  
2001, 2005, 2010-2013**  
(%)

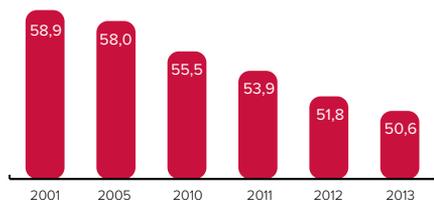
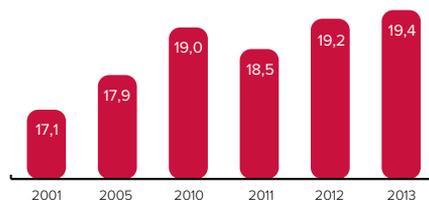


Gráfico 23

**Pessoas empregadas com 55 e  
mais anos, 2001, 2005, 2010-2013**  
(%)



Fonte: INE / PORDATA, Última atualização: 2014-02-10.<sup>51</sup>

Com efeito, considerando a população empregada com 55 e mais anos, ela representava, em 2013, 19,4% do total de população com emprego, face aos 17,1% de 2001.

A análise da idade com que, em termos médios, as pessoas deixam o mercado de trabalho mostra que esta continua a ser ligeiramente superior no caso dos homens. *“Este é um padrão que se repete relativamente à União Europeia no seu conjunto. No entanto, a idade média com que homens e mulheres portuguesas deixam o mercado de trabalho é superior em quase dois anos ao que se regista na UE27.”* (Perista, coord. 2012: 33). Ou seja, em 2010, em Portugal a idade média de saída do mercado de trabalho era de 62,6 anos e na União Europeia era de 61,2 anos.

No entanto, está a ser exercida uma pressão para um retardamento da idade da reforma. A redução da população com emprego, o aumento da esperança de vida com o correspondente aumento dos encargos sociais (com a saúde e o sistema de pensões), associado a determinadas conceções em torno do envelhecimento ativo e ao facto de as pessoas se manterem até mais tarde em boas condições de saúde, são as razões evocadas para um tal retardamento.

Há quem advirta, porém, que o aumento da idade da reforma pode não ter o efeito de promoção de uma maior equidade social. Segundo Alan Walker (2007), os trabalhadores menos qualificados que começam a trabalhar mais cedo são os que têm rendimentos mais baixos mas cujas maiores carreiras contributivas vão prolongar-se ainda mais mantendo-se, no entanto, como aqueles que no fim da sua vida produtiva menos benefícios recebem.

51 Informação disponível em: [www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-549](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-549).

Por outro lado, a Organização Internacional do Trabalho, na 102ª Conferência Internacional do Trabalho, refere que o prolongamento da vida ativa não é adequado para todos. “*Em primeiro lugar, há pessoas mais velhas com problemas de saúde, ou cuja vida profissional se desenvolveu em condições de trabalho difíceis ou com períodos de contribuição longos. Os aspetos qualitativos do trabalho e saúde são dois fatores importantes na determinação da participação dos trabalhadores com mais de 50 anos de idade no mercado de trabalho. Para trabalhar mais tempo, o indivíduo deve gozar de boa saúde, estar receptivo à ideia e ter a oportunidade de o fazer.*” (OIT, 2013: 102).

Mais do que nunca, as políticas de emprego estão perante o desafio de capacitarem o mercado de trabalho para a criação de oportunidades para as pessoas mais velhas continuarem a trabalhar, se for essa a sua opção, e de enfrentarem os problemas que se colocam, tanto aos mais jovens, como aos mais velhos trabalhadores.

A este propósito, refira-se as recomendações constantes num relatório do Parlamento Europeu sobre o Livro Branco – Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis: “*solicita aos Estados-Membros que – em conformidade com os objetivos da Estratégia Europa 2020 de aumentar o emprego e lutar contra a pobreza – continuem a trabalhar para conseguir estratégias mais ativas e inclusivas ao nível do mercado de trabalho, a fim de reduzir o rácio de dependência económica entre pessoas inativas e pessoas com emprego; solicita aos parceiros sociais e aos Estados-Membros que combinem estas reformas com melhorias constantes das condições de trabalho e a implementação de regimes de formação profissional ao longo da vida, que permitam às pessoas ter carreiras mais saudáveis e mais longas até à idade estatutária de reforma, aumentando assim o número de pessoas que descontam para pensões, o que evita o aumento dos custos dos regimes de pensões públicos prejudicando a solidez das finanças públicas*” (Parlamento Europeu, 2013: 7).<sup>52</sup>

## Entre o emprego e a família – a pressão da “geração do meio”

Como diz María Ángeles Durán, “*as mulheres nunca se livraram de partilhar a carga imposta a Adão: a de ganhar pão com o suor do seu rosto. Apenas muito poucas foram capazes de escapar ao trabalho e, nos poucos casos em que o conseguiram, tratava-se mais da reconversão noutras obrigações que do perdão destas.*” (Durán, 2012: 49). Mas em tempos mais recentes há uma mudança que corresponde à busca de trabalho, por parte das mulheres, fora do lar que “*não é mais do que a transformação milenar do hábito de produzir bens e serviços para a casa, a que as mulheres já estão acostumadas.*” (Durán, 2012: 49). E é por essa busca que se impõe a necessidade de criar novos

52 Disponível em: [www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0137+0+DOC+PDF+V0//PT](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0137+0+DOC+PDF+V0//PT).

equilíbrios entre a vida familiar e o mercado de trabalho, de tal modo esse mercado se determina como o grande organizador dos ritmos de vida.

Em 2012, 54,8% das mulheres trabalhava fora de casa, o que para a maior parte delas corresponderá a uma “dupla jornada” de trabalho já que são elas que dedicam mais tempo, muito mais tempo, ao trabalho do cuidado e à “lida da casa”.

E é nesta multiplicidade de responsabilidades – profissionais e familiares – que vai surgindo uma “geração do meio”, de alguns homens mas sobretudo de mulheres, dividida e pressionada:

- *“Uma das questões mais importantes para a construção de uma sociedade intergeracional é a existência de uma política de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.”* (Guarda)
- *“O problema da “geração do meio” tem que ver com a questão do mercado de trabalho. Aí têm que ser criadas as condições para as que pessoas possam prestar o apoio necessário aos filhos/as e familiares e para que as pessoas se sintam bem no trabalho.”* (Angra do Heroísmo)
- *“A sociedade é que está organizada de forma a que as famílias não conseguem dar apoio uns aos outros. A sociedade tornou-se individualista devido à organização dos empregos.”* (Braga)
- *“Eu estou numa fase da minha vida - meio século de vida - em que tenho que puxar os mais novos e ajudar os mais velhos e com a vida que eu tenho, como milhares de pessoas Nós estamos com uma situação muito complicada! Percebemos o drama dos mais velhos, e para nós é um drama também, e temos os filhos para ajudar também, e tudo isto misturado no dia-a-dia.”* (Angra do Heroísmo)
- *“É fruto também das políticas de emprego, das dificuldades de conciliação da vida familiar e da vida profissional. Aquilo que nos é imposto no contexto profissional, as exigências do dia-a-dia, o corre-corre, a falta de tempo, as mudanças das dinâmicas familiares tornam as coisas muito difícil ainda que a falta de tempo não seja justificação para tudo.”* (Guarda)
- *“Acho que por detrás disso está a organização da sociedade, as pessoas têm um emprego e deixam para segundo plano a visita aos pais e levar os netos aos avós.”* (Guarda)

## E o tempo foge

Costuma dizer-se que as sociedades atuais são ricas (embora cada vez menos) em tudo menos em tempo. As formas de organização do trabalho, a vida nas grandes cidades, as exigências cada vez maiores no que diz respeito à educação das crianças, comprimem os tempos das relações interpessoais e dos afetos, criando a imagem de um tempo que foge...

- *“Eu própria acho que é uma violência nós acharmos que a criança tem de ir para o ballet, para a música, para a ginástica e para o futebol e para não sei quê, e acho que é quase preencher-lhes o horário de tal forma que não sobra tempo nenhum para a relação connosco.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Os pais têm a consciência de que estão a dar pouco ou que gostariam de dar mais e não podem dar mais, porque têm horários a cumprir, porque têm de pôr pão na mesa, porque têm um peso difícilimo nas costas deles muitas vezes e não podem chegar para mais do que para aquilo que chegam.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Ninguém tem tempo! A família foi posta em causa e sendo posta em causa, os pais não têm tempo para os filhos, os filhos não têm tempo para os seus pais idosos e então, a sociedade tenta arrumar para uma estante, sejam os infantários, sejam os lares. Porquê? Porque não têm tempo.”* (Beja)
- *“E as novas políticas? Estão orientadas para a família? Para a família ter tempo para cuidar? O Estado que devia dar um bom exemplo a este nível acaba de aumentar o número de horas de trabalho para 40 horas, isso é pensar nas necessidades das famílias para terem tempo para os seus?”* (Guarda)

... de um tempo que é certamente extremamente valioso mas cujo verdadeiro valor é ignorado:

- *“Já viu, por exemplo, o tempo que as pessoas perdem na deslocação casa-trabalho-casa? Como se contabiliza o valor desse tempo? E esta é uma questão que não é considerada.”* (Almada)

Mais importante do que uma valoração do que não tem preço importará sim, considerar a variável tempo na definição de medidas de política, porque os usos do tempo está longe de ser um assunto individual e privado.

### **VIII. O que preocupa as gerações?**

LIVRO BRANCO SOBRE A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO ATIVO | Ana Cardoso



## IX. O local, famílias e relações

### Espaços amigos

Tudo o que acontece tem uma expressão a nível local. O envelhecimento da população muda a imagem dos locais criando territórios mais ou menos envelhecidos.

Território envelhecido e desertificado foi considerado uma das tipologias num estudo sobre as situações de exclusão social em Portugal Continental. Esta tipologia abrangia 20% dos concelhos do continente, nos quais residia uma fatia diminuta da população portuguesa (4,9%) (cf. ISS, sd). São territórios fortemente associados ao subdesenvolvimento, essencialmente envelhecidos, desertificados, deficitários do ponto de vista das infraestruturas e subsistindo predominantemente com base com base na atividade agrícola.

A atenção ao desenvolvimento de ambientes urbanos e rurais, sensíveis às dinâmicas de envelhecimento e favoráveis às pessoas mais velhas, deve considerar quatro grandes questões:<sup>53</sup>

- As pressões decorrentes do envelhecimento demográfico relacionadas com as necessidades específicas dos indivíduos mais velhos em relação ao parque habitacional;
- As alterações nos próprios territórios marcados ou por uma acentuada urbanização ou pela desertificação;
- As preocupações com os fatores potenciadores de qualidade de vida e o reconhecimento, entre esses, das características dos ambientes em que se vive;
- A consensualização do que constitui um “bom” processo de envelhecimento, nomeadamente, na sequência das definições sobre envelhecimento ativo.

53 De acordo com Phillipson, 2007, citado em Pinto, coord., 2012: 10.

As reflexões produzidas neste capítulo situam-se em torno dos dois últimos aspetos.

Na perspetiva da criação de consensos locais sobre o que é o envelhecimento ativo, de como se fomenta a solidariedade intergeracional e se constrói um “bom envelhecimento” ao longo da vida, as pessoas participantes nos *workshops* pronunciaram-se a favor do reforço do trabalho em rede e em parceria. O trabalho em parceria, ele próprio deverá ser um exercício de carácter intergeracional:

- *“O trabalho em rede é muito importante para a promoção do desenvolvimento local. Com isso há uma partilha de recursos, de saberes; há a construção de objetivos comuns. Nesse trabalho encontram-se diferentes gerações e o próprio território pode ser entendido não de uma forma setorial mas de uma perspetiva integrada, como todas as suas potencialidades.”* (Aveiro)

Os territórios são os locais onde as pessoas constroem as suas narrativas de vida, se relacionam com os serviços e onde tecem os seus laços familiares e amizade. Daí que o local represente tão frequentemente uma dimensão afetiva e de construção da própria identidade. E, nesta perspetiva, o rural surge como facilitador de uma maior proximidade entre pessoas e gerações, o que reforçará os laços de afeto:

- *“Na comunidade rural os laços de afeto são diferentes, as relações são mais pessoais, não há tanto o anonimato como há, por exemplo, num espaço diferente como é o espaço urbano.”* (Angra do Heroísmo)
- *“No meio mais rural há proximidade entre a vizinhança, além da relação próxima entre os familiares. Muitas vezes são os vizinhos que ajudam e vão buscar as crianças uns dos outros à escola, há bastante entreajuda. Penso que a organização urbana é diferente, pois a escola está perto de casa e a construção das casas é diferente.”* (Aveiro)
- *“Nas zonas rurais, aos fins de semana e férias, os mais jovens também se juntam e as várias gerações se encontram e passam momentos de lazer.”* (Aveiro)
- *“As redes familiares no meio rural ainda funcionam. As questões religiosas também têm importância. No meio rural os vizinhos apoiam-se e há um sentido maior de comunidade...”* (Braga)
- *“No meio rural penso que há mais solidariedade é mais visível. Na zona rural sabe-se se o idoso está bem ou se está mal, pois há os vizinhos.”* (Braga)
- *“Gostava de reforçar a questão dos jovens. Em ambiente rural há a ligação entre gerações, mas a sociedade rural tem as suas dinâmicas próprias e as pessoas sentem-se parte integrante de uma comunidade que tem história, valores. Aí a ligação intergeracional acontece espontaneamente.”* (Aveiro)

A Organização Mundial de Saúde refere-se às cidades amigas das pessoas idosas – uma cidade destas adapta as suas estruturas e serviços de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades. Mais do que falar em cidade importaria falar de territórios e começar a planeá-los como “amigos das gerações”. De certa forma, a implementação progressiva da legislação sobre as acessibilidades tem dado um contributo positivo a este nível, na medida em que as acessibilidades não são apenas fatores de inclusão das pessoas mais velhas mas também de todas das pessoas, independente da idade.

o *“Estamos a falar de adaptação de políticas de organização e de estruturação do espaço público, que não será só para as pessoas mais velhas mas também para pessoas com deficiências físicas, para as mães e para os pais que têm um carrinho de bebé. Esta não é apenas uma questão que tem a ver com pessoas mais velhas mas uma questão de tornar as cidades, ou os espaços mais inclusivos.”* (Almada)

Por outro lado, tem havido iniciativas locais que promovem a criação de lugares seguros onde diferentes gerações podem interagir. No estudo “Cidades Amigas das Pessoas Idosas” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009) são apresentadas uma série de iniciativas que traduzem essa preocupação crescente.

Também nos *workshops* algumas pessoas deram conta das mudanças que têm ocorrido em alguns locais no sentido de devolver os espaços às pessoas, facilitando mobilidades e apropriações. Um exemplo apresentado foi o do porto do Funchal, que perante o volume cada vez maior de turistas mais velhos foi adaptando as suas condições: *“Temos que ter cadeiras de rodas no porto, independentemente de algumas das pessoas as terem também. Independentemente disso, há pequenos pormenores que temos em atenção, como a sinalética que tem que ser fácil, muito clara. Todo o espaço físico tem que ser muito adaptado e tem que ser muito pensado para as cadeiras de rodas, mas também para os carrinhos de bebés, poderem circular em segurança”* (Funchal).

## A rua que se perdeu

Mas apesar das experiências positivas ao nível da criação de “espaços amigos”, a rua, outrora espaço privilegiado de encontro, perde relevância. A separação cada vez maior da esfera pública e da familiar; as transformações ao nível da noção de privacidade; a organização progressiva dos ritmos das famílias em função da participação no mercado de trabalho e da presença das crianças na escola; a crescente urbanização das sociedades; mas também o uso das tecnologias como meio privilegiado para estabelecer relações pessoais, são aspetos que

transformaram a vida nas comunidades, mesmo as mais pequenas. Neste processo, a rua perde importância enquanto espaço onde outrora se cruzavam várias gerações.

- *“Em relação à minha vizinhança, eu recordo na minha infância como tive possibilidade de brincar na rua, mas os meus filhos já não a tiveram. Seia é uma realidade urbana-rural. A minha mãe era doméstica e quando ia ao mercado eu ficava com a minha vizinha que olhava por mim. Hoje em dia, sobretudo nas grandes cidades, as pessoas não conhecem nem falam com os vizinhos do lado, pelo que já não existe o suporte de vizinhança.”* (Guarda)
- *“Estava a lembrar-me precisamente da minha infância, de quando brincava na rua com uma série de pessoas mais velhas que se juntavam e jogavam às cartas, jogavam à malha. E havia ali uma interação. ( ) a infância agora é muito mais vivida em casa, já não se vê tanto as crianças a brincar na rua, quanto muito dão uma voltinha de bicicleta.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Eu acho que nós todos pertencemos à geração em que a relação vinha do convívio, da proximidade, do encontro no café, do encontro na rua, do convívio presencial. E isso transformou-se.”* (Aveiro)
- *“Há uns anos com quem nos dávamos bem? Com os nossos vizinhos à volta de nossa casa, do jardim da nossa rua, da nossa aldeia Hoje em dia isso já não é assim.”* (Beja)

## A dimensão dos afetos

Ter boas relações com a família, amigos/as e vizinhos/as é uma dimensão fundamental da qualidade de vida. Estas relações têm uma influência benéfica no envelhecimento saudável e bem-sucedido e tal é reconhecido pelas próprias pessoas mais velhas *“nomeadamente quando elas afirmam que ‘ter família e amigos com quem possam contar’ constitui um dos fatores essenciais para ‘envelhecer bem.’”* (Fernandes-Ballesteros *et al.*, 2010:10, cit in Cabral, coord., 2013: 91).

Independentemente dos locais – rural ou urbano - onde tais relações têm lugar, nos *workshops* dá-se conta de que algumas das mudanças que têm ocorrido na nossa sociedade podem ser limitadoras dos afetos. Fala-se, sobretudo, dos ritmos de vida e da compressão dos tempos.

- *“Os laços de afeto existem mas existem cada vez menos. Existe cada vez menos espaço, menos tempo para cultivar as relações em casa, é complicado.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Os afetos existem, mas os ritmos de vida afastam as pessoas.”* (Braga)

E tal como já se referiu anteriormente, mais do que uma crise dos afetos há questões que hoje se colocam de modo mais acentuado do que em épocas anteriores precisamente porque as vidas são mais longas, o que leva a que os indivíduos partilhem mais anos das suas vidas com outras pessoas, de outras gerações. E a esse nível colocam-se, muitas vezes, problemas de dependência física e a necessidade de cuidados acrescidos que surgem como fatores que podem enfraquecer relações, sobretudo quando elas são mais utilitárias do que afetuosas.

- *“Tudo funciona bem quando as três gerações têm autonomia de funcionamento. O problema coloca-se quando esta 4ª geração não tem autonomia, mas que necessita de afeto. Aí, coloco em causa se é a questão da disponibilidade, ou se é a questão da pessoa já não ser útil. Os afetos existem mas os laços vão se diminuindo e surge a colocação em lar.”* (Braga)

Mas a dimensão afetiva da solidariedade entre gerações está longe de estar perdida.

- *“A sociedade caminha cada vez mais no sentido em que os avós dão o apoio efetivo aos netos, mas também tem a vantagem de poder acompanhar os netos o que não conseguiram com os filhos. As comunidades estão mais sensíveis a este encontro entre gerações.”* (Braga)
- *“Queria realçar que é o amor que une as gerações. Falando dos avós, que são fundamentais para as crianças, e neste momento, a nível dos processos de promoção e proteção referentes às crianças, têm um papel preponderante. São uma excelente alternativa à institucionalização das crianças. Esta geração de avós tem um papel importantíssimo na proteção das crianças.”* (Almada)
- *“Eu vejo miúdos com uma ótima relação com os avós e capazes de expressarem muita ternura.”* (Beja)

E é pelos afetos, pelos laços construídos que mais facilmente circulam ajudas, cuidados e trocas de bens e de serviços numa solidariedade que está para além das obrigações mútuas.

No entanto, os afetos não se estabelecem sem se estabelecer uma relação na base de alguma proximidade, do contacto. A dimensão mais presente no discurso das pessoas participantes é a de que esse contacto entre gerações não se perdeu mas diminuiu. A redução de uma convivência entre gerações é fruto, por um lado, das distâncias físicas que separam uma parte das famílias mas também do facto de os e as avós hoje terem uma vida ativa até mais tarde. Será essa não convivência entre gerações que pode gerar o não estabelecimento, ou o não reforço, de laços afetivos, ao longo da vida.

- *“As crianças cada vez têm menos contatos com os avós. Na altura que eu era criança os avós estavam em casa, hoje em dia os avós estão ativos até mais tarde. Pelo que, esse contacto entre avós e netos não se cria de uma forma tão forte como há anos atrás.”*  
(Guarda)
- *“Penso que quando as famílias têm várias faixas etárias, sente-se mais coesa devido a diversidade. Tem apoio e maior segurança. Uma criança que nasce com avos é diferente de uma criança que cresça sem avós.”* (Braga)
- *“É importante que a relação entre os miúdos e os idosos se reforce. Esta ligação é muito importante. A maioria das crianças desta zona não tem contacto permanente com os avós que vivem noutras partes do país e não têm a noção do que é que os avós necessitam. As próprias comunidades podem organizar e encontrar estratégias que ajudem a fazer esta ligação.”* (Almada)

Na realidade, estas são as questões que estão subjacentes à chamada solidariedade estrutural (referida anteriormente) que serão certamente agravadas com a emigração atual das camadas mais jovens. Assim, também nesta solidariedade estrutural, existe uma influência das políticas públicas (ou na ausência delas, no caso da emigração jovem), nomeadamente no que diz respeito à conceção de certos equipamentos sociais.

### Compartimentos ou *open spaces*?

Pensar o processo de envelhecimento como algo de transversal às diferentes gerações, remete para pensar a vida como um grande “*open space*” onde vários percursos e situações se cruzam. Ainda neste sentido, perspetivar o envelhecimento de pessoas e sociedades implica, para além de uma abordagem intergeracional, um olhar integrado e multidimensional que não tem estado presente na organização da sociedade e nas respetivas políticas públicas, na opinião das pessoas participantes nos *workshops*:

- *“A questão da compartimentação veio anular a vida na rua. A infância agora é muito mais vivida em casa, já não se vê tanto as crianças a brincar na rua, quanto muito dão uma voltinha de bicicleta.”* (Angra do Heroísmo)
- *“A nossa sociedade colhe os frutos da sua organização. Se nós pomos os meninos nos ATL longe dos problemas da família não podemos querer que eles tenham afetos e obrigações para com os seus familiares. Bom, é a sociedade que criámos!”* (Angra do Heroísmo)
- *“Depois é a forma como os equipamentos se estruturam: os idosos estão nos lares as crianças estão nos infantários e não há correlação nenhuma entre uma coisa e*

*outra e acho que isto também tem levado a que exista uma ainda maior clivagem intergeracional.” (Beja)*

- *“Nós construímos as barreiras da intergeracionalidade, trabalhamos em modelos de cidade e de instituições que estratificaram as idades em vez de as juntarem.” (Braga)*
- *“As políticas públicas levaram-nos durante demasiado tempo a separar as famílias. Nós “fatiámos” as famílias e continuamos a “fatiar”. Isto acontece na saúde, na segurança social. Esta até foi a área em que mais se marcou por causa dos acordos e das diferentes valências. Com isto esquecemos que o eixo central que era a família.” (Funchal)*

### Falta de contacto; falta de conhecimento

As descontinuidades estruturais, a ausência de espaços de encontro informal, aquela organização da vida e das pessoas em “compartimentos” que separou gerações levará a um desconhecimento, por parte das camadas mais jovens, do que é o processo de envelhecimento, a que, afinal, as próprias também estão sujeitas. Menos conhecimento significará menor preparação para a velhice e a construção de certas imagens negativas.

- *“Curioso é que eu vejo crianças mais novas reagem melhor do que os adolescentes. Há pouco tempo tivemos a visita de alunos de uma escola profissional em que as adolescentes ficaram impressionadas por verem os idosos sentados numas cadeiras de rodas com faixas de imobilização. Uma das adolescentes perguntou porque é que está assim. Às vezes pergunto se será que uma adolescente com esta idade não tem noção do envelhecer, as problemáticas do envelhecimento. Fiquei impressionada de as adolescentes não estarem preparadas para aquela realidade.” (Funchal)*
- *“Faz-me confusão que, muitas vezes, as pessoas não deixam as crianças beijar as pessoas mais velhas, como se fossem muito doentes.” (Aveiro)*
- *“Nós esquecemo-nos de mostrar aos nossos filhos o que é envelhecer.” (Beja)*
- *“Eu falo dos mais pequeninos, miúdos com 6 anos que muitas das vezes chegam lá e têm medo, não querem falar com o idoso, não querem uma aproximação. São muitas vezes as pessoas que os acompanham que insistem, «dá um beijinho à senhora» e eles não querem retraem-se. Isto acontece porque na família, se calhar, já não há tanto a figura do idoso o que faz com que as crianças se aproximem do idoso e não saibam o que fazer.” (Angra do Heroísmo)*
- *“Quem lida com os mais velhos, com os avós e com os avós dos amigos tem uma ideia muito boa da velhice. Quem não está habituado a lidar com os mais velhos já*

*não é assim. Mas tem vindo a alterar-se pois cada vez mais tem havido atividades intergeracionais entre escolas, creches e lares. O que faz com que pela primeira vez as crianças e os adolescentes entrem em contacto.” (Braga)*

### À volta do facebook

Se o afeto é o “aço que une gerações”, esse mesmo afeto pode ser reforçado através do diálogo e da comunhão de interesses. Esses interesses podem ser trabalhados, quer na família, quer em espaço institucional.

A este nível, as tecnologias de comunicação e informação são elementos que têm dado um contributo positivo para essa comunhão, invertendo-se, porém, o papel tradicional atribuído às gerações: aqui, são os mais novos a ensinar os mais velhos. Tal não evidencia, porém, nenhum tipo de conflito. Pelo contrário, essa relação parece ser fomentada pelos mais velhos reconhecendo, na informática, uma grande capacidade de aproximação em relação às gerações mais novas.

- *“No programa da universidade sénior, uma das disciplinas mais comuns entre todos é a informática. É comum a todos e são 220 é preciso ver. Isto é muito importante para aprender a manusear, para poder falar com o seu filho que está longe a informática tem tido imenso sucesso nestas pessoas mais seniores. É um grupo que vai desde os 55 anos até aos 90. Muitas das vezes é, também, uma oportunidade de estarem em contacto com outra geração como as pessoas mais novas que vão dar as aulas da informática.” (Angra do Heroísmo)*
- *“Eu vejo os miúdos a ensinarem os avós como se usa a internet, o facebook e há idosos que já utilizam!” (Beja)*



## X. A dimensão do cuidado – um trabalho que não conta para as contas

### O papel (invisível) das pessoas mais velhas nas famílias

Cuidar é uma das componentes do ser e supõe prestar atenção e gira sobre a responsabilidade pela vida do outro. “O cuidar é um devorador de tempo.” (Durán, 2013: 19)

Ainda que sendo uma dimensão fundamental da vida humana e da vida das famílias, o cuidar é uma componente do chamado trabalho não pago, daquele que “não tem preço”.

Embora a tendência seja para ver as pessoas mais velhas como consumidoras dos recursos familiares, elas representam um grande recurso para as gerações mais novas. *“As pessoas idosas dedicam muito tempo ao bem-estar comum. Alguns idosos necessitam de que outros lhes dediquem o seu tempo, mas são os que mais cuidam de outros idosos, de crianças e de familiares doentes. O tempo destinado ao cuidado (próprio e de terceiros) é um grande recurso económico, não infinito, variável, que pode ser aplicado em usos alternativos”* (Durán, 2012: 55). Aliás, a preocupação com a sustentabilidade das sociedades deve assentar, também, na denominada economia do cuidado.

No estudo sobre processos de envelhecimento em Portugal revela-se que *“tomar conta de crianças, sobretudo dos netos, e prestar apoio não remunerado a pessoas adultas são tarefas que fazem parte do dia-a-dia de um pouco mais de um quarto dos indivíduos deste estudo. Relativamente às crianças, 27,5% dos inquiridos declaram que costumam prestar apoio fora do âmbito do trabalho remunerado. Decompondo este valor pelos atributos sociodemográficos selecionados, verifica-se que as mulheres prestam mais apoio a crianças do que os homens (30,5% e 23,9%, respetivamente); os indivíduos mais velhos*

(com mais de 75 anos) são os que apresentam a menor percentagem (17%) sendo aqueles que se encontram entre os 65 e os 74 anos quem declarou tomar conta das crianças mais frequentemente (31,9%).” (Cabral, coord., 2013: 174). Pode acrescentar-se, ainda que, a grande maioria destas crianças são netos ou netas.

É este o desempenho de uma “população inativa” que não conta para o PIB. Um PIB calculado com base num modo de interpretar o que é economia, o qual confunde “o valioso com o que tem preço” (Durán, 2012: 55), o que conduz a decisões desacertadas nas políticas públicas.

A partir dos *workshops* surge como inquestionável o valioso papel das pessoas mais velhas nas famílias. Elas compõem uma rede de suporte e de cuidados de inestimável valor que poderá ser reforçado em momentos de crise.

- “Os avós têm sido um apoio inequívoco no crescimento das gerações mais jovens. É uma pena que esta força das famílias não seja mais valorizada.” (Aveiro)
- “A própria crise está a “obrigar” a uma maior aproximação entre gerações. Hoje é frequente ver-se avós na casa dos 50, 60 anos que, tendo ficado desempregados, vão agora buscar os netos à escola.” (Braga)
- “Somos um ginásio que tem imensas atividades. Os nossos utentes são dos 50 para cima. Nós temos o cuidado de, na altura das férias escolares, fazer atividades intergeracionais, entre avós e netos, porque já sabemos que caso contrário os avós faltam pois são eles que ficam com os netos. Assim, os avós também não ficam privados de irem às coisas.” (Funchal)
- “Eu todos os dias estou descansado porque sei que os meus sogros vão buscar os meus filhos à escola e levam-nos para casa. Isto é mesmo um descanso.” (Beja)

Mas para além deste trabalho com valor, mas sem preço, há uma outra dimensão económica da participação das pessoas mais velhas nas vidas das famílias que se expressa no apoio material. Em tempos de crise são, com frequência, as pessoas mais velhas a “viabilizar” as gerações mais novas e a criar uma “almofada” que ajuda a amortizar os efeitos negativos do desemprego ou da redução de salários.

- “As pessoas mais velhas começam a adquirir um outro papel nas famílias. São elas que, muitas vezes, asseguram as famílias do ponto de vista económico.” (Beja)
- “Há pessoas que já não estão aproveitar a vida porque estão a ajudar os filhos e os netos financeiramente.” (Funchal)
- “Há muitos jovens que não conseguem arranjar trabalho e são os pais que estão a ajudar os filhos economicamente.” (Braga)

Tal como afirmou um das pessoas participantes “*quando há laços de solidariedade a crise é resolvida em família*” (Braga). Esta é, de facto, uma frase que ilustra bem a dimensão da nossa “sociedade providência” face a um estado social em recuo progressivo. Tal como foi referido em capítulo anterior, as taxas de pobreza entre as pessoas mais velhas que as estatísticas oficiais produzem não são, porém, sensíveis aos novos fenómenos de partilha de rendimentos.

Em alguns casos este suporte económico tem uma componente não voluntária, expressando o exercício de uma violência financeira:

- “*Também se verifica nas cidades muitos filhos que por necessidade vão visitar os pais e retiram-lhes o dinheiro e depois desaparecem.*” (Braga)

Noutros casos o apoio das pessoas mais velhas pode representar uma alteração no comportamento dos mais jovens:

- “*Os próprios jovens começam a dar mais valor ao dinheiro o que é elemento de aproximação daqueles que “representam” uma cultura de poupança.*” (Beja)

Mas para além deste papel de suporte às gerações mais novas são as pessoas idosas, e entre estas as mulheres em particular, que assumem frequentemente também o papel de cuidadoras de outras pessoas mais velhas.

Várias autoras têm salientado o facto de as necessidades destas prestadoras de cuidados não serem, normalmente, tidas em conta, dado que essa prestação é considerada um dever. Importa, porém, não ignorar que cuidar de uma pessoa idosa, em particular em situação de dependência, “*pode traduzir-se num trabalho árduo e exigente, tanto do ponto de vista físico, como afectivo, requerendo uma disponibilidade considerável de tempo e energia*” (Wall, 2006:11) e implicando também a necessidade de apoios específicos às cuidadoras.

Nos *workshops* esse apoio surgiu, fundamentalmente, sob a forma de formação específica. Ainda que esta seja uma componente importante e esteja já a ser posta em prática em alguns locais por equipas de apoio domiciliário e/ou pela Unidades de Cuidados nas Comunidades, há outros aspetos que não devem ser ignorados como seja, por exemplo, a consideração da necessidade do descanso.

- “*Eu julgo que há muita falta de formação para cuidadores informais. Já vamos vendo alguma coisa, mas em termos de cuidadores informais mesmo para eles saberem cuidar de pessoa, saberem fazer o percurso com ele, falta ainda essa parte.*” (Funchal)
- “*É mais fácil vestir a camisola ao idoso do que pedir-lhe para vestir e ensiná-lo. É importante cuidar e formar os cuidadores.*” (Guarda)

## O papel (invisível) das pessoas mais velhas na sociedade

Para além do papel que as pessoas mais velhas desempenham nas famílias, como cuidadoras e, em alguns casos, como suportes financeiros, estas têm um papel cada vez mais expressivo a desempenhar na sociedade, através de diferentes formas de participação.

Uma dessas formas é a do exercício de atividades de voluntariado, algumas das quais assumem carácter intergeracional; outra é a sua participação em iniciativas no âmbito da cultura popular que, também elas, são exemplos de atividades intergeracionais.

- *“Eu sou da opinião que a cultura junta as pessoas às vezes de uma forma mais premeditada, outras vezes menos, mas quando isso acontece quase sempre acontece de uma forma saudável.” (Angra do Heroísmo)*
- *“Nós temos bandas de música, têm criancinhas. A banda é o lugar onde a freguesia inteira se sente representada e tocam lá gerações inteiras. (...) O mais velho deixa de ter sopro para poder soprar num trombone, ou numa tuba, mas tem de arranjar um mais novinho porque é preciso ter uma tuba e assim é uma questão de sobrevivência da cultura da comunidade.” (Angra do Heroísmo)*
- *“Nós temos aqui o carnaval, as filarmónicas que são escolas de intergeracionalidade onde os idosos são mestres.” (Aveiro)*



## XI. Solidariedade entre gerações e práticas institucionais

As instituições cujos serviços se dirigem à população idosa são uma peça fundamental na prestação de cuidados a estas pessoas e, como tal, na sua qualidade de vida. Podem assumir, também, um papel central na promoção de uma sociedade mais facilitadora de relações solidárias.

Assim, a promoção da solidariedade entre gerações, e de um envelhecimento ativo, começa em cada pessoa, passa pela família mas deve, sem dúvida, ser reforçada por políticas públicas e por práticas institucionais.

Em todos os locais onde se realizaram os *workshops*, foi transmitida uma consciência sobre aquele pressuposto, e alguns exemplos foram avançados de fomento das relações intergeracionais, salientando-se a colaboração com as escolas e/ou creches:

- *“Desde que começou a creche fazemos atividades diárias conjuntas tentando promover ao máximo todas as atividades promovidas pelo lar e creche. As crianças vêm os idosos do lar já como avós e sentem-se à vontade com eles. Quando vamos à sede da instituição, em Miranda do Corvo que é uma vila, notámos que as crianças se referem aos idosos como os velhos e já não se sente tanta ligação.” (Aveiro)*

Algumas das iniciativas não são apenas promovidas pelas IPSS mas envolvem também municípios:

- *“O nosso município fez um programa denominado “conversas de avós”. Trabalhámos grupos sobre o que as pessoas realmente gostavam de fazer e fomos as sedes de freguesia auscultar e surgiram diversas atividades. Uma das atividades era ir às escolas e semanalmente os idosos fazem animação de intervalos e todas as 4<sup>a</sup> feiras contam*

histórias. Esta ação está no programa do 1º ciclo. Nós temos um animador no terreno e os idosos é que dão os contributos para o programa ser desenvolvido. Fizemos diversos passeios, pois havia crianças e idosos que não conheciam outras freguesias.” (Aveiro)

- “Criámos um projeto que se chama “a cadeira do avô” e com ele os idosos vão ao jardim-de-infância contar histórias. Vamos buscar as pessoas às comunidades e dar-lhes competências ativas, o que nem sempre acontece nas instituições. Para nós a integração institucional deverá ser reduzida, pelo que se criarmos atividades adaptadas ao que os idosos sabem fazer estamos a recuperar papéis importantes. Podem-se desenvolver workshops para passarem os seus conhecimentos e envolver a comunidade.” (Aveiro)
- “O projeto redes de aldeia de montanha é um projeto que o município de Seia está a desenvolver e que pretende dinamizar 9 aldeias de Montanha. Aldeias ainda habitadas e grande parte por população idosa. O objetivo é revitalizá-las nas várias vertentes: principal será o turismo, o trazer o turista para as aldeias e fazer com que as populações tomem consciência do que é o projeto. Criámos a figura do Guardiã da Aldeia, as pessoas que conhecem as tradições, as pequenas histórias, os locais, a forma de fazer os produtos (fazer o pão á moda antiga, as compotas). Essa pessoa é que vai guiar o turista quando chega à aldeia e fazer com que o turista interaja com a população e reviva ou conheça as tradições. Procura também fomentar o turismo solidário, em que eu enquanto turista, pago um fim de semana em que usufruo de paisagens, mas também posso por exemplo ajudar a reconstruir o forno de aldeia. São aldeias que ainda tem pessoas e são eles que dinamizam o projeto.” (Guarda)

Depois de realizadas com alguma frequência, os resultados destas atividades começam a ser evidenciados:

- “Sempre que fazemos os projetos intergeracionais resulta muito melhor, o impacto é muito mais positivo do que nós pensaríamos e é interessante que os jovens gostam de estar com os idosos, as crianças gostam de estar com os idosos. Se calhar não é tão difícil ver os pontos em comum, as duas idades sentirem-se valorizadas.” (Almada)

Mas, para além de bons exemplos, também algumas críticas (construtivas) são apontadas, fazendo anunciar uma tomada de consciência do que é necessário melhorar e uma identificação dos aspetos em relação aos quais deve haver mudanças.

Um desses aspetos diz respeito ao carácter pontual e ocasional de uma parte das iniciativas:

- *“Eu acho que aos projetos pontuais e ocasionais que acontecem falta-lhes sustentabilidade. Numa escola eu tento criar uma dinâmica mas de facto o corpo docente é flutuante vem outro colega que pode não priorizar tanto aquela relação, e eu acho que quando nós pensamos em projetos que envolvam crianças e idosos, e eu estou a falar do sistema escolar, temos de criar projetos com alguma duração não podem ser projetos de um ano só, tem de haver alguma continuidade e a relação tem de ser recíproca.”* (Angra do Heroísmo)
- *“Eu acho que se têm falado muito em promoção intergeracional no lar, mas não é só chegar lá com criancinhas e deixa-las lá, tem que ser mais do que isso.”* (Angra do Heroísmo)

Outro aspeto negativo é o facto de as instituições funcionarem para dentro de si próprias, *“em caixinhas”*, criando ruturas entre as pessoas mais velhas e o seu meio envolvente em vez de trabalhar no sentido de uma inclusão continuada:

- *“Nós temos uma rede de centros de dia, nós temos uma rede de atividades de ocupação de tempos livres para crianças, as estruturas estão lá, os recursos estão lá, a gente tem é de quebrar essas barreiras. Não faz sentido um idoso que está no lar, a meia dúzia de passos da igreja, assistir à missa dentro do lar e não ter as condições para ir à missa, onde o resto da sua comunidade vai. Aquele idoso, por estar viver no lar, não deixa de fazer parte daquela comunidade, não passa a ser só um residente do lar. É um residente do lar, mas é um utente do centro de saúde, ele também é da igreja, do café da esquina, se for possível. São essas caixinhas todas que a gente foi construindo e onde, agora, temos que ir abrindo janelas.”* (Angra do Heroísmo)

Foram salientadas, por outro lado, aspetos relacionados com regulamentos e requisitos de orientação da construção dos equipamentos, em tudo contrários aos princípios da intergeracionalidade:

- *“Mas não podemos esquecer como é que as políticas das construções das IPSS eram feitas. Os regulamentos não permitiam que se fizessem refeitórios comuns, tinham que ser divididos pelas valências, ou seja próprios para crianças e para idosos.”* (Aveiro)

Finalmente, foi apontado o carácter unilateral com que certas atividades são pensadas e concretizadas não estimulando o diálogo nem o estabelecimento de pontes entre as gerações e respetivos interesses:

- *“Penso que a maior parte das relações entre gerações é feita dos mais novos para os mais velhos. Enquanto não invertermos, continuará a haver problemas. Eu nunca percebi*

*porque os idosos não vão à escola, e têm verdadeiras riquezas que podem transmitir. A prática que existe, é os meninos irem ter com os mais velhos e fazer atividades, mas não falam muito uns com os outros. Penso que isto provoca que os mais pequeninos não vêm os mais velhos como fontes de conhecimento e de sabedoria. As crianças não percebem que do outro lado que há alguém com valor e não os respeitam.” (Aveiro)*

- *“Temos de pensar numa relação biunívoca e não pensar só os avós para o artesanato a culinária mas também o que é que os miúdos podem ensinar aos avós. É essa mudança permanente dos nossos modos de estar, nos nossos modos de viver e aprendermos uns com os outros porque é mesmo nós colocarmos nos pratos das balanças o que é que cada um pode dar, o que é que cada um pode aprender.” (Angra do Heroísmo)*

Uma referência deve ainda ser feita ao papel das profissionais (porque na sua grande maioria mulheres), pois a sua qualificação pode fazer a diferença, devendo ser esta uma aposta de futuro das instituições:

- *“Trabalhei num lar de idosos e anteriormente havia um somatório de respostas, ou seja os idosos conviviam entre si e as crianças entre si. Mas a verdade é que entraram nas instituições pessoas com outro tipo de formação que trouxeram uma visão diferente da forma como se deve trabalhar a instituição. Dentro das instituições não se valorizava muito o trabalho dos técnicos.” (Braga)*

## Da instituição para casa de familiares: pessoas idosas com menos qualidade de vida?

Fenómeno recente na vida das instituições é o regresso das pessoas mais velhas a casa, quando antes estavam em lares, e um menor recurso ao apoio das instituições. Esta é uma realidade que pode conter aspetos positivos: reforço dos laços de afeto e de solidariedade intergeracional, valorização da dimensão do cuidado.

No entanto, e tendo em conta a forma, e as razões, pelas quais algumas destas situações acontecem, elas podem significar uma violência, sob várias formas, nomeadamente para com as pessoas idosas e, sobretudo, uma menor qualidade dos serviços prestados.

- *“Comecei a ter conhecimento de saída de idosos dos lares, e a minha reação foi: ainda bem! mas depois aquilo que me foi dito, foi ainda bem não, porque a saída dos idosos dos lares, mais uma vez não é pelo laço de afeto mas pela utilidade. É o regresso do idoso a um contexto familiar sem qualquer laço de afeto, é pelo acesso à pensão do idoso.” (Angra do Heroísmo)*

- *“Os idosos são retirados de algumas respostas sociais e a sua reforma, muitas vezes, é o único rendimento familiar. É uma opção monetária, é uma opção que tem subjacente a crise, e isso afetar a relação entre a família e o idoso. A questão da violência sobre os idosos também está a acontecer por isso, por essa relação conturbada entre as famílias que se acentua pela crise económica.” (Almada)*
- *“Sabemos que a casa é sempre a nossa casa. Sabemos que, à partida, aí, os afetos devem estar presentes, as necessidades devem estar satisfeitas. O que acontece é que estas famílias, que tentam persuadir o idoso a regressar a casa não preenchem esses requisitos, acho até que nem pensam se têm cama articulada, se a cadeira de rodas tem espaço para passar, se o idoso tem de fazer medicação a meio da manhã, à hora de almoço, que tem de medir a tensão todos os dias. Esses requisitos acabam por ficar um bocadinho esquecidos. Lá está, é a tentativa de ficar com mais um rendimento para satisfazer as necessidades gerais da família. Eu acho que na maioria não estamos a falar em afetos, ou na necessidade de ligar o neto ao avô - que também acontece – mas acho que a maioria dos casos, não é por aí, é mesmo para obter mais um rendimento mensal para fazer face às despesas, e é isso que nos preocupa.” (Angra do Heroísmo)*
- *“Eu acho que a família está a fazer um esforço em ficar com o seu idoso em casa. Mas isso traduz-se numa boa prestação de cuidados àquele idoso, ainda que a dimensão do afeto lá esteja? Porque eu posso ter um idoso em casa, quando saio de casa às 9 da manhã, deixo uma marmitta em cima da mesa, ensino-lhe onde como funciona o micro-ondas e fecho a porta e vou-me embora. E quando regresso, às 8 ou 9h da noite, e o idoso continua lá, eu penso: tarefa cumprida. E hoje em dia isso acontece. No lar as inscrições são apenas das pensões mais pequenas.” (Beja)*
- *“O regresso dos idosos à família devia ser uma coisa boa mas o que temos constatado, ao longo destes últimos dois anos, é que o trazer os idosos para casa não foi uma coisa muito boa. Por um aspeto: os idosos são colocados em casa e têm uma movimentação restrita, estão confinados a um quarto, a maior parte das vezes, não têm capacidade para se movimentar, pois as casas não têm condições.” (Almada)*
- *“Há impactos positivos porque já não há um descartar das pessoas mais idosas, sendo o mais fácil levar para uma instituição. Há uma reflexão melhor, pois a pessoa idosa também contribui para a economia familiar. Por outro lado, até que ponto não é um risco para a pessoa idosa que pode ser maltratada. Muitos deles deixam de tomar medicação e ter outros cuidados que teriam se tivessem autonomia financeira. Por um lado, estão no seio das famílias, mas só participam na família na parte económica.” (Braga)*

- *“Estamos com uma taxa de desemprego muito grande e as mulheres são as principais cuidadoras das crianças e dos idosos. O que sinto é que há muitas mulheres que estão em casa, pelo desemprego, e não estão habituadas, e estão contrariadas nesta prestação de cuidados. Muitas vezes estão desgastadas e não têm capacidade emocional para cuidar das crianças e idosos.” (Almada)*

Tendo em conta as preocupações avançadas, impunha-se uma monitorização destas situações e dos seus efeitos ao nível da qualidade de vida de mulheres e homens mais velhos e dos seus direitos.



## XII. Imagens e percepções

O idadismo refere-se às atitudes e práticas negativas em relação aos indivíduos, com base numa única característica: a sua idade (cf. Marques, 2011). De acordo com um questionário do Eurobarómetro (Eurobarómetro, 2009),<sup>54</sup> 53% das pessoas já tiveram uma experiência discriminatória em relação à idade.

A discriminação por razões etárias está, normalmente, associada a imagens negativas da sociedade em relação a certos grupos de idade: os jovens e as pessoas mais velhas. Em relação aos jovens, as questões colocam-se porque estes são apercebidos como ameaças aos valores e costumes de uma sociedade; em relação às pessoas mais velhas há a imagem de que utilizam demasiados recursos económicos, como as pensões e os cuidados de saúde ao mesmo tempo que são entendidos como não ativos.

Mas as imagens em torno da população idosa não podem deixar de ser enquadradas no contexto de uma sociedade em envelhecimento que transporta consigo alguns paradoxos, sendo a desvalorização social da velhice um dos mais significativos, conferindo-lhe uma dimensão própria. *“O idadismo não é apenas uma atitude negativa, individualizada em relação às pessoas idosas, mas espelha os nossos valores culturais mais profundos e as práticas institucionais da nossa sociedade.”* (Marques, 2011: 19)

Num momento em que as sociedades se transformam no sentido de um aumento significativo do número de pessoas mais velhas e de uma redução expressiva do número de jovens, ser velho passa a ser elemento de desvalorização social. *“Os velhos são tão numerosos que já não interessam: é a escassez, bem o sabemos, que cria o valor”* (Duby et al, 1991).

54 Informação disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_317\\_fact\\_pt\\_pt1.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_317_fact_pt_pt1.pdf)

Com efeito, o envelhecimento da população coloca vários desafios às sociedades atuais e ao seu próprio sistema de valores, na medida em que o respeito pelos mais velhos se situa, pela primeira vez na história da humanidade, no quadro da sua “quase proliferação” (Duby *et al*, 1991).

Outrora os mais velhos eram considerados com fonte de sabedoria, conhecimento, experiência acumulada e a velhice entendida mais como uma promoção do que como um elemento de menos valor. Note-se, porém, que em certas comunidades minoritárias, como sejam as comunidades ciganas, as pessoas mais velhas continuam a ser consideradas como tal, tal como refere Duby: “nas civilizações orais os velhos são os depositários da memória coletiva e quando a esperança de vida é breve o mero facto de se ter sobrevivido suscita admiração e respeito” (Duby *et al*, 1991).

Este prestígio gozado pelas pessoas mais velhas não conseguiu, porém, sobreviver ao ritmo crescente das inovações tecnológicas e às mudanças nos sistemas de valores. As transformações são tantas e tão rápidas, que a atualização leva a melhor sobre a experiência. A pessoa idosa a quem se recorria, e cuja opinião era sobejamente respeitada, deixa de ser contemporânea da sua própria estória e assume um lugar secundário, até porque passa a ser caracterizada pela ausência de produtividade e consumo.

De valor social em si mesmo, a pessoa idosa é agora, com frequência, socialmente percebida como “incapaz não necessariamente pelo estado das suas faculdades, mas incapaz porque lhe foi retirada legitimidade social para o fazer” (Pereira, cit in Ribeirinho, 2005).

Associada a esta desvalorização da pessoa idosa estará, também, um louvor à beleza, um louvor à beleza física corporizada nas pessoas mais jovens, o que tanto têm contribuído os meios de comunicação. “Em diversas épocas históricas estabeleceu-se uma ligação estreita entre o Belo e o Bom. Mas se julgarmos tendo por base a nossa experiência diária, tenderemos a definir como bem aquilo que não somente nos agrada, mas agrada mas também que gostaríamos de possuir.” (Eco, 2004) Buscamos, pois, para nós, aquilo que é bom e é belo, e se nos dias de hoje os ideais de beleza se caracterizam por um certo “politeísmo”, também é certo que os mesmos se encontram associados a uma juventude que se pretende eternizar, numa recusa das rugas, num medo persistente do envelhecimento físico associado à morte.

A reflexão feita pelas pessoas participantes nos *workshops* revela os aspetos anteriormente referidos e as imagens podem ser tipificadas da seguinte forma:

### **Imagens que referem as pessoas mais velhas como um fardo para a sociedade e como estando ultrapassados:**

- *“Eu também acho uma coisa, cruzo sempre isto com o emprego, a evolução tecnológica reduz o reconhecimento da experiência. A evolução tecnológica dos últimos anos tem vindo a crescer a um ritmo tal, que só o facto de eu ter a experiência, eu estou ultrapassado e isso reduz a minha utilidade social e torna a minha imagem mais negativa.” (Aveiro)*
- *“Acho que tem de haver aqui uma desconstrução, de todos nós nos diferentes locais. Do próprio Estado, de olhar para esta 4ª idade, das pessoas que não estão autónomas, e não as ver como algo negativo, como um peso” (Aveiro)*

### **Imagens que acentuam a dimensão da solidão:**

- *“A sociedade atribui ao envelhecimento a imagem de solidão sombria.” (Braga)*

### **Imagens baseadas em aspetos físicos contrários aos ideais de beleza:**

- *“As pessoas que não tiveram contato têm uma imagem mais negativa: que não servem para nada, são velhos e inúteis e cheiram mal.” (Braga)*
- *“O conceito e o estereótipo, vem do “é idoso, não presta”, “é idoso, é doente”, “é idoso, é incapaz”...” (Almada)*
- *“Envelhecer, é começar a aparecer os primeiros cabelos brancos, as primeiras rugas...” (Funchal)*

### **Imagens que associam as pessoas idosas à morte e, como tal, ao medo da mortalidade.**

- *“Será que este estereótipo, este afastar das pessoas idosas, não é porque a gente pensa que vive toda a vida, que não há morte? As gerações, as pessoas atuais Será que não nos afastámos cada vez mais do sentido que não somos eternos, somos finitos, até um dia? Será que as pessoas se afastam dos idosos, porque significa a materialização da aproximação da morte?” (Aveiro)*
- *“Temos medo e não lidamos com a morte. É importante refletir isto na nossa educação. Eu fui a uma escola em Setúbal em que estive a falar de envelhecimento ativo com miúdos de 13 e 14 anos, veja só Tinha que ser uma conversa interativa, então a primeira pergunta que eu lhes fiz foi de todos os meninos aqui, quem é que quer viver muito tempo? Todos, todos queriam viver muito tempo. E depois, perguntei quem é que queria envelhecer, e aí lá houve 3 ou 4, mais ninguém. Ninguém quer envelhecer.” (Aveiro)*

- *“Nesta questão de as pessoas não estarem preparadas para lidar com a morte e com as pessoas com limitações, são essas tais imagens que nos são incutidas, alguém falou dos media em geral, todas estas imagens influenciam drasticamente a forma como nos vamos organizar a nível de intergerações. Todos nós somos influenciados pelas imagens, temos ideias, quase pré concebidas da sociedade em geral e estas imagens que e ideia que o velho tem do mais novo e o mais novo do mais velho é pré concebida ou não, estereotipadas ou não, influenciam tudo. As pessoas ainda não estão preparadas para lidar assim tanto com as mutações da velhice.” (Braga)*

Todas estas imagens podem estar associadas a atitudes (muitas vezes nos próprios serviços e instituições) que partem de sentimentos de compaixão e contribuem para a infantilização dos indivíduos, limitando a sua autonomia.

- *“Por vezes quando as pessoas ficam idosas, e mais dependentes, temos o hábito de infantilizar e chamá-los por “inhos”. Se forem tratadas como sempre foram, e como gostam, sentem-se mais próximos das pessoas.” (Braga)*
- *“Quando interagimos com os idosos, acho que não devemos infantilizar os idosos, no entanto, às vezes acontece na interação com as pessoas, tem a ver com a cultura, às vezes os idosos dizem que são crianças duas vezes, os idosos dizem isso muitas vezes. O próprio idoso reconhece em si esta imagem muitas vezes.” (Funchal)*

Para além de influenciarem práticas institucionais aquelas imagens, e preconceitos face à idade, fundamentam e legitimam, por vezes, medidas de política. Neste sentido *“é imperativo compreender que o respeito pelas pessoas, independentemente da sua idade, é um princípio básico universal ( ). O artigo 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia reconhece a discriminação com base da idade como uma violação de direitos fundamentais.” (Marques, 2011:21)*

## Pessoas mais velhas e imagem social: uma realidade em mudança

Apesar dos medos em relação à morte e ao envelhecimento, a imagem que se constrói sobre as pessoas mais velhas está em transformação. E essa transformação está ancorada na mudança da própria realidade do envelhecimento de hoje, face ao que era ser velho, ou ser velha, há uma década atrás. Aí surgem, novamente como muito relevante, as alterações ao nível do aspeto físico:

- *“E falo, muito abertamente, da maneira de vestir. Eu acho que há uma alteração enorme ( ) Portanto, repare, até aí nesse pormenor da forma como nos vestimos, faz com que a sociedade nos veja, a nós mais velhos, de forma diferente.” (Aveiro)*

- *“Existe também os sinais dos tempos, em que uma pessoa com 40 e tal anos tem um ar muito mais jovem do que tinha há 50 anos atrás. É uma tendência global, não é só em Portugal ou nos países desenvolvidos da Europa, as condições de vida melhoraram muito, e se formos falar das plásticas que são cada vez menos evasivas e isso também impulsiona a que a visão da velhice e das várias gerações, está a mudar radicalmente. Nota-se também, essa maior atividade de as pessoas estarem com novas formações e terem uma aparência física que parece uma pessoa de 35 anos. Isto comparativamente com o que era com os avós de há 40 anos atrás era completamente impensável. Até fisicamente estamos mais novos o que ajuda a nossa perceção de ver isso e da atividade.”*  
(Funchal)
- *“A sorte é que as pessoas também se cuidam mais hoje, e têm outra apresentação do que tinham há uns anos atrás. E mais saúde, mais saúde.”* (Aveiro)
- *“Eu penso que em relação a este primeiro grupo da terceira idade, as pessoas que não estão dependentes, que estão, digamos, autónomas por si, a imagem que corre nos dias que correm é uma imagem positiva. Que vemos cada vez mais este grupo de pessoas cada vez mais envolvidos na comunidade, nas universidades seniores, naquilo que os envolve, e no cuidado que têm com os netos, neste apoio familiar que dão aos filhos e aos netos. Portanto eu acho que é uma imagem positiva e que se tem vindo a transformar numa imagem cada vez mais positiva. Mesmo nos meios de comunicação social.”*  
(Beja)

Por outro lado, as perceções de cada um, e de cada uma, alteram-se ao longo do curso de vida, à medida que se vai envelhecendo. E tudo se torna relativo.

- *“Eu não vejo bem assim, estamos a avançar nos anos, a esperança de vida é maior. A minha avó na minha idade não era ativa como eu sou.”* (Funchal)
- *“E acho uma coisa engraçadíssima, no meio disto tudo, eu lembro-me perfeitamente de ser jovem, e tenho esse jovem até aos 20 anos, e olhar para alguém com a idade que eu tenho atualmente e dizer... é pá, é velho. Agora preocupa-me pensar, que aqueles que têm 20 anos, olharem para mim e pensarem “aquele tipo é um velho”.”* (Aveiro)
- *“Eu acho que principalmente é o facto de sermos nós a estarmos a viver a situação, já altera a forma de como olhamos para ela.”* (Aveiro)

A melhoria da qualidade de vida, em termos gerais, o aumento da escolarização das populações faz emergir “novos idosos”. Esse é, sem dúvida, um processo em curso. Essa nova geração de pessoas mais velhas, mais escolarizadas e com percursos profissionais mais qualificantes será mais exigente em relação aos serviços prestados pelas instituições. No entanto, estes “novos idosos” poderão vir a reconfigurar, uma vez mais, o papel das pessoas mais velhas no seio das famílias.

- *“Penso que esta “geração do meio” não estará preparada para ser a nova geração de avós. Esta geração tem agenda e tem compromissos e não disponibilidade total para satisfazer aquilo que os filhos solicitam.”* (Braga)
- *“Nós seremos os idosos do futuro e somos pessoas mais formadas do que a geração idosa atual. Acredito que nos nossos gostos e interesses não terão nada a ver com os de hoje e vamos exigir mais desta sociedade, pelo que penso que a perspetiva será positiva.”* (Aveiro)
- *“Há um grupo de novos idosos mais qualificados e com outras preocupações, como exercício físico, alimentação, o que também proporciona maior saúde mental.”* (Beja)
- *“As projeções são que a imagem do idoso vai ser mais positiva nos próximos anos, uma vez que as estatísticas dizem que o número de idosos será maior que o número de jovens, vai aparecer “uma nova velhice”, idosos mais instruídos, com mais vontade e possibilidade económica para viver a aposentação. Vamos ser mais exigentes, mais ativos.”* (Funchal)

Finalmente, a mensagem positiva de que, mesmo em situações de dependência, há uma autonomia relativa que se pode incentivar e promover:

- *“Mesmo para as pessoas idosas acamadas há possibilidades de haver atividades, o que contribui para a desmistificação de certas imagens.”* (Braga)



## Conclusões e Recomendações

No culminar deste percurso de auscultação de opiniões e de vontades, tornou-se (ainda mais) claro que a construção de uma sociedade onde a solidariedade entre as gerações seja uma realidade passa pelas famílias mas não dispensa um conjunto coerente de políticas públicas e de práticas institucionais que apoiem, e reforcem, a atuação das famílias a este nível. Assim, e uma vez mais tendo em conta o trabalho realizado, parece importante enunciar as seguintes linhas de orientação com vista à construção de uma solidariedade intergeracional:

### **Transversalizar a solidariedade intergeracional**

Como ficou sobejamente evidenciado, a solidariedade intergeracional não depende de uma única medida de política, nem tão pouco de uma área de atuação ministerial. Sendo assim, impõe-se que a solidariedade entre as gerações seja um objetivo assumido e partilhado pelas diferentes áreas das políticas públicas a nível nacional ou local.

### **Pensar as políticas de modo coerente e integrado**

A solidariedade entre as gerações é, por definição, algo que diz respeito a todas as gerações. Ou seja, a todas as pessoas nas suas várias fases da vida. Na vida das pessoas existem diferentes necessidades, em diferentes áreas, mas entre estas estabelecem-se relações de interação e interdependência. Daí o ser fundamental um modo de pensar (e implementar) as políticas, que corte com o seu “modo de ser sectorial” e favoreça essa perspetiva holística de forma a tornar mais evidente quais as repercussões de certas decisões tomadas isoladamente na vida de cidadãos e cidadãs.

## Coordenar

No sentido de apoiar os dois princípios anteriores, importa estabelecer uma forte coordenação entre as diferentes áreas da vida que permita evidenciar os objetivos comuns entre ministérios e demais serviços públicos. Esta coordenação pode ser fomentada através da criação de mecanismos formais para o efeito, ou da abertura de fluídos canais de comunicação e de trabalho em conjunto. Impõe-se uma coordenação horizontal, entre o nacional e o local, e uma forte coordenação vertical.

A nível local ressalta-se a necessidade de um aprofundamento constante do trabalho em redes de parceria, sendo essas redes, com frequência, exercícios de carácter intergeracional que carecem de aprofundamento.

## Orientar para o cumprimento dos direitos humanos

Impõe-se que no seu desenho, e implementação, as políticas se orientassem para o cumprimento dos direitos humanos como direitos universais e transversais ao ciclo de vida.

## Combater a discriminação em função da idade

*“O combate ao idadismo, independentemente das suas manifestações mais graves ou mais subtis, é uma necessidade premente da nossa sociedade.”* (Marques, 2011:68). O combate ao idadismo deve ser visto na perspetiva da eliminação de práticas discriminatórias mas também na perspetiva da desconstrução de certos discursos políticos que podem, inclusivamente, pôr em causa a solidariedade intergeracional. É certo que o idadismo, enquanto atitudes e práticas fundadas em estereótipos em função da idade, atinge muito particularmente as pessoas mais velhas. Mas não é de descurar a sua importância entre os mais novos. Se em discursos políticos as pessoas mais velhas surgem, com frequência, como um peso para a sociedade, como uma razão para as dificuldades do sistema de pensões, as pessoas mais jovens são muitas vezes encaradas sobretudo como empreendedores/as em potência o que poderá, também produzir exclusões.

## Combater as desigualdades

Como foi referido, Portugal é um país desigual. Combater as desigualdades económicas e sociais deveria ser um desígnio nacional, como estratégia para a melhoria das condições de vida (e de felicidade) da população em geral e, muito especialmente, como forma de reduzir dependências financeiras de umas gerações em relação a outras, dependências que, como se viu, nem sempre fomentam os afetos.

### **Criar territórios inclusivos**

Fala-se aqui em territórios numa perspectiva ampla, podendo as próprias instituições ser entendidas enquanto tal. Neste processo de criação de territórios inclusivos, assumem grande importância as acessibilidades que vão para além das pessoas idosas: estas são acessibilidades para toda a população. Assume ainda relevância o entender-se as instituições (em particular as de acolhimento residencial,) como parte integrante da comunidade. Neste sentido, as instituições devem-se abrir. Para além disso, e ainda nesta perspectiva, as organizações não podem deixar de considerar as suas e os seus utentes como elementos da comunidade, cidadãos e cidadãs que devem continuar, à medida dos seus desejos e possibilidades, a participar na vida pública.

### **Valorizar a cultura e, em particular, a cultura popular como instrumento de intergeracionalidade**

Promover a participação, sobretudo das crianças e das pessoas idosas em vários processos e decisões com significado para as suas vidas.



## Referências bibliográficas

Andor, Lászlo (2013), “Envelhecer ativamente: um desafio para o indivíduo e para a sociedade” in Conferência Envelhecimento e Inovação Social, Fundação Calouste Gulbenkian.

Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (2013), *Relatório de Atividades, 2012, Portugal*, documento policopiado.

Barreto, António, (2002), *Mudança Social em Portugal 1960/2000*, Instituto de Ciências Sociais, disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>

Bandeira, Mario Leston (2012), “Apresentação do Projecto de Investigação ‘Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: evolução e perspectivas’ Workshop 14 de Maio de 2012, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa, disponível em: [https://ffms.pt/upload/docs/manual-de-trabalho-dinamicas-demograficas-e-envelh\\_HKPOXD0b0SUiAcWIS-uEA.pdf](https://ffms.pt/upload/docs/manual-de-trabalho-dinamicas-demograficas-e-envelh_HKPOXD0b0SUiAcWIS-uEA.pdf).

Bengtson, Vern L. et al (1988), *The measurement of intergenerational relations*, Beverly Hills, Sage.

Bengtson, Vern L., Robert E. L. (1991), “Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction” in *Journal of Marriage and Family*, 58, pp 856-870.

Bengtson, Vern L. et al (2007), *Intergenerational solidarity and conflict*, Expert Group Meeting Intergenerational solidarity strengthening economic and social ties, disponível em: [http://www.un.org/esa/socdev/nyin/documents/egm\\_unhq\\_oct07\\_bengtson.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/nyin/documents/egm_unhq_oct07_bengtson.pdf).

Bourdieu, Pierre (1984), “la jeunesse n’est qu’un mot”, in *Questions de sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.

Cabral, Manuel Villaverde, coord. (2013), *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Cardoso, Ana (1993), *A outra face da cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Cardoso, Ana coord. (2009), *Pobreza e exclusão social no concelho de Idanha-a-Nova*, CESIS.

Cardoso, Ana coord. (2010), *Envelhecer em Matosinhos: panorama actual e cenários de futuro*, Câmara Municipal de Matosinhos.

Coleman, James (1990), *Foundations of social theory*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press,

Comissão Europeia (2012), *Livro Branco – Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis*, disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\\_2014/documents/com/com\\_com\(2012\)0055\\_/com\\_com\(2012\)0055\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2012)0055_/com_com(2012)0055_pt.pdf).

Cruz, Manuel Braga da (1984), “A condição social da juventude portuguesa” in *Análise Social*, vol. XX.

Departamento de Planeamento Gestão e Controlo, (2013), *Relatório Mensal de Execução Física e Financeira*, IEFP, disponível em: [www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Documents/RM\\_nov2013.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Documents/RM_nov2013.pdf).

- Duby, Georges dir. (1991), *História da Vida Privada. Da primeira Guerra Mundial aos nossos dias*, Porto, Edições Afrontamento.
- Durán, Maria Ángeles (2013), “The challenges of ageing in Europe” in *Conferência Envelhecimento e Inovação Social*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Durán, Maria Ángeles (2013), *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?*, Estudos 8, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego/Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Eco, Humberto dir. (2004), *História da Beleza*, Oeiras, Difel.
- EGGSI (2010), *Active and gender equality policies: The employment and social inclusion of women and men of late working and early retirement age*, disponível em: [http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/2011\\_active\\_ageing\\_synthesis\\_report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/2011_active_ageing_synthesis_report_en.pdf).
- Elias, Norbert (2001), *A Solidão dos Moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Eurostat (2012), *Active ageing and solidarity between generations: a statistical portrait of the European Union 2012*, Eurostat / European Commission.
- EAPN (2009), *Envelhecimento Activo*, disponível em: <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/download.php?file=156>.
- Eurobarómetro (2009), *Discriminação na UE 2009*, Eurobarómetro, disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_317\\_fact\\_pt\\_pt1.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_317_fact_pt_pt1.pdf).
- Farinha, Carlos Rodrigues coord. (2012), *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- Fernandes, Ana Alexandra (1997), *Velhice e Sociedade: demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Fernandes, Ana Alexandra (2001), “Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social – Itinerário de Pesquisa em Torno do Aumento da Esperança de Vida” in *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº36: 39-52, Celta Editora, disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292001000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292001000200003&script=sci_arttext).
- Ferreira, Vítor Matias (1983), “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequenos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40” in *Análise Social*, vol. x i x (77-78-79), pp 693-735.
- Fundação Calouste Gulbenkian (2009), *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas* Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gabinete de Estudos e Planeamento (sd), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório de 2012*, GEP/ Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, disponível
- Galland, Olivier (1995), “What is youth?” in *Youth in Europe*, Introdução, Londres, Pinter, pp.1-5.
- Gama, Marta (2011), *Expectativas de responsabilidade filial e orientação da responsabilidade no cuidado aos idosos*, tese de mestrado disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5893/1/Gama%20Marta%20TM%202011.pdf>.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (sd), *Relatório da Conta da Segurança Social*, Lisboa, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, disponível em: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/703873/Conta+da+Seguran%C3%A7a+Social+2011+-+Parte+I+I>

Instituto Nacional de Estatística (2014), *Destaque: Rendimento e Condições de Vida 2013 (Dados Provisórios)*, disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine__destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2).

Instituto de Segurança Social (sd), *Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental*, ISS.

Katz, Ruth et al “Theorizing intergenerational family relations” in Bengtson, Vern L. et al, (2005) *Family theory and research*, London, Sage.

Lowenstein, Ariela (2007), “Solidarity-conflict and ambivalence: testing two conceptual frameworks and their impact on quality of life for older family members” in *Journal of Gerontology Social Sciences*, 62B, pp100-107.

Marques, Sibila (2011), *Discriminação da Terceira Idade*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mattoso, José coord. (2011), *História da vida privada em Portugal – Época Contemporânea*, Maia, Casa Havaneza.

Observatório das Políticas de Família (2013) *Relatório 2012*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Observatório Português da Juventude, (2011), *Transições para a idade adulta na Europa: idades dos marcadores tradicionais*, disponível em: <HTTP://WWW.OPJ.ICS.UL.PT/INDEX.PHP/JULHO-2011>.

Pais, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates*, Porto, Ambar.

Portela, José (1997) “O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã” in *Seminário Internacional A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território*, disponível em: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fhome.utad.pt%2F-des%2Facervo\\_\\_des%2F1999porjosfmeirur21.doc&ei=J6W6U5yiMczM0AXnIFw&usg=AFQjCNGOjvT70cT6zHxxkwzu43NxrdfHVw](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fhome.utad.pt%2F-des%2Facervo__des%2F1999porjosfmeirur21.doc&ei=J6W6U5yiMczM0AXnIFw&usg=AFQjCNGOjvT70cT6zHxxkwzu43NxrdfHVw)

Ribeirinho, Carla (2005), “projeto de Vida – A vida continua a ter sentido”, *I Jornada para um envelhecimento activo: descobrir novos caminhos*.

Rosas, Fernando (1994), “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária” in *Análise Social*, vol. XXIX pp 871-887.

Parlamento Europeu (2013), *Relatório sobre uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis*, disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0137+0+DOC+PDF+V0//PT>.

Pereira, Victor (2009), “Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal” in *Análise Social*, vol. XLIV (192), pp 471-510.

Perista, Heloísa coord. (2012), *Género e Envelhecimento: Planear o futuro começa agora*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género / Presidência do Conselho de Ministros

Quaresma, Maria de Lurdes e Gil, Ana Paula (2004), *Living in conditions of women 50+ in Portugal – MERI Project National Report*, Lisboa, CESIS.

Quaresma, Maria de Lurdes (2006), “Envelhecer – Desafios e Oportunidades nas Sociedades Contemporâneas”, in *Viver, Vidas e Veredas da Raia*, nº1: 17-19, ADRACES.

Reis, J. (1995), “Estado, instituições e economia: a despesa pública em Portugal” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, pp. 25-58.

Ribeiro, Oscar (2012), “O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição” in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático: Envelhecimento demográfico*, pp33-52.

Silverstein, Merrill, (2005), “Intergenerational support to aging parents: The role of norms and needs” in *Journal of Family Issues*, 27.

Wall, Karin (2006), *Trabalhar e cuidar de um idoso dependente: problemas e soluções*, Instituto de Ciências Sociais, disponível em: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP2-2002.pdf>.

Walker, Alan (2001), “Ageing in Europe: policies in harmony or discord?” in *International Journal of Epidemiology*, 31, pp 758-761.

Walker, Alan et al., (2007), *Quality of life in old age*, Dordrecht, Springer.

## Sites de referência

[www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

[www.europarl.europa.eu](http://www.europarl.europa.eu)

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www4.seg-social.pt](http://www4.seg-social.pt)

[www.cite.gov.pt](http://www.cite.gov.pt)

[www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedade-e-seguranca-social/mantenha-se-atualizado/20140128-msess-garantia-jovem.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedade-e-seguranca-social/mantenha-se-atualizado/20140128-msess-garantia-jovem.aspx)

[www.iefp.pt/estatisticas](http://www.iefp.pt/estatisticas)

[www.portaldahabitacao.pt](http://www.portaldahabitacao.pt)

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0055:FIN:PT:PDF>

[www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2012.pdf](http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2012.pdf)

[www.portaldasaude.pt](http://www.portaldasaude.pt)

<http://juventude.gov.pt>







Ano Europeu do **Envelhecimento Ativo**  
e da **Solidariedade entre Gerações 2012**



**POA**  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
FUNDO SOCIAL EUROPEU

**QR**  
**EN**  
QUADRO DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PORTUGAL 2007-2013



UNIÃO EUROPEIA



Fundo Social Europeu